

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NA ATIVIDADE AGRÍCOLA
E NO MEIO RURAL:
um estudo de caso no município de Concórdia - Santa Catarina

JOLCEMAR FERRO

Florianópolis, março de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOLCEMAR FERRO

INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NA ATIVIDADE AGRÍCOLA
E NO MEIO RURAL:
um estudo de caso no município de Concórdia - Santa Catarina

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador Prof. Dr. Sergio Leite Guimarães Pinheiro.

Florianópolis
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

FERRO, Jolcemar

Influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia/SC / Jolcemar Ferro – Florianópolis, 2006. 158 f.

Professor orientador: Sergio Leite Guimarães Pinheiro

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Bibliografia: f. 149-153.

1. Agricultura familiar.
2. Pluriatividade.
3. Agroindustrialização.
4. Atividades não-agrícolas.

TERMO DE APROVAÇÃO**JOLCEMAR FERRO****INFLUÊNCIA DA PLURIATIVIDADE PARA A PERMANÊNCIA DOS
AGRICULTORES FAMILIARES NA ATIVIDADE AGRÍCOLA
E NO MEIO RURAL:
um estudo de caso no município de Concórdia - Santa Catarina**

Dissertação aprovada em 21/03/2006, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Sergio Leite Guimarães Pinheiro
Orientador

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella
UFSC

Profa. Dra. Karen Follador Karam
UFSC

Profa. Dra. Maria José Reis
UFSC

Prof. Dr. Luiz Carlos Mior
EPAGRI

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

Florianópolis, 21 de março de 2006

Aos meus pais Honorato (em memória) e Hermínia, como forma de gratidão pelo exemplo que souberam dar.

À minha esposa Lisabete e a meus filhos Diego Márlon e Pedro Augusto, pelo apoio, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles e aquelas que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste trabalho e de forma especial agradeço:

À minha esposa e a meus filhos pelo apoio quando da decisão de iniciar o curso, pela paciência e compreensão quando dos períodos de ausência em função do Mestrado;

Ao meu orientador professor Ph.D. Sérgio Leite Guimarães Pinheiro pela forma serena e segura com que orientou este trabalho. Pela amizade e por me permitir usufruir do seu conhecimento;

À UFSC e ao Centro de Ciências Agrárias, pela oportunidade de desenvolver este estudo;

Aos professores e técnicos administrativos do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina por contribuírem para minha formação acadêmica;

Aos meus colegas de Mestrado de forma especial a turma que iniciou em 2004, pela amizade, companheirismo, incentivo e contribuição nesta jornada;

Aos colegas Matheus, Rudinei, Wilton, Fabiana e Cristiane pela convivência, amizade e pelas discussões que permitiram o crescimento mútuo;

Aos colegas Clóvis e Rômulo pelo apoio quando de minhas estadas em Florianópolis;

Ao meu amigo Léo Serpa, pelo incentivo quando da decisão de iniciar o Mestrado;

À Escola Agrotécnica Federal de Concórdia por me conceder licença para a realização deste estudo;

À prefeitura municipal de Concórdia e de forma especial às pessoas que trabalham na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, pela disposição em contribuir com dados e informações;

Aos agricultores familiares e demais entrevistados pela forma atenciosa com que nos receberam e pela valiosa contribuição para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Justificativa da pesquisa	16
Motivação para a realização da pesquisa	19
Questão, hipótese e objetivos da pesquisa	20
Estrutura da pesquisa	21
CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA..	23
1.1 Métodos de pesquisa	23
1.1.1. Métodos de pesquisa quantitativos	23
1.1.2. Métodos de pesquisa qualitativos	24
1.2 Articulação entre os métodos de pesquisa	25
1.3 Natureza da pesquisa	26
1.4 Unidade de análise e tipologia das famílias	26
1.4.1 Tipologia das famílias estudadas	27
1.5 Etapas e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa	28
1.5.1 Definição do ambiente da pesquisa	28
1.5.2 Instrumentos de coleta de dados secundários e produção das informações e dados primários	31
1.5.2.1 Codificação das entrevistas	35
1.5.3 Análise e interpretação dos dados e informações	36
CAPÍTULO 2 - ELEMENTOS TEÓRICOS REFERENCIAIS PARA ESTE ESTUDO	41
2.1 A noção de agricultura familiar	41
2.1.1 A agricultura familiar no contexto mercantilizado	43
2.2 A pluriatividade na agricultura familiar	47
2.2.1 Múltiplas atividades no meio rural	47
2.2.2 Agricultura em tempo parcial, pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas	48
2.2.3 Pluriatividade: uma relação social nova?	51
2.2.4 A pluriatividade na agricultura familiar	53
2.2.5 Ocupações rurais não-agrícolas e pluriatividade	56
2.3 Agroindustrialização e pluriatividade na agricultura familiar	59
2.3.1 As condições para a constituição dos grandes complexos agroindustriais e das pequenas e médias agroindústrias	60
CAPÍTULO 3 – DA COLONIZAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE	65
3.1 As raízes históricas do agricultor familiar do oeste catarinense	65
3.2 O processo de colonização do oeste catarinense	69

3.3 Desenvolvimento da agricultura colonial no município de Concórdia e região	72
3.3.1 Primeira fase: do início da colonização ao surgimento da agroindústria na região de Concórdia	73
3.3.2 Segunda fase: da instalação da agroindústria ao final do sistema colonial de produção	77
3.3.3 A modernização da agricultura e a intensificação da integração à agroindústria.....	81
3.3.3.1 Diferenciação social das unidades familiares de produção	84
3.3.3.2 A crise e a busca de alternativas.....	86
CAPÍTULO 4 – A PLURIATIVIDADE NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PLURIATIVAS.....	89
4.1 – Caracterização sócio-econômica das famílias entrevistadas	89
4.2 – As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas.....	98
4.2.1 As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias agricultoras.....	98
4.2.2 As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias pluriativas.....	103
4.3 – Investimentos prioritários entre as famílias entrevistadas.....	107
4.3.1 Prioridade de investimento para as famílias agricultoras	110
4.3.2 Prioridade de investimento para as famílias agricultoras pluriativas	112
4.4 – Sucessão hereditária nas unidades familiares de produção	115
4.4.1 A sucessão hereditária nas comunidades estudadas	117
4.5 – Agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade	124
4.5.1 O êxodo rural e as mudanças na estrutura fundiária.....	124
4.5.2 Concentração da produção e isolamento social.....	129
4.5.3 A pluriatividade e as relações de sociabilidade	131
4.6 A pluriatividade na perspectiva dos informantes chaves	132
1. CAPÍTULO 5 – SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
5.1 - Contextualização e objeto de estudo.....	136
5.2 – Estrutura e procedimentos da pesquisa	137
5.3 - Implicações e limitações resultantes deste estudo	146
BIBLIOGRAFIA	149
ANEXOS	154

LISTA DE SIGLAS

- ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- ACCS – Associação Catarinense de Criadores de Suínos
- AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Vale do Uruguai
- CEPA/SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
- CNPSA – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves
- COPÉRDIA – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DESENVOLVER – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção
- EAFC – Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina
- MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul
- OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico da América Latina
- PEA – População Economicamente Ativa
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	15
FIGURA 02 – CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1985 A 2003.....	18
FIGURA 03 – ILUSTRAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES PESQUISADAS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA.....	29
FIGURA 04 – ESQUEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE QUALITATIVA	38
FIGURA 05- ESQUEMATIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE QUALITATIVA NESTE ESTUDO.....	39
FIGURA 06 – ILUSTRAÇÃO DO TRANSPORTE DE MADEIRA ATRAVÉS DO RIO URUGUAI.....	74
FIGURA 07 – ILUSTRAÇÃO DA COLHEITA DE TRIGO NO PERÍODO DA “AGRICULTURA COLONIAL”.....	75
FIGURA 08 - ILUSTRAÇÃO DA CRIAÇÃO DE SUÍNOS NA PRIMEIRA FASE DA “AGRICULTURA COLONIAL” NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA.....	76
FIGURA 09 – SISTEMA MODERNIZADO DE CRIAÇÃO DE SUÍNOS.....	83
FIGURA 10 – A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO BRAÇAL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	100
FIGURA 11 – PRIORIDADES PARA INVESTIMENTOS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS.....	111
FIGURA 12 – PRIORIDADES PARA INVESTIMENTOS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PLURIATIVAS.....	114
FIGURA 13 – CASAL DE AGRICULTORES FAMILIARES SEM SUCESSOR.....	120
FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA.....	125
FIGURA 15 - VISTA PARCIAL DE UMA PROPRIEDADE ABANDONADA.....	127
FIGURA 16 – VISTA PANORÂMICA MOSTRANDO ÁREAS DE MATA SECUNDÁRIA NA REGIÃO DESTE ESTUDO.....	128
FIGURA 17 – APLICAÇÃO DO PROCESSO DE ANÁLISE NESTE ESTUDO.....	145

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 01- VARIAÇÃO ANUAL DA PEA OCUPADA EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS, DOMICILIADAS NO MEIO RURAL, NO BRASIL, NA REGIÃO SUL, NO RIO GRANDE DO SUL E EM SANTA CATARINA, NO PERÍODO 1992 A 1999.....	57
TABELA 02 – COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	90
TABELA 03 – NÚMERO DE FILHOS NAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	90
TABELA 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS POR FAIXA ETÁRIA.....	91
TABELA 05 – IDADE DO PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO.....	92
TABELA 06 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PAIS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	92
TABELA 07 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS FILHOS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	93
TABELA 08 – PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	94
TABELA 09 – ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS (RELACIONADAS À AGROINDÚSTRIA) EXERCIDAS PELAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PLURIATIVAS.....	94
TABELA 10 – ÁREA DAS PROPRIEDADES (HA) DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	95
TABELA 11 – ACESSO A BENS E SERVIÇOS MAIS DIRETAMENTE LIGADOS AO CONFORTO DA FAMÍLIA.....	96
TABELA 12 – SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS COM RELAÇÃO À INTEGRAÇÃO OU NÃO À AGROINDÚSTRIA.....	96
TABELA 13 – ACESSO AOS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	97
TABELA 14 - DISPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PARA SE TORNAREM PLURIATIVAS.....	103
TABELA 15 - ATITUDE DAS FAMÍLIAS OU MEMBROS DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS FRENTE PERSPECTIVA DE VOLTAREM EXCLUSIVAMENTE PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	104

TABELA 16 - INTENÇÃO DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS AO BUSCAR UMA RENDA EXTERNA	107
TABELA 17 - PRIORIDADES PARA INVESTIMENTOS: COMPARAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS AGRICULTORAS E FAMÍLIAS PLURIATIVAS.....	110
TABELA 18 - INTENÇÃO DOS FILHOS JOVENS (CASADOS E SOLTEIROS) COM RELAÇÃO A PERMANECER NA ATIVIDADE AGRÍCOLA E NO MEIO RURAL.....	119
TABELA 19 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS JOVENS (CASADOS E SOLTEIROS) FILHOS DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS E PLURIATIVAS.....	119
TABELA 20 - DESEJO DOS PAIS EM RELAÇÃO A PERMANÊNCIA DOS FILHOS.....	121

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- ROTEIRO NORTEADOR PARA ENTREVISTAS COM FAMÍLIAS AGRICULTORAS E FAMÍLIAS PLURIATIVAS.....	33
---	----

RESUMO

Estudos têm apontado para um meio rural em transformação, onde a atividade clássica de produzir alimentos e fibras cada vez mais passa a conviver com atividades não-agrícolas. Neste cenário, esta dissertação tem como objetivo investigar e analisar se a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, denominada de pluriatividade, tem contribuído para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural, através de um estudo de caso no município de Concórdia, Santa Catarina. Neste território a agroindustrialização tem historicamente se consolidado e oferecido novas oportunidades e desafios aos agricultores familiares. Com base em informações e dados resultantes principalmente de entrevistas semi-estruturadas com famílias agricultoras (desenvolvem somente atividades agrícolas) e famílias agricultoras pluriativas (desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas), desenvolveu-se esta pesquisa de característica, sobretudo qualitativa, complementada com métodos quantitativos. As informações e dados produzidos foram interpretados utilizando-se a metodologia de análise do conteúdo temático, e a questão em estudo foi discutida com base em quatro temas: a) as atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas; b) os investimentos prioritários para famílias agricultoras e para famílias agricultoras pluriativas; c) a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar; e d) agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade. Observou-se que em função de alguns fatores como a baixa rentabilidade das atividades agrícolas, a irregularidade e insegurança de rendimentos e a penosidade do trabalho na agricultura, a maioria das famílias agricultoras demonstra propensão para a realização de atividades não-agrícolas, desmotivação para investir na agricultura, desejo de que seus filhos não permaneçam na atividade agrícola e preocupação com o isolamento social. Por outro lado, em função da maior certeza e regularidade de rendimentos que as atividades não-agrícolas proporcionam, de modo geral, as famílias agricultoras pluriativas demonstram a intenção de não retornar a condição de famílias agricultoras, motivação para investir na atividade agrícola ou agroindustrial, desejo de que pelo menos um filho permaneça na propriedade e entendimento de que a pluriatividade contribui para o aumento das relações sociais. Em síntese, os resultados evidenciam que, no contexto estudado, a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem contribuído para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

ABSTRACT

Many studies have indicated that rural regions have changed, with family farmers increasingly combining traditional agricultural activities with non-agricultural activities. In this context, this Thesis has the objective to study if the combination of agricultural and non-agricultural activities (phenomenon understood as pluriactivity) has contributed to the permanence of family farmers in rural areas as well as exploring agricultural activities. Based on data and information produced mainly through semi-structured interviews with family farmers, some developing only agricultural activities (named just farmers) and some developing both agricultural and non-agricultural activities (named pluriactives farmers), a qualitative research was carried-out at the city of Concórdia, in south Brazil. This region has experienced the intensification of the agro industrialization over the last decades, a process which has offered to small family farmer's new opportunities as well as challenges. Data and information produced in the case study were interpreted using the methodology called thematic content analysis, which focused on four main themes: a) non-agricultural activities from the perspective of interviewed family farmers; b) investment priorities for both farmers and pluriactives farmers; c) pluriactivity and the social reproduction of the family farmers; and d) agriculture, pluriactivity and social relations. Results and discussion showed that due low economic returns of agricultural activities, insecurity in income generation and the hard work required by most agricultural activities, most farmers demonstrated high interest to experience non-agricultural activities, low interest to invest in agriculture, hope that their children do not work with agricultural activities, and are worried about the increasing social isolation of rural areas. On the other hand, because the regularity of revenues from non-agricultural activities, most pluriactives farmers demonstrated interest in do not return to the condition of "just farmers", have showed more interest to invest in agriculture and/or agri-industrialization, hope at least one of their children remains at the farm, and understand that pluriactivity contributes to improve social relations in rural areas. In synthesis, results indicated that, in the context of this research, the combination of agricultural and non-agricultural activities (pluriactivity) has contributed to the permanence of family farmers in rural areas as well as exploring agricultural activities.

INTRODUÇÃO

São cada vez mais freqüentes os estudos apontando que o meio rural passa por uma transformação. Esse espaço não mais se caracteriza, unicamente, como lugar para a produção de alimentos e fibras¹. Essa nova configuração do rural, deixando de ser um espaço exclusivamente agrícola, mas de múltiplas atividades e integrado aos demais setores da economia, está fazendo surgir novas oportunidades e novas formas de organização do trabalho da família rural.

Esses estudos têm apontado também que em regiões onde predominam formas de produção agrícola de cunho familiar, as atividades não-agrícolas vêm se constituindo em importante alternativa no sentido da manutenção do nível de ocupação da força de trabalho e de renda no meio rural. Dentre as atividades não-agrícolas em expansão no meio rural destacam-se o turismo, o artesanato, o comércio, a indústria, a agroindústria e a prestação de serviços. Desta forma, a atividade clássica do meio rural, a de produzir alimentos e fibras, cada vez mais passa a conviver com atividades não-agrícolas.

As transformações em curso no meio rural, sobretudo em regiões de agricultura familiar, não se resumem apenas à incorporação de atividades que até há pouco tempo eram quase que exclusividade das áreas urbanas. Essas transformações são, também, decorrentes do surgimento de atividades não-agrícolas, geradas pela própria modernização da agricultura, bem como das novas estratégias de organização e ocupação da força de trabalho dos agricultores familiares.

Assim, as análises sobre a forma familiar de produção agrícola e suas estratégias de organização do trabalho e da renda precisam considerar o cenário de reprodução social da agricultura familiar, não apenas como agrícola, mas também em outras dimensões.

Neste sentido, esta dissertação se propõe a analisar a influência da conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas (estas últimas relacionadas à agroindústria) para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural, através de um estudo de caso realizado no município de Concórdia/SC.

O município de Concórdia situa-se na região oeste catarinense, na microrregião do Alto Uruguai, a 493 km de Florianópolis (Figura 01). Esse município ocupa uma área de 781,84 km² e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), possui uma população

¹ Entre outros, pode-se citar Graziano da Silva (1998; 2002); Campanhola e Graziano da Silva (2000); Del Grossi e Graziano da Silva (2002); Neder (2003); Silveira e Vilela (1998).

de 63.058 habitantes, sendo que destes, 45.254 vivem na área urbana e 17.804 vivem na área rural do município.

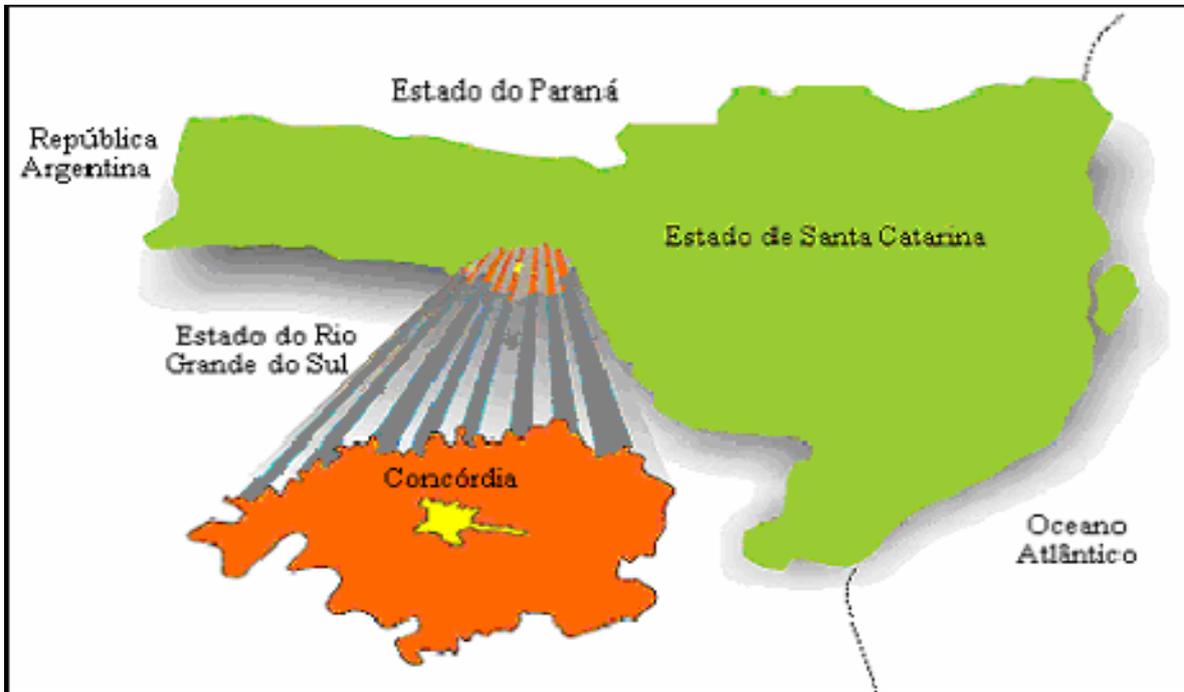


FIGURA 01 – Localização geográfica do município de Concórdia no estado de Santa Catarina

Concórdia é o principal pólo da microrregião do Alto Uruguai Catarinense que é formada por dezesseis municípios, congregados na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, e que conta com uma população de 142.086 habitantes e área de 3.150,19 km².

A exemplo de toda a região oeste catarinense, o município de Concórdia foi colonizado a partir do início do século XX, basicamente por imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, na sua maioria de descendência italiana e alemã que reproduziram aqui o modo de vida e o sistema de produção agropecuária herdado das regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

A estrutura fundiária do município é formada basicamente por minifúndios. De acordo com o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina - LAC (2005), Concórdia conta com 2.653 estabelecimentos agrícolas em atividade, sendo que 72,5% deles têm menos de 20 ha.

O meio rural do município se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar e pelo sistema de produção implantado pelas grandes agroindústrias, sobretudo de suínos e aves,

denominado de “sistema de produção integrado”². A presença de agroindústrias familiares, sobretudo na última década, também começou a ganhar relevância.

A economia do município está baseada na agropecuária e na agroindústria. Concórdia detém o terceiro maior efetivo de suínos e o quarto maior efetivo de aves do país (IBGE, 2004). Destaca-se, ainda, a produção leiteira e culturas agrícolas, com destaque para o milho. No setor agroindustrial, o município é conhecido pela presença de um dos maiores complexos agroindustriais da América Latina, a Sadia. Conta ainda com dezenas de médias e pequenas agroindústrias, grande parte delas localizadas no meio rural.

Na área de pesquisa e ensino voltados à agropecuária o município conta com uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves - CNPSA; um Campus da Universidade do Contestado - UnC e a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - EAFC.

Este contexto junto com as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para sua reprodução social³ fazem do município de Concórdia um espaço privilegiado para a realização deste estudo.

Justificativa da pesquisa

O processo de modernização da agricultura brasileira, iniciado na década de cinquenta e intensificado a partir da segunda metade da década de sessenta (ANJOS, 2003) com a crescente intervenção do Estado, provocou mudanças na agricultura familiar nas mais diversas regiões do país. No entanto, como observa Cabral (2005), este não é um processo único.

Determinadas particularidades ou especificidades regionais como o clima, a topografia, a forma de ocupação do espaço, a cultura, o acesso ao mercado (compra e venda), tipo de criação e tradição, e ainda, a maior ou menor capacidade de pressão e articulação na demanda e aplicação

² Sistema de produção no qual o agricultor participa com as instalações, água, energia e a mão-de-obra necessária para o manejo dos animais e, por vezes, com parte da alimentação dos mesmos. A empresa integradora participa com os animais, alimentação (total ou parcial), medicamentos, assistência técnica e transporte. O agricultor é remunerado segundo índices de eficiência estabelecidos pela empresa integradora.

³ De acordo com Almeida (1986), a reprodução social da agricultura familiar, na literatura, é analisada sob dois focos: alguns trabalhos analisam a reprodução social no ciclo curto ou anual, considerando os recursos disponíveis para atender as necessidades da família, no período, e reiniciar o processo; outros analisam a reprodução no ciclo longo ou geracional. Neste caso a lógica é o parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança. Fortes apud Almeida (1986) define reprodução social como o “processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração”.

de recursos públicos e privados determinaram formas diversas de incorporação dos avanços tecnológicos e de adaptação ao novo contexto.

No oeste catarinense, região típica de agricultura familiar, a intensificação das ações de modernização da agricultura foi especialmente danosa para uma significativa parcela de unidades familiares de produção. Mudanças na base técnica de produção, entre outros efeitos, propiciaram um aumento da produtividade do trabalho agrícola que somado à escassez de terras próprias para a agricultura, determinaram a exploração dos recursos naturais acima de sua capacidade de uso e um significativo excedente de força de trabalho.

A relação da agricultura familiar com a agroindústria ficou mais estreita e, esta, no sentido de manter-se competitiva no mercado globalizado e, também, de maximizar os lucros e diminuir os custos, a partir dos anos de 1980, passou a determinar padrões de qualidade, volume de produção e níveis de produtividade cada vez mais altos, resultando em um processo contínuo de especialização, seleção e exclusão. Como resultado, por um lado, tem-se uma significativa parcela de agricultores familiares excluídos da principal atividade econômica da região, a suinocultura. Já a parcela da agricultura familiar integrada, passa cada vez mais a depender da agroindústria. Por outro lado, assistiu-se a consolidação na região de grandes unidades agroindustriais (Sadia, Perdigão, Seara e Coopercentral Aurora) formando o maior complexo agroindustrial da América Latina.

O processo de concentração da produção fica evidente ao analisarmos a Figura 2, a seguir, elaborada a partir de dados dos Censos Agropecuários dos anos de 1985, 1995/96 realizados pelo IBGE e de dados do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – CEPA/SC de 2005. Esses dados mostram que, em 1985, o estado de Santa Catarina contava com 35.089 produtores de suínos produzindo 4,8 milhões de cabeças. Em 1995/96, o número de produtores caiu para 23.527 e a produção passou para 6,4 milhões de cabeças. Em 2003, a produção ultrapassou os 7,8 milhões de cabeças com 12.800 produtores na atividade⁴.

⁴ Foram considerados apenas os produtores que nos diferentes períodos pesquisados declararam possuir mais de 20 animais, considerando que os produtores com menos de 20 animais não participam do mercado ou o fazem apenas de forma marginal.

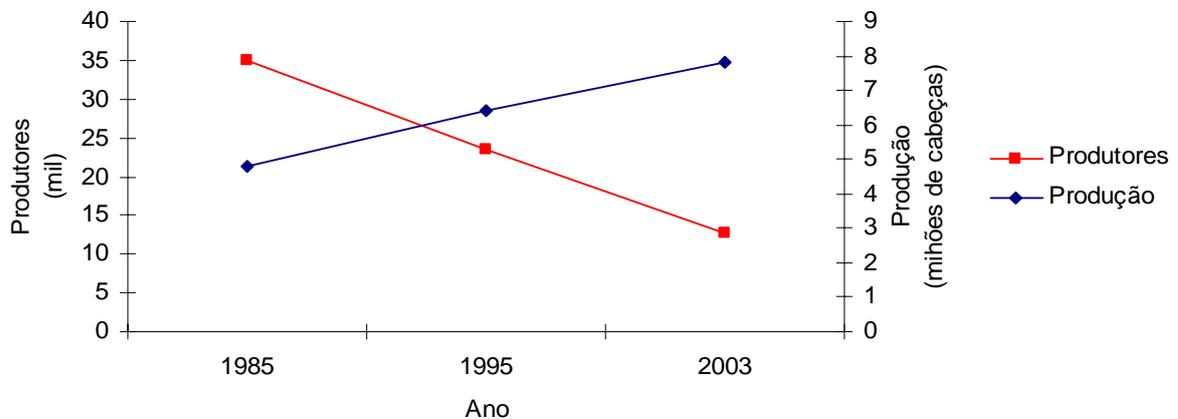


FIGURA 2 – Concentração da produção de suínos em Santa Catarina no período de 1985 a 2003.
Fonte: IBGE censos agropecuários (1985, 1995/96); CEPA/SC (2005).

Além dos impactos ambientais causados pela grande quantidade de dejetos de suínos⁵, a concentração da produção, entre outros fatores, determina uma diferenciação produtiva, social e econômica entre os agricultores familiares. No caso específico de Concórdia, os dados obtidos junto à prefeitura municipal de Concórdia, contidos no Plano Estratégico e Participativo do Município (2002) mostram que o quadro neste município é preocupante, pois 59% dos agricultores familiares do município são considerados periféricos, 27% encontram-se em transição e somente 14% são considerados agricultores familiares consolidados, de acordo com a classificação da FAO/INCRA (1994)⁶. Isto demonstra que as atividades agrícolas tradicionais têm oferecido cada vez menos oportunidades de renda suficiente para assegurar o padrão de vida e conforto desejado para a maior parte dos agricultores familiares.

Como resposta aos desafios impostos pelo avanço das relações capitalistas no campo, a agricultura familiar da região oeste catarinense recorre a diferentes estratégias visando reproduzir-se socialmente. Assim, intensificam-se as relações de integração com outras agroindústrias (fora dos grandes complexos de aves e suínos) como os laticínios e empresas fumageiras, bem como a busca por atividades agrícolas alternativas, como a fruticultura,

⁵ Sobre o assunto ver GUIVANT e MIRANDA (1999).

⁶ Segundo a classificação FAO/INCRA (1994) são consideradas consolidadas as unidades agropecuárias que apresentam renda mensal superior a três salários mínimos/mês/pessoa ocupada; em transição aquelas que apresentam renda entre um a três salários mínimos/mês/pessoa ocupada; e, periféricas aquelas que obtêm renda inferior a um salário mínimo/mês/pessoa ocupada.

olericultura, piscicultura. Intensifica-se também a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas, especialmente em relação a agroindustrialização.

Ao analisar a realidade e perspectivas para a agricultura familiar, Wilkinson (1996) aponta três estratégias possíveis: a ação coletiva como forma de aumentar a escala e/ou de baixar os custos de produção; o desenvolvimento e fortalecimento das agroindústrias rurais; e a pluriatividade. É, pois, neste campo que a presente pesquisa se insere.

Desta forma, justifica-se a presente pesquisa, em primeiro lugar pela importância social e econômica da agricultura familiar para o país⁷, para o estado e para o município de Concórdia. Em segundo lugar, por tratar de um tema apontado por Wilkinson (1996), por exemplo, como uma das possíveis estratégias de viabilização da reprodução social e econômica na agricultura familiar (a pluriatividade). Assim, este estudo pretende analisar até que ponto, em Concórdia, esta estratégia tem contribuído para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

Ademais, no Brasil, as pesquisas relacionadas à pluriatividade ainda não são muito expressivas, na maioria recentes e pontuais, destacando-se os trabalhos realizados no âmbito do projeto Rurbano⁸. Outros trabalhos que se destacam são os de Schneider (1999, 2003), Seyferth (1974, 1984), Mattei (1999) e Anjos (1995). Muitos desses trabalhos foram realizados em regiões com forte presença da indústria coureiro calçadista e/ou têxtil, com as quais a pluriatividade está relacionada. No entanto, não encontramos trabalhos sobre pluriatividade em regiões com forte presença da agroindústria e com as características da região definida para esta pesquisa, o que evidencia ainda mais a relevância deste estudo.

Motivação para a realização da pesquisa

Duas razões principais motivam a realização deste estudo no município de Concórdia. A primeira, pelo fato do município como um todo, e a agricultura familiar em particular, apresentarem as características necessárias à realização do estudo, ou seja, a presença da agricultura familiar e da pluriatividade. A segunda, pelo fato do autor residir e trabalhar no município.

⁷ Ver Guanziroli et al (2001).

⁸ Projeto de pesquisa sobre o meio rural brasileiro coordenado pelo professor José Graziano da Silva no Instituto de Economia da Universidade de Campinas - SP.

Desenvolvendo atividades profissionais na área da educação profissional junto a filhos de agricultores familiares (na sua grande maioria), percebe-se a apreensão destes jovens em relação às perspectivas que se apresentam para com as unidades familiares de produção. Desta forma, a motivação profissional e pessoal para o desenvolvimento da pesquisa reside na perspectiva de identificar e analisar possíveis estratégias e suas contribuições para a viabilização da reprodução social e econômica das unidades familiares de produção. Para o autor, assume especial importância o estudo de temas que tratem do desenvolvimento rural (para além do agrícola) no município de Concórdia, especialmente por se tratar de uma região marcada, por um lado, pela integração vertical com o grande capital agroindustrial (apenas para uma parcela de agricultores familiares) e, por outro, pelas limitações impostas pela topografia (muito acidentada) que dificulta, quando não impede, a utilização de máquinas e equipamentos que poderiam minimizar a penosidade do trabalho agrícola.

Questão, hipótese e objetivos da pesquisa

A partir das preocupações expressas anteriormente é que se construiu a questão, a hipótese e objetivos deste estudo. O que se observa é que na medida em que o agricultor familiar passa da condição de monoativo (desenvolve apenas atividades agrícolas) para uma condição de pluriativo (conjuga atividades remuneradas agrícolas e não-agrícolas), uma nova forma de organização do trabalho e da produção se estabelece nessas unidades de produção agrícola, especialmente na situação em que a pluriatividade se dá via assalariamento. Se, por um lado, os indivíduos pluriativos passam a se beneficiar de uma renda regular, plano de saúde, férias e descanso remunerado, por outro lado, a família vê-se forçada a diminuir o volume de atividades na propriedade e/ou a aumentar a jornada de trabalho de seus membros.

A possibilidade da família rural se tornar pluriativa depende em grande medida do contexto social e econômico em que estiver inserida, especialmente em função das oportunidades de passar a desenvolver outras atividades além da agricultura, ou então, dos recursos de que dispõe para iniciar uma atividade não-agrícola por conta própria. No entanto, a decisão de alocar a força de trabalho familiar, ou parte dela, em atividades não-agrícolas, segundo Schneider (2003), é única e exclusiva da família ou dos membros que a compõe. Desta forma, cabe questionar quais motivações poderiam influenciar nesta decisão. O desejo de permanecer mais

próximo à natureza? A manutenção de um modo de viver rural em oposição ao estilo de vida urbano? A preservação do patrimônio familiar? A busca de melhores condições sócio-econômicas para a família?

Assim, neste estudo busca-se investigar e analisar o significado da pluriatividade para os agricultores familiares do município de Concórdia. Especificamente, pretende-se pesquisar se a combinação de atividades agrícolas e de atividades não-agrícolas relacionadas a agroindústria têm representado, para o agricultor familiar do município de Concórdia, uma condição favorável à sua permanência na atividade agrícola e no meio rural.

Partimos da hipótese de que, a condição de família pluriativa, ou seja, a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem contribuído para viabilizar a permanência dos agricultores familiares, da região em estudo, na atividade agrícola e no meio rural.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar a influência econômica e social da conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas (estas últimas relacionadas a agroindústria) para a permanência dos agricultores familiares, do município de Concórdia –SC, na atividade agrícola e no meio rural.

Como objetivos específicos estabelecemos os seguintes:

- Identificar as motivações que levam os agricultores familiares a buscarem atividades não-agrícolas;
- Analisar a influência da pluriatividade na definição das prioridades para a realização de investimentos econômicos entre as famílias entrevistadas;
- Identificar a relação entre a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas e a sucessão hereditária na agricultura familiar;
- Identificar os principais efeitos da presença e realização de atividades não-agrícolas nas relações de sociabilidade no meio rural.

Estrutura da pesquisa

Além da presente introdução, esta dissertação apresenta cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se os procedimentos metodológicos. Basicamente, utiliza-se aqui a abordagem de pesquisa qualitativa. No entanto, como forma de melhor complementar e compreender a dimensão qualitativa são também empregados elementos da abordagem de pesquisa quantitativa

com o propósito de mensurar um conjunto de dados e informações que se prestam a esse fim. Desta forma, procura-se articular as vertentes metodológicas quantitativa e qualitativa.

No segundo capítulo apresentam-se referências teóricas e conceituais que embasaram a análise da pluriatividade entre os agricultores familiares do município de Concórdia. Em particular discute-se os preceitos teóricos relacionados à agricultura familiar, à pluriatividade e à agroindustrialização.

O terceiro capítulo trata do processo de colonização e da trajetória até os dias atuais da agricultura familiar da região oeste catarinense e em especial no município de Concórdia, processo esse iniciado, como já mencionado, nas primeiras décadas do século XX, por descendentes de europeus, italianos e alemães na sua grande maioria, vindos do Rio Grande do Sul. Podemos observar que, inicialmente, reproduziu-se aqui o modelo produtivo colonial, baseado no sistema policultivo-pecuária, assentado em uma estrutura fundiária que de certa forma permanece até hoje, ou seja, formada por minifúndios. Especial atenção é dada à influência da agroindústria na conformação de um modelo de exploração agropecuária baseada, sobretudo, na suinocultura e avicultura e às relações que se estabeleceram entre os agricultores familiares e a agroindústria a partir do sistema de produção integrado. São também discutidos, neste capítulo, alguns dados relativos às mudanças decorrentes do processo de modernização das atividades agropecuárias, importantes para a compreensão das novas relações sociais e econômicas em curso no meio rural.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados da investigação realizada junto a agricultores familiares e informantes chaves. A análise da contribuição da pluriatividade para a permanência dos agricultores na atividade agrícola e no meio rural teve como referencial empírico o modo de viver de 37 famílias de agricultores, sendo 18 famílias agricultoras e 19 famílias agricultoras pluriativas. A análise dos dados centra-se em torno de quatro temas principais, quais sejam: as atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas; os investimentos prioritários entre famílias entrevistadas; a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar; e, agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade.

Nas considerações finais, faz-se uma síntese dos capítulos anteriores e dos principais resultados, tendo-se por base os objetivos e a hipótese deste trabalho. São também apontadas algumas limitações e implicações derivadas da realização deste estudo, assim como indicadas questões que continuam em aberto e que poderão ser investigadas em outras pesquisas.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO DO PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, envolvendo as fases de produção e coleta, sistematização, análise e interpretação de dados e informações. Com o propósito de situar, metodologicamente, este trabalho, inicia-se fazendo referência aos métodos de pesquisa, a sua articulação no desenvolvimento deste estudo e à natureza desta pesquisa. Faz-se também referência à unidade de análise tomada para este estudo, à tipologia definida para as famílias entrevistadas e às etapas e procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

1.1 Métodos de pesquisa

Para produzir conhecimento, a ciência utiliza-se de caminhos metodológicos que em uma divisão macro podem ser caracterizados como metodologias de pesquisa qualitativa e metodologias de pesquisa quantitativa. O que determina o método a ser utilizado, de acordo com Richardson e Peres (1999) é a natureza do problema de pesquisa, seu grau de complexidade e aprofundamento do estudo.

1.1.1. Métodos de pesquisa quantitativos

Os métodos de pesquisa quantitativos são característicos da pesquisa científica convencional, a qual, de acordo com Löwy (2003), tem como base o positivismo que, por sua vez, está fundamentado nas seguintes premissas:

- 1 - A sociedade está regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social reina uma harmonia natural;
- 2 – A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos, “démarches”⁹ e processos empregados pelas ciências da natureza;

⁹ Segundo o autor corresponde a método, modo de ação, trajetória.

3 – As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se a observação e a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e os preconceitos.

Para May (2004), a pesquisa social no positivismo é definida como sendo a mesma das ciências naturais, onde a objetividade e a neutralidade ou desligamento do pesquisador em relação ao tópico investigado é defendida. Para o autor, essa concepção pressupõe que usando esse método de investigação ter-se-ia um resultado de pesquisa capaz de produzir leis precisas, amplas, verdadeiras e passíveis de generalizações.

Richardson e Peres (1999) destacam algumas características do método quantitativo pelas quais é criticada sua utilização nas ciências sociais: a redução da ciência ao campo do observável, assim como a separação dos fatos de seu contexto; insistência na neutralidade e objetividade dos dados; e, a visão do mundo físico como um objeto a ser tecnologicamente controlado pelo homem.

Para Pinheiro e De Boef (2006), a pesquisa científica convencional baseada epistemologicamente na ciência positivista e tendo como pressupostos a objetividade, previsibilidade e simplicidade do conhecimento, na prática, tem se revelado suficiente e adequada em situações simples ou no máximo relativamente difíceis (caso típico de sistemas não vivos como máquinas e equipamentos). Contudo nas situações em que a construção do conhecimento é caracterizada pela subjetividade, imprevisibilidade e complexidade, caso típico de sistemas vivos e humanos (eg. agricultura familiar), este enfoque tem se mostrado inadequado e insuficiente requerendo abordagens epistemológicas alternativas.

1.1.2. Métodos de pesquisa qualitativos

De acordo com Pinheiro e de Boef (2006), na pesquisa científica em situações caracterizadas pela complexidade e subjetividade típicas de sistemas vivos e humanos (como é o caso da realidade deste estudo) os métodos de pesquisa qualitativos revelam-se mais adequados e complementares à pesquisa convencional baseada no paradigma positivista.

Segundo Richardson e Peres (1999), diferentemente dos métodos quantitativos, a princípio, a abordagem qualitativa de pesquisa não utiliza um instrumental estatístico como base no processo de análise de uma situação estudada.

Para Minayo (1996), a diferença entre os métodos quantitativos e qualitativos é de natureza, sendo que a abordagem qualitativa explora o “mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. (MINAYO, 1996:22).

Na pesquisa qualitativa, conforme Lüdke e André (1986), a preocupação do pesquisador está muito mais no processo do que no produto. Da mesma forma, Treviños (1987) afirma que este método de pesquisa não admite etapas isoladas, desenvolvendo-se em constante processo de interação dinâmica e retroalimentando-se. Assim, dados coletados e analisados são vínculos para nova busca de informações.

Desta forma, a abordagem qualitativa mostra-se como a mais adequada para o estudo nas ciências sociais (RICHARDSON e PERES, 1999; MINAYO, 1996). De acordo com Richardson e Peres (1999), uma das situações em que a abordagem qualitativa se mostra adequada refere-se aos estudos que tratam das estruturas sociais, servindo como indicadores do funcionamento dessas estruturas, como é o caso em estudo.

Embora, a partir dos anos de 1970 tenha sido defendida a abordagem qualitativa como a mais adequada para estudos nas ciências sociais (RICHARDSON e PERES, 1999), alguns autores¹⁰ afirmam que a quantificação, em alguns casos, pode auxiliar na compreensão de determinado problema, aceitando como possível sua utilização em combinação com os métodos qualitativos, através da estratégia da “triangulação”¹¹.

1.2 Articulação entre os métodos de pesquisa

Para Treviños (1987), os métodos quantitativos e qualitativos não se constituem em dicotomia, uma vez que, toda a pesquisa pode ser ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa. No mesmo sentido, Goldenberg (2000:62) observa que diferentes abordagens de pesquisa permitem ao pesquisador “fazer um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. Richardson e Peres (1999:88) consideram que a integração dos métodos de pesquisa quantitativos

¹⁰ Richardson e Peres (1999); Goldenberg (2000).

¹¹ Triangulação é uma metáfora tomada emprestada da estratégia militar e da navegação, que se utiliza de múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata de um objeto (GOLDENBERG, 2000).

e qualitativos pode se dar em três instâncias do processo de pesquisa: “no planejamento da pesquisa, na coleta dos dados e na análise da informação”.

Embora neste estudo se tenha privilegiado os procedimentos da metodologia de pesquisa qualitativa, buscou-se proceder a uma articulação entre os dois caminhos metodológicos (no entendimento de que não são conflitantes, mas complementares). Essa articulação se dá por meio da utilização de elementos característicos da pesquisa quantitativa (técnicas simples como percentagens, por exemplo), no sentido de melhor complementar e compreender a dimensão qualitativa da questão em estudo.

1.3 Natureza da pesquisa

Este trabalho caracteriza-se, basicamente, como uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso. Para Goldemberg (2000:34), “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”. Yin (1994) observa que nas situações em que o fenômeno de interesse do pesquisador não pode ser adequadamente estudado e compreendido fora do seu ambiente natural, como é o caso da presente pesquisa, o estudo de caso constitui-se no tipo de pesquisa mais adequado.

1.4 Unidade de análise e tipologia das famílias

Neste estudo, a família rural será tomada como unidade de análise. De acordo com Schneider (2000: 08), a família rural é entendida como sendo

um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção).

Ao apontar a família rural como unidade de análise adequada para o estudo da pluriatividade, Schneider (2003:08) afirma que

é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas.

Para Carneiro (1998), a escolha da família como unidade privilegiada de análise nos estudos relacionados à organização do trabalho e da renda se justifica dada sua importância como integradora das relações sociais no âmbito das unidades familiares de produção, sobretudo no que se refere ao parentesco e ao trabalho.

Deste modo, por entender que é na família que são tomadas as decisões, que estas são decorrentes das necessidades, recursos e interesses do coletivo e, também, das aspirações individuais é que tomamos a família como unidade de referência para este estudo.

1.4.1 Tipologia das famílias estudadas

Tendo, este estudo, o propósito de analisar de forma comparativa (entre famílias agricultoras e famílias agricultoras pluriativas), a pluriatividade como fator de influência na permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural, faz-se necessário explicitarmos o entendimento que diferencia a família agricultora da família agricultora pluriativa.

1) Família agricultora.

Entende-se por família agricultora aquela em que todos os membros ativos ocupam-se exclusivamente com atividades agrícolas. Na seqüência deste trabalho, a família que se encontrar nesta condição será denominada de família agricultora.

2) Família agricultora pluriativa.

Neste estudo será considerada pluriativa a família que, além de desenvolver atividades agrícolas no próprio estabelecimento, atende a uma ou mais das seguintes condições:

- a) Quando pelo menos um membro da família estiver desenvolvendo atividades não-agrícolas, através da venda de força de trabalho. A família que se enquadrar neste caso será denominada, na seqüência deste trabalho, de família agricultora pluriativa assalariada.
- b) No caso da família processar/industrializar sua produção para fins comerciais e ao mesmo tempo, adquirir matéria-prima de terceiros para o mesmo fim. Na seqüência deste trabalho, a família que se encontrar nesta situação será denominada de família agricultora pluriativa por conta própria.

Observa-se que não serão consideradas famílias pluriativas aquelas que processam/industrializam, tão somente, sua própria produção seja destinada ao consumo próprio, seja destinada ao mercado.

1.5 Etapas e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa

A realização do trabalho de campo compreendeu, basicamente, as etapas de definição das comunidades e famílias a serem entrevistadas, da produção de informações e dados primários, da coleta de informações e dados secundários e da análise e interpretação das informações e dos dados coletados e produzidos.

1.5.1 Definição do ambiente da pesquisa

Constituem o ambiente da pesquisa as comunidades rurais do município de Concórdia. Dada a impossibilidade de pesquisar a totalidade, estabeleceu-se os seguintes critérios para a seleção das comunidades locais da investigação:

a) distância em relação à sede do município;

Por este critério foi selecionada uma comunidade localizada num raio de até 10 km da sede do município, uma segunda comunidade localizada entre 10 a 20 km, e, finalmente, uma terceira comunidade localizada a mais de 20 km de distância da sede do município.

b) existência, na comunidade, de pelo menos uma agroindústria (familiar ou não) que mantenha mão-de-obra contratada;

c) presença, na comunidade, de agroindústrias mantidas por famílias de agricultores (pluriativos).

Dentre as comunidades que atendiam a tais critérios, três foram selecionadas para a realização deste trabalho de pesquisa. Uma localizada a 07 km (comunidade de Fragosos), uma a 18 km (comunidade de Santa Lúcia / Pinhal Poletto) e, finalmente, uma a 27 km da sede do município (comunidade de Barra do Tigre). Na comunidade localizada a média distância encontramos, por ocasião da realização das entrevistas, apenas uma família agricultora. Todas as demais são famílias agricultoras pluriativas. Diante disso, procedeu-se o trabalho de produção de dados e informações na comunidade selecionada e na comunidade mais próxima àquela. Considera-se que cada comunidade selecionada representa a situação das demais, nas mesmas

condições. Na Figura 03 pode ser observada a localização (indicada por círculos em azul) das comunidades estudadas no município de Concórdia.

Estabelecer a distância em relação ao centro urbano como um dos critérios para a seleção das comunidades a serem estudadas teve como propósito permitir analisar as possíveis influências que a maior ou menor proximidade com o centro urbano possa ter sobre as decisões dos agricultores familiares, sobretudo em relação a possibilidade de se tornarem pluriativos.

Os critérios “b” e “c” estão relacionados aos propósitos deste estudo, ou seja, de investigar e analisar a pluriatividade entre os agricultores familiares do município de Concórdia, relacionada a agroindústria. Optou-se por privilegiar a atividade agroindustrial (como atividade não-agrícola) por ser a atividade econômica que caracteriza a região, por sua importância social e econômica para a região como um todo e em especial para a agricultura familiar. Ainda, pelo fato da região apresentar vocação para a agroindustrialização e potencial para a expansão dessa atividade.

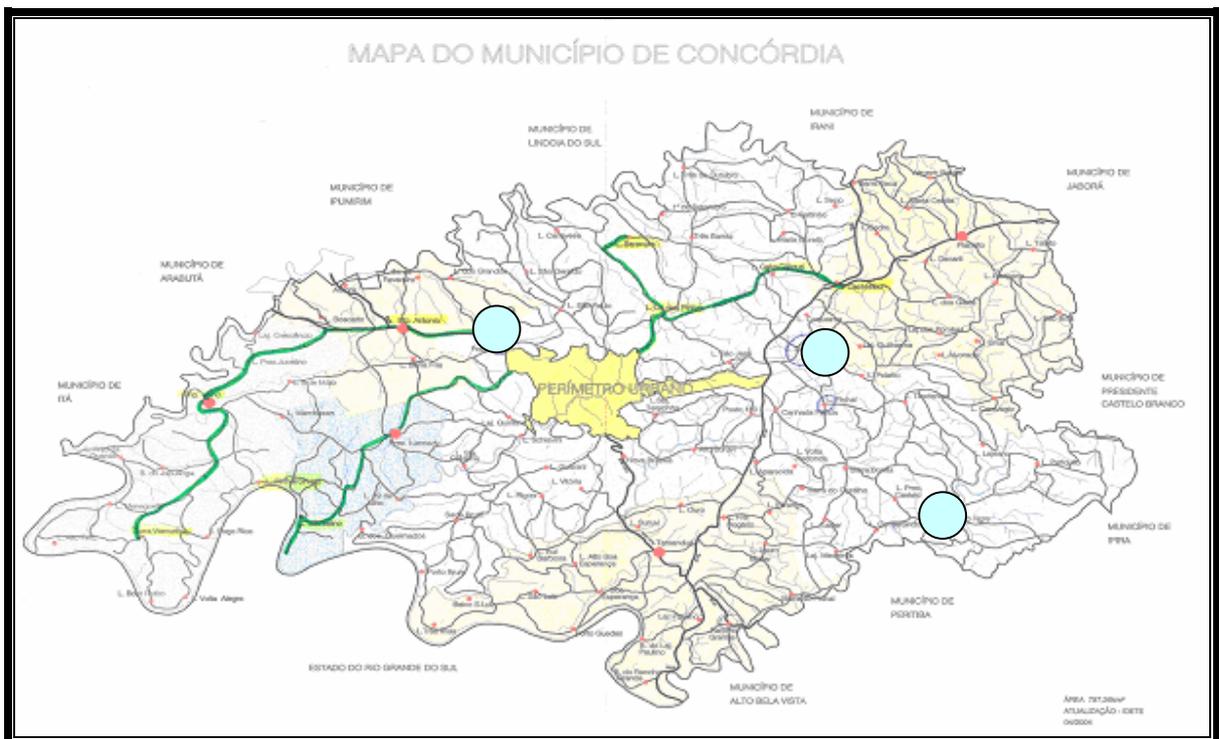


FIGURA 3 – Ilustração da localização geográfica das comunidades pesquisadas no mapa do município de Concórdia

Fonte: prefeitura municipal de Concórdia, (2005)

Dado as características da metodologia adotada neste trabalho, a definição do número de entrevistados não foi estabelecida rigidamente *a priori*, ou seja, não se definiu um percentual de entrevistados em relação ao número de famílias agricultoras e de famílias agricultoras pluriativas. Considerou-se que a investigação junto a pelo menos 06 famílias em cada situação (agricultoras e agricultoras pluriativas) em cada comunidade, oferecia elementos suficientes para a análise. Desta forma previu-se a realização de pelo menos 12 entrevistas em cada comunidade, perfazendo-se um total mínimo de 36 famílias entrevistadas.

Desta maneira, em cada comunidade selecionada foram realizadas entrevistas com 12 famílias, sendo seis de famílias agricultoras e seis de famílias agricultoras pluriativas. Dentre as famílias agricultoras pluriativas foram entrevistadas, em cada comunidade, três famílias agricultoras pluriativas assalariadas e três famílias agricultoras pluriativas por conta própria. Na comunidade situada a média distância foram entrevistadas quatro famílias agricultoras pluriativas por conta própria. Desta forma, o número total de famílias entrevistadas foi de 37, sendo 18 famílias agricultoras (com um total de 110 pessoas) e 19 famílias agricultoras pluriativas (somando um total de 101 pessoas). Assim, o número total de pessoas pertencentes às famílias entrevistadas foi de 211¹².

Com base nos resultados das entrevistas e no critério da diversidade nas respostas consideramos que, para os propósitos deste estudo, o número de entrevistas realizadas foi adequado. Quanto a representação numérica de entrevistados, Goldemberg (2000) argumenta que na pesquisa qualitativa, mais importante que a expressividade numérica é o aprofundamento da compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos.

Foram, também, realizadas nove entrevistas com informantes chaves com atuação no município. Seis dessas entrevistas foram realizadas com representantes das seguintes áreas: de pesquisa (uma); ensino técnico (uma); extensão rural (três); e, da esfera política partidária (uma). Com a realização dessas entrevistas objetivou-se obter percepções de distintos profissionais sobre a realidade estudada, o que se revelou relevante no processo de investigação. As outras 03 entrevistas foram realizadas com pessoas pioneiras e ainda residentes em suas comunidades (uma em cada comunidade estudada), caracterizando-se como “história oral”. A realização dessas

¹² Dados referentes ao perfil sócio-econômico das famílias entrevistadas são apresentados no início do capítulo quatro.

entrevistas se revelou importante na medida em que orientou a contextualização histórica, juntamente com a análise documental.

1.5.2 Instrumentos de coleta de dados secundários e produção das informações e dados primários

Para a coleta e produção de dados e informações necessários à realização deste trabalho utilizou-se diferentes instrumentos, a saber:

- a) levantamento e sistematização de dados secundários e de literatura;

Utilizou-se de publicações disponíveis como livros, teses, dissertações, periódicos e documentos históricos, fontes estatísticas, e programas e projetos direcionados ao meio rural, no sentido de construir o referencial teórico o qual foi articulado ao problema a ser investigado, para o levantamento de dados secundários e, ainda, para a construção da metodologia utilizada neste estudo.

- b) observação direta;

A observação direta, como observa Lüdke e André (1986, p. 26), permite que o pesquisador se aproxime da “perspectiva dos sujeitos” e tente desta forma, “apreender o significado que eles atribuem a realidade que os cerca e às suas próprias ações”.

Desta forma, a observação direta permitiu observar e anotar (em caderneta de campo) detalhes que se revelaram relevantes, tanto na seqüência do processo de coleta de dados e informações quanto no processo de análise e interpretação.

- c) entrevista semi-estruturada;

Como principal instrumento para a obtenção das informações e dados primários, utilizou-se a entrevista semi-estruturada. Esta contém duas partes. A primeira formada por perguntas fechadas, caracterizando-se como um questionário (anexo 01). A aplicação do questionário teve como objetivo obter dados sócio-métricos e sócio-econômicos das famílias entrevistadas. A segunda parte, formada por um roteiro de perguntas para orientar a realização das entrevistas, com a qual se obteve a maior parte das informações e dados que consideramos necessários à realização deste trabalho.

Quanto aos instrumentos para produção dos dados e informações, Treviños (1987) considera que no enfoque qualitativo pode-se usar a entrevista estruturada ou fechada, a semi-estruturada e a entrevista livre ou aberta. Aponta a entrevista semi-estruturada como um dos principais meios para o pesquisador realizar a coleta de dados. De acordo com o autor, a

entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece também a possibilidade de que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

May (2004) considera que nesse método as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas. O entrevistador pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas e pode registrar informações qualitativas sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado. Para o autor, a entrevista semi-estruturada permite que as pessoas entrevistadas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas, mas ao mesmo tempo forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas não-estruturadas.

De fato, a entrevista semi-estruturada revelou-se um instrumento adequado, pois conferiu uma flexibilidade importante ao processo ao permitir que as entrevistas não se limitassem a perguntas pré-estabelecidas. Desta forma, alguns pontos abordados pelos informantes foram aprofundados na medida em que se revelavam relevantes para os objetivos deste trabalho.

O roteiro para a realização das entrevistas semi-estruturadas (quadro 01) compreende temas relacionados aos seguintes aspectos: histórico sócio-econômico da família; a propriedade e as principais atividades produtivas; a agricultura familiar no presente e no futuro, na perspectiva das famílias entrevistadas; e, ainda, um último tema, mais especificamente para as famílias agricultoras pluriativas, relacionado às atividades não-agrícolas.

QUADRO 1- Roteiro norteador para entrevistas com famílias agricultoras e famílias pluriativas

1. Tema 1 – Procedência e histórico sócio-econômico da família.

- 1.1 Qual a procedência da família? (Considerando os avós e pais das famílias entrevistadas).
 1.2 A família sempre trabalhou na agricultura? Quais as principais atividades produtivas já desenvolveu?
 1.3 Todos os membros continuam na propriedade ou em outra propriedade desenvolvendo atividades agrícolas? (Considerando a família entrevistada).

2. Tema 2 – A propriedade e as atividades produtivas.

- 2.1 A unidade familiar de produção já esteve integrada à agroindústria? Voltaria a ser integrada se tivesse oportunidade? Por quais razões? (Somente para os não-integrados).
 2.2 A área de terra que a família possui é suficiente para obter a renda necessária?
 2.3 Qual é a principal fonte de renda da família?
 2.4 A unidade familiar de produção conta com assistência técnica? De quem?
 2.5 Quais as motivações que levam os agricultores familiares a exercerem atividades não-agrícolas?
 2.6 Desenvolveria atividades não-agrícolas se tivesse oportunidade?

3. Tema 3 – Percepção em relação à agricultura familiar

- 3.1 A família percebe motivação nos jovens para permanecerem na agricultura?
 3.2 Muitos agricultores de sua comunidade saíram para viverem na cidade? Por quais razões?
 3.3 Qual é a maior dificuldade para os agricultores familiares, atualmente?
 3.4 Quais medidas poderiam contribuir para manter os agricultores no campo e na atividade agrícola?
 3.5 As condições para viver no meio rural têm melhorado ou piorado nos últimos anos?

4. Tema 4 – Perspectivas para a unidade familiar de produção

- 4.1 Quais as perspectivas para as atividades agropecuárias na propriedade?
 4.2 Desejam permanecer na agricultura? (para os filhos jovens).
 4.3 Os senhores desejam que seus filhos permaneçam na agricultura? (para os pais).
 4.4 Se a família tivesse economias (dinheiro) em que investiria prioritariamente?
 4.5 Por qual(is) razão(es) a família venderia a propriedade?
 4.6 A família já definiu quem será o sucessor?

5. Tema 5 – Atividades não-agrícolas relacionadas à agroindústria (somente para as famílias pluriativas)

- 5.1 Há quanto tempo sua família desenvolve atividades não-agrícolas?
 5.2 O que levou a família a buscar atividades não-agrícolas?
 5.3 Quais as principais mudanças a família percebeu depois que passou a exercer atividades não-agrícolas?
 5.4 Qual é o destino das rendas de atividades não-agrícolas?
 5.5 Em termos financeiros, o que representa as atividades não-agrícolas para o conjunto da renda familiar?
 5.6 No caso de perder o emprego ou a atividade não-agrícola que exerce, qual seria a atitude da família?
 5.7 A renda obtida de atividades não-agrícolas contribui para a permanência da família na atividade agrícola e no meio rural?

Adotou-se como procedimento para a realização das entrevistas os seguintes passos:

- a) visita prévia a cada uma das famílias a ser entrevistada;

Na ocasião, fazia-se o convite para participar da pesquisa, expunha-se os objetivos do trabalho e fazia-se o agendamento das entrevistas. A data e horário das entrevistas eram marcados sempre de acordo com a preferência das famílias entrevistadas, ressalvada a condição de que, na medida do possível, todos os membros da família pudessem estar presentes.

- b) realização das entrevistas;

Todas as entrevistas com as famílias de agricultores familiares aconteceram nas suas respectivas residências, algumas das quais, no período noturno, por preferência destas, em função do volume de atividades na propriedade e também para que todos os membros da família pudessem participar.

- c) retorno para confirmação de dados e informações.

Em diversas propriedades procedeu-se a uma terceira visita com o objetivo de obter maiores informações e/ou confirmar dados.

Com os demais entrevistados, por preferência destes, as entrevistas aconteceram em seus locais de trabalho nas datas e horários definidos por eles.

O tempo de duração das entrevistas com os agricultores familiares ficou no intervalo compreendido entre uma hora e quinze minutos e três horas e trinta minutos, ficando em cerca de duas horas a média para cada entrevista (incluindo a aplicação do questionário).

Para o registro das informações, além das anotações em caderneta de campo, utilizou-se como recursos (mediante a autorização das famílias entrevistadas) a fotografia e a gravação das entrevistas. Nenhuma família demonstrou objeção ao uso do gravador, tampouco ficou evidente que o fato da entrevista estar sendo gravada tenha inibido os entrevistados a ponto de comprometer o resultado do trabalho¹³. Todas as entrevistas com as famílias agricultoras e pluriativas foram transcritas. O tempo médio para a transcrição de cada entrevista ficou em cerca de seis horas.

De modo geral, as famílias entrevistadas não demonstraram desconforto em falar sobre as questões apresentadas. Em alguns casos, no entanto, foi possível perceber certa relutância quando

¹³ Nos poucos casos em que se percebeu que o assunto poderia ser melhor explorado caso a entrevista não estivesse sendo gravada, retomou-se o tema após o gravador ter sido desligado.

a questão da renda era levantada, sobretudo com relação a renda líquida. Percebeu-se também (em poucos casos) um certo desconforto ao tratar da questão da sucessão hereditária.

Faz-se importante também ressaltar que todas as famílias convidadas a fazer parte do trabalho aceitaram fazê-lo. O fato de o pesquisador ter demonstrado boa identificação com as famílias entrevistadas, seja com a condição em que vivem e trabalham, seja com seus hábitos e costumes (pois o pesquisador é filho de família agricultora) contribuiu para que se estabelecesse um ambiente de confiança que se revelou frutífero para a consecução do trabalho.

1.5.2.1 Codificação das entrevistas

No sentido de manter o caráter confidencial das informações prestadas pelas pessoas entrevistadas, procedeu-se (nas citações diretas) a uma codificação por meio de letras maiúsculas, letras minúsculas e números, conforme segue: as letras “A”, “PA” e “PC” identificam respectivamente uma família agricultora, uma família agricultora pluriativa assalariada e uma família agricultora pluriativa por conta própria. As letras “p”, “m” e “d” identificam a distância da família entrevistada em relação ao centro urbano, sendo: próximo (p) quando a menos de 10 Km, a média distância (m) entre 10 e 20 Km, e distante (d) acima de 20 Km. Os algarismos arábicos de 01 a 37 identificam os números das entrevistas.

Desta forma, ao longo do trabalho, as citações diretas das pessoas entrevistadas são identificadas de acordo com o seguinte exemplo:

A p 05 = Identifica uma família agricultora, localizada próximo ao centro urbano (menos de 10 km) e a entrevista correspondente ao número 05.

PA m 12 = Identifica uma família pluriativa assalariada, localizada a média distância e a entrevista de número 12.

PC d 24 = Identifica uma família pluriativa por conta própria, localizada distante do centro urbano e a entrevista de número 24.

Seguindo o exemplo acima, as entrevistas com informantes chaves foram codificadas pela letra IC e os números de 01 a 09.

A utilização de imagens (fotos) atendeu a prévia autorização das pessoas envolvidas.

1.5.3 Análise e interpretação dos dados e informações

Na pesquisa científica de cunho qualitativo, como observa Treviños (1987), a fase de coleta de dados e informações e a fase de análise e interpretação desses dados e informações não se dão de forma totalmente separada, constituindo-se como partes de um processo. Da mesma forma, Lüdke e André (1986) afirmam que a análise está presente em várias fases do trabalho, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento de coleta de dados.

Existem diferentes maneiras de analisar e interpretar os dados e informações na pesquisa qualitativa. Neste trabalho seguimos o processo desenvolvido por Strauss e Corbin, adaptado por Pinheiro (1998). Este processo, chamado de análise de conteúdo temático, envolve as fases de codificações abertas, axiais e seletivas.

A etapa de codificação aberta é realizada a partir dos dados brutos e informações obtidas através de eventos como entrevistas e pesquisa documental. Observando os dados brutos e informações busca-se semelhanças e diferenças, de forma que estes possam ser categorizados primeiramente em temas e depois em categorias de temas. No caso do presente trabalho, nesta fase foram selecionados quatro temas. Esses temas foram definidos a partir da revisão de literatura sobre a questão da pesquisa e, também, como resultado do processo de investigação. Os quatro temas selecionados foram: as atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas; investimentos prioritários entre as famílias entrevistadas; a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar; e, agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade.

Na fase de codificação axial busca-se investigar e estabelecer relações e conexões entre temas e as categorias de temas identificadas. O objetivo é especificar cada categoria em termos de condições que levaram a sua existência e o contexto das ações que envolvem e conectam as diferentes categorias identificadas, assim como as conseqüências de suas interações. No caso específico deste estudo, nesta fase buscou-se identificar convergências e divergências em relação a pluriatividade, na perspectiva das famílias agricultoras e das famílias pluriativas.

Na terceira etapa do processo de análise de conteúdo temático é feita a codificação seletiva, na qual é (são) selecionada(s) categoria(s) de maior interesse para o estudo. A(s) categoria(s) selecionada(s) é (são) relacionada(s) com outras categorias, através da formulação de perguntas, desenvolvimento e teste de teorias ou hipóteses. Nesta fase, no presente estudo,

estabeleceu-se como categoria de maior interesse a questão norteadora deste trabalho, ou seja, a influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

Em síntese, a codificação aberta é como iniciar os trabalhos de montagem de um quebra-cabeças onde as várias partes estão dispersas e é preciso começar a juntá-las de alguma forma, por cores semelhantes, por exemplo. Na codificação axial aprofunda-se o processo de análise de convergências e divergências, juntando-se as peças semelhantes em relação a cores e outras similaridades (por exemplo, juntando o azul do céu com o azul do mar em categorias específicas). Na codificação seletiva, a interação entre as peças é trabalhada mais detalhadamente e as várias partes da figura começam a tomar uma forma mais compreensiva, até que a figura como um todo é desenvolvida.

Assim, buscou-se através do processo de análise dos dados e informações resultantes de diversas fontes; na classificação e seleção de temas; na investigação e estabelecimento de convergências e divergências entre as categorias identificadas, ou seja, entre famílias agricultoras e famílias pluriativas, identificar elementos que nos permitisse inferir a respeito da influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares do município de Concórdia na atividade agrícola e no meio rural, objetivo geral deste estudo. Nas Figuras 4 e 5 é apresentado o processo de análise utilizado neste estudo.

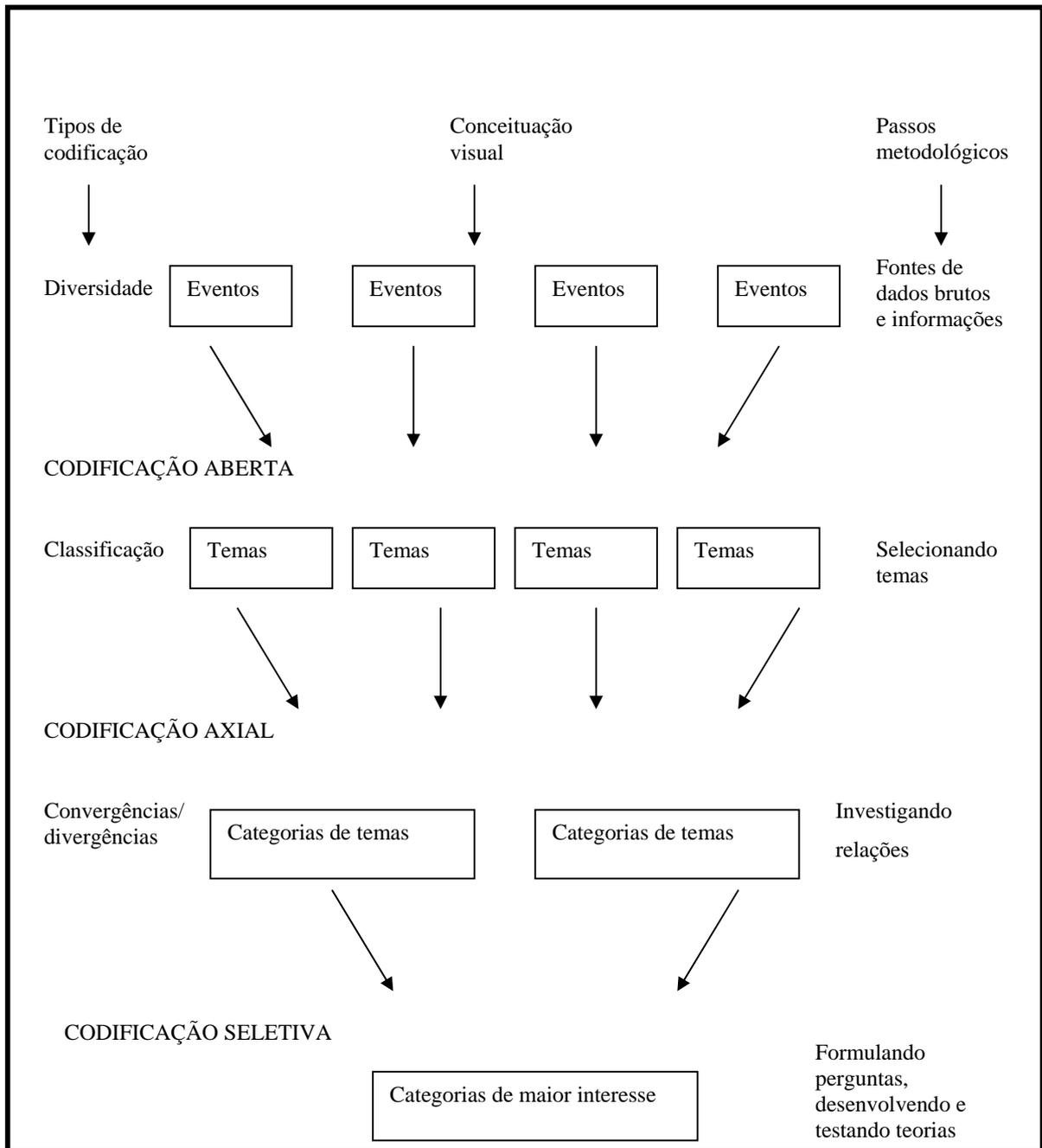


FIGURA 4 - Processo de análise qualitativa adaptado de Strauss e Corbin por Pinheiro (1998).

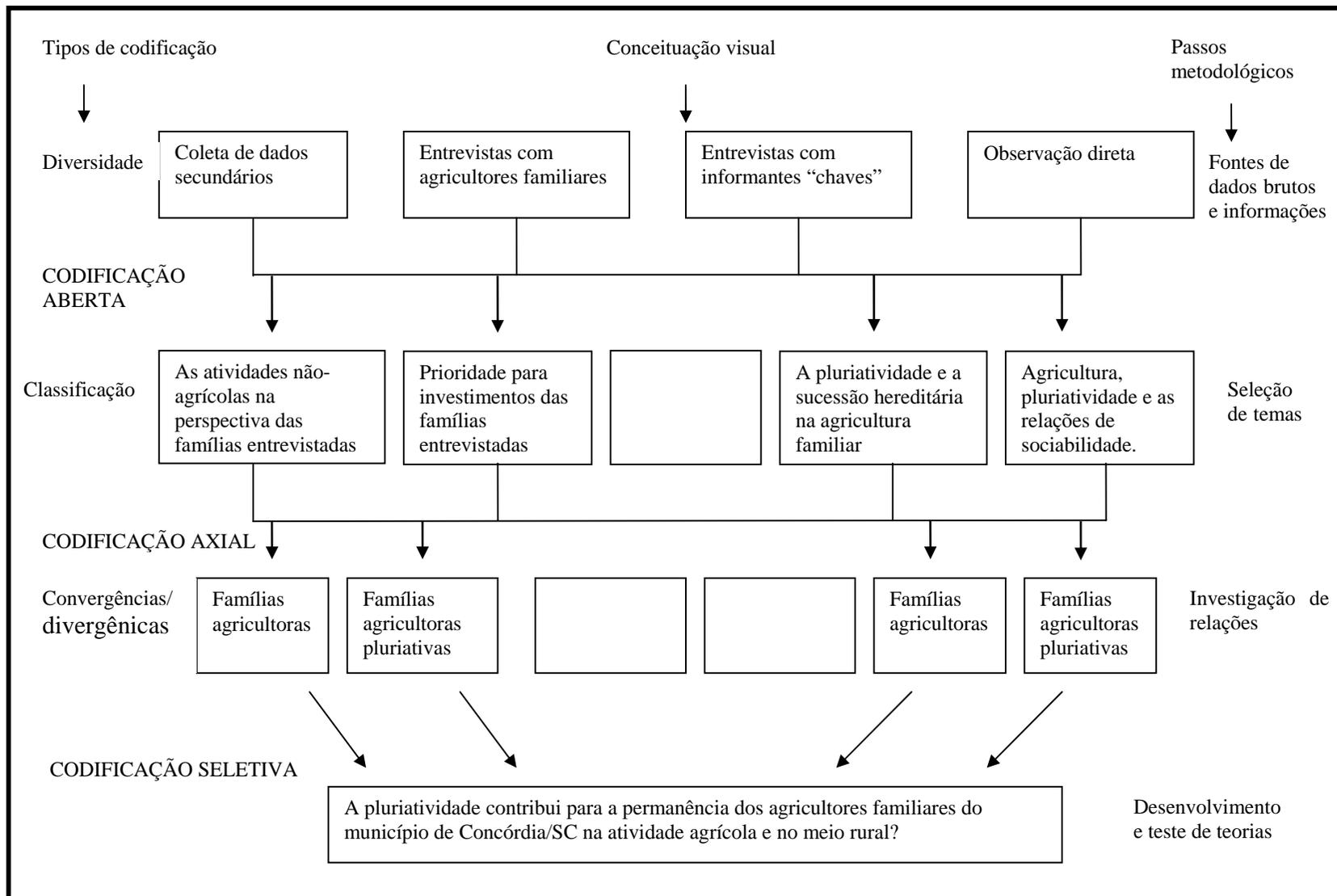


FIGURA 5: Aplicação do processo de análise de conteúdo temático neste estudo

Fonte: Adaptado de Strauss e Corbin por pinheiro (1998)

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa. Basicamente utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa, mas também, buscamos articular os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos. No próximo capítulo trataremos dos elementos teóricos relacionados à temática proposta para este estudo, buscando, na literatura, referências no sentido de embasar este estudo. Trata-se, desta forma, da agricultura familiar, da pluriatividade e da agroindustrialização.

CAPÍTULO 2 - ELEMENTOS TEÓRICOS REFERENCIAIS PARA ESTE ESTUDO

No capítulo 01 apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo. Neste capítulo, discute-se os elementos teóricos relacionados à agricultura familiar, à pluriatividade e à agroindustrialização analisando os conceitos, noções e categorias com os quais têm sido tratados estes temas na literatura e relacionando essas discussões com o contexto deste estudo.

2.1 A noção de agricultura familiar

A utilização do termo agricultura familiar para designar uma unidade de produção agrícola gerida e trabalhada por uma família é relativamente recente no Brasil (anos 90). No entanto, as categorias que ela identifica atualmente já receberam outras designações de acordo com o período e o contexto sócio-político. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, nos estudos sobre o campo brasileiro falava-se em campesinato como um conceito síntese, dando unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e formas de acesso a terra, tais como parceria, arrendamento, pequena propriedade e morada.

A partir da década de 70, segundo as autoras, cresce a tendência para análises em torno do conceito de “pequena produção” nos estudos relacionados ao meio rural. Essa mudança estaria relacionada, por um lado, às transformações políticas do Estado brasileiro, uma vez que havia interesse na desarticulação de vários grupos e movimentos organizados, identificados com o campesinato, entre os quais destacam-se as Ligas Camponesas, discutidas entre outros, por Azevedo (1982). A adoção do termo “pequenos produtores” teria uma conotação menos politizada, uma vez que, campesinato era um conceito carregado de conteúdo político e ideológico. Por outro lado, há no período o empenho por parte do Estado na conformação de um modelo de desenvolvimento para a agricultura baseada em políticas de geração e difusão de modernas tecnologias para o setor agrícola, que ficou conhecido como “modernização conservadora”¹⁴ da agricultura brasileira.

¹⁴ A expressão “modernização conservadora” utilizada por alguns autores se refere ao fato que a base técnica de produção foi alterada, mas a estrutura fundiária permaneceu a mesma, ou seja, a história concentração da terra no Brasil não foi vista como um empecilho à modernização da agricultura.

A despeito da maior utilização do conceito de “pequena produção” em relação ao de campesinato, este não foi abandonado, passando a ser utilizado de forma articulada com o primeiro. Enquanto o conceito de pequena produção tinha um caráter mais operacional, diretamente associado aos grupos estudados, o conceito de campesinato guardava um sentido teórico com referência a organização, funcionamento e gestão da unidade produtiva, bem como do caráter familiar do trabalho. Assim, por vezes, era possível encontrar os dois conceitos em uma mesma análise. Ainda na década de 1970, as reflexões sobre as questões agrárias e agrícolas centram-se nas noções de funcionalidade da agricultura, passando a enfatizar, posteriormente, a subordinação da pequena produção ao capital. Já no final da década de 1980, o enfoque passa a ser as noções de integração e exclusão¹⁵. Desta forma, “o sentido unificador cada vez menos se localiza nos conceitos de campesinato e de pequena produção” (PORTO E SIQUEIRA, 1994:32).

Um novo conceito síntese parece surgir a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, com a consolidação da expressão “agricultura familiar” no cenário acadêmico e político brasileiro. Segundo Schneider (2003), no campo acadêmico, destacam-se por sua significativa contribuição os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1998). No campo político, dois fatos contribuíram de forma significativa para sua afirmação: por um lado, a ação dos movimentos sociais no campo, especialmente aqueles ligados a Central Única dos Trabalhadores – CUT, no sentido de unificar o discurso em defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais diante das dificuldades decorrentes da integração comercial e econômica, em curso à época, dos países que formam o Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL. Por outro lado, a afirmação da expressão “agricultura familiar” no cenário social e político brasileiro é legitimada pelo Estado ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de prover crédito agrícola e dar apoio institucional aos agricultores familiares.

Também contribuiu para afirmar a expressão “agricultura familiar” o estudo realizado em cooperação entre a FAO e o INCRA (1994), que tinha por objetivo determinar diretrizes para um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Foi, então, proposta uma classificação dos estabelecimentos agropecuários separando-os em dois modelos: “patronal” e “familiar”. De acordo com esta classificação, o modelo patronal se caracteriza pela completa separação entre

¹⁵ Integrados seriam aqueles produtores que mantinham ligação com a agroindústria e o mercado consumidor. Pequenos produtores excluídos seriam aqueles não contemplados no processo de modernização conservadora da agricultura, como os sem-terra, atingidos por barragens, posseiros, entre outros.

gestão e trabalho, pela organização descentralizada e ênfase na especialização produtiva, uso de práticas padronizáveis e trabalho assalariado. O modelo familiar, por outro lado, se caracteriza por manter uma relação íntima entre gestão e trabalho; ficar a cargo dos proprietários a direção do processo produtivo; dar ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos e qualidade de vida; utilizar trabalho familiar (trabalho assalariado apenas como complementar) e tomada de decisão imediata. Os estabelecimentos familiares foram separados em três subcategorias: familiar consolidada, em transição e periférica.

Percebe-se, pois, que diferentes denominações foram utilizadas para designar a categoria social “agricultura familiar” na segunda metade do século XX, e que esta diversidade de denominações resulta da associação desta categoria a lutas e interesses político-econômicos ao longo desse período.

2.1.1 A agricultura familiar no contexto mercantilizado

Nos estudos sobre a agricultura familiar, nos últimos anos, as discussões estão voltadas basicamente para a análise em torno dos aspectos e das estratégias que envolvem as tomadas de decisão no interior das unidades de produção agrícola de base familiar, bem como das possibilidades de permanência ou não dessa forma de produção frente ao crescente desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Pretende-se, portanto, nesta seção apresentar argumentações de diferentes autores no sentido de nos situarmos dentro dessa problemática e ao mesmo tempo contribuir para caracterizar as formas sociais empíricas com as quais trabalhamos no presente estudo.

Para Abramovay (1992), a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada de forma ambígua ao se associar este tipo de estabelecimento à “pequena produção”, a “produção de baixa renda”, a “agricultura camponesa”, entre outros. A agricultura familiar, tal como se desenvolveu nos países capitalistas avançados, apresenta especificidades que a difere das formas sociais do passado das quais muitas vezes é originária, “mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues”. Tal diferenciação pode ser explicada, de um lado por sua dinamicidade econômica e capacidade de inovação técnica e, de outro, por sua generalização nos países avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, mas em função da intervenção do Estado que lhe deu a modelagem atual. Para o autor, “uma agricultura familiar, altamente integrada ao

mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser, nem de longe, caracterizada como *camponesa*". (Abramovay, 1992, p.22 – grifos no original)

Para Abramovay, no mundo capitalista a paisagem rural está dominada por uma forma de produção baseada na família, porém totalmente despojada dos traços camponeses do passado. Sustenta que a condição camponesa é totalmente incompatível nos ambientes econômicos plenamente mercantilizados ao indicar que

(...) o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente o que vai asfixiar o camponês e obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (Abramovay, 1992, p. 131)

De outra parte, a exploração familiar, para Lamarche (1993:15), corresponde "a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família", apresentando uma grande diversidade de formas não podendo ser compreendida como um modelo único, ou nas próprias palavras do autor "a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém em si mesma toda a diversidade". Está presente em todo mundo independente de sistemas sócio-políticos vigentes e em todas as sociedades onde o mercado organiza as trocas: em alguns lugares a agricultura familiar apresenta-se tecnificada e plenamente integrada ao mercado, em outros permanece arcaica e voltada basicamente para a subsistência; em alguns lugares é mantida e reconhecida como a única forma capaz de manter a demanda da sociedade como um todo, enquanto em outros é desacreditada e excluída do desenvolvimento, quando não eliminada.

Tendo como eixo norteador o maior ou menor grau de integração das explorações familiares ao mercado, mas considerando também os aspectos econômicos, sociais, culturais e técnicos que as influenciam, Lamarche (1993) propõe uma análise baseada em modelos, ou seja "*modelo original*" e "*modelo ideal*". O "*modelo original*" seria a memória dos agricultores em relação ao modelo anterior "ao qual todo o explorador, mais ou menos conscientemente, necessariamente se refere". O "*modelo ideal*" seria uma representação da ambição de cada agricultor em relação a sua exploração, assim "ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada".

Considerando o grau de integração ao mercado e a lógica interna de cada unidade de exploração familiar, Lamarche (1998 p. 67) distingue quatro tipos de “modelos ideais” ou quatro modelos teóricos:

a) modelo empresa. Esse modelo se caracteriza por ser pouco familiar e muito dependente. Assim, para esse grupo, tem menor importância a propriedade da terra, a propriedade como patrimônio familiar e a participação da família no trabalho no estabelecimento. Embora a família participe, regularmente é contratada força de trabalho externa. Nesse modelo os produtores recorrem sistematicamente aos empréstimos para financiar seus investimentos e produzem exclusivamente para o mercado.

b) modelo empresa familiar. Nesse modelo, ao contrário do anterior, a família é muito importante, tanto no que se refere à organização do trabalho, que é basicamente familiar, quanto em relação a propriedade que é considerada patrimônio familiar. O produtor pertencente a esse grupo é fortemente dependente do exterior. A produção é pensada como renda agrícola e o trabalho em termos de salário.

c) modelo agricultura camponesa ou de subsistência. Esse modelo se caracteriza por ser muito familiar e pouco dependente do exterior. Utilizam técnicas de produção tradicionais e visa primordialmente atender as necessidades da família.

d) modelo agricultura familiar moderna. Caracteriza-se por buscar constantemente a diminuição do papel da família na relação de produção e pela busca de maior autonomia possível. Esse modelo representa um grupo que teria se libertado das limitações familiares (materiais e principalmente morais e ideológicas) e da dependência técnico e econômica.

As unidades familiares de produção, segundo o contexto em que estiverem inseridas, bem como suas próprias histórias, estariam posicionadas em determinado ponto entre o “modelo original” e o “modelo ideal”. As chances de atingirem o “modelo ideal”, ou simplesmente de se aproximarem dele, não dependerá somente do projeto individual, mas também do que a sociedade global projeta para elas. Por essa dependência das unidades familiares em relação ao projeto que a sociedade global tem para elas pode-se explicar ora sua dominação, ora sua estagnação, diminuição e até sua eliminação.

Apesar dos desafios de ordem econômica e política que a exploração familiar teve que enfrentar, esta mantém-se presente em toda parte do mundo graças a sua “excepcional capacidade de adaptação”. Muitas unidades desapareceram porque não souberam, quando necessário,

adaptar-se às exigências do mercado por estarem muito dependentes do “modelo original”, outras enfrentam grandes dificuldades por encontrarem-se desprovidas de praticamente todo seu patrimônio sócio-cultural. Assim, a hipótese de Lamarche é de que “nas sociedades dominadas pela economia de mercado quanto mais a exploração estiver próxima dos extremos menos ela poderá acomodar as restrições que se apresentam a essas sociedades e, por isso, mais dificuldades terá de assegurar sua reprodução”. (LAMARCHE:1993, p.21)

Seguindo as interpretações de Abramovay e Lamarche podemos empreender numa tentativa de caracterizar a formação atual empírica com a qual desenvolvemos o presente estudo, partindo de um modo de viver característico de um sistema de produção implantado pela colonização no sul do Brasil, ou seja, do “sistema produtivo colonial” tomado aqui como o “modelo original” da atual agricultura familiar do oeste catarinense.

Nesse intento, buscamos também apoio no trabalho de Miranda (1995), que ao estudar o processo decisório entre os agricultores familiares produtores de suínos do município de Concórdia conclui que esses agricultores “não podem ser considerados como empresários agrícolas capitalistas, pois suas estratégias perseguem objetivos (“modelo ideal”) que visam primordialmente garantir a reprodução da unidade familiar de produção”. O autor demonstra que as decisões dos agricultores familiares por ele entrevistados pautam-se também em aspectos subjetivos ao enfatizar que

em que pese a modernização do processo produtivo e a profunda integração ao mercado, os suinocultores familiares continuam se pautando por uma estratégia que está longe de ser classificada como “racional” segundo os preceitos da administração empresarial clássica. (Miranda, 1995:209).

Da mesma forma, Wanderley (1999) considera que nas sociedades atuais outras formas de agricultura que não a camponesa se multiplicam. Estas formas modernas de agricultura familiar em função das transformações na sociedade em geral tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução. No entanto, a autora observa que embora modernizadas e plenamente integradas a sociedade nacional, essa não são categorias sociais totalmente novas e completamente despojadas dos traços característicos do campesinato, mas o resultado de uma continuidade.

Sendo assim, considera-se, por um lado, que os agricultores familiares de origem européia do oeste de Santa Catarina atuando de forma plenamente integrada ao mercado, não apenas através da venda de produtos *in natura* e compra de insumos, mas também por meio de atividades não-agrícolas como a agroindustrialização e o agroturismo, ou ainda, por meio da destinação de

parte da força de trabalho da família em atividades não-agrícolas de forma assalariada, não podem ser considerados “camponeses” ou “colonos”. Por outro lado, considera-se que além da influência externa exercida pelo mercado, as decisões da família são fruto também de uma “lógica interna”.

2.2 A pluriatividade na agricultura familiar

2.2.1 Múltiplas atividades no meio rural

São cada vez mais freqüentes os trabalhos indicando que o meio rural não pode mais ser caracterizado, unicamente, como espaço para a produção de alimentos e fibras. Saraceno (1996), referindo-se as discussões em curso na Europa, mostra a inadequação de se fazer coincidir o território com o setor, ou seja, o rural com o agrícola. A mesma autora afirma que a incorporação de funções urbanas ao ambiente rural determina uma nova configuração e um novo dinamismo em algumas áreas, tornando difícil precisar um conceito de ruralidade.

No mesmo sentido, Graziano da Silva (2002) sustenta que o meio rural brasileiro vem integrando-se à economia geral e incorporando atividades que até há pouco tempo eram quase que exclusivas dos centros urbanos, além de oferecer bens e serviços não materiais, a ponto de não se poder delimitar com facilidade o que é rural e o que é urbano.

De outra parte, Abramovay (2000) chama a atenção para as novas funções que vêm sendo atribuídas ao meio rural, e para a necessidade de buscar o equilíbrio entre as atividades produtivas clássicas do campo e o rural como um espaço para o lazer, moradia e de valorização dos aspectos naturais.

Essa nova configuração do rural, deixando de ser um espaço exclusivamente agrícola, mas de múltiplas atividades, está fazendo surgir novas oportunidades e novas formas de organização do trabalho e da renda. No espaço rural integrado aos demais setores da economia, ampliam-se as oportunidades para a inserção das famílias rurais em atividades extra-agrícolas, contribuindo, desta forma, para o surgimento da pluriatividade¹⁶, ou seja, a situação em que famílias rurais combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas.

¹⁶ O surgimento da pluriatividade não está condicionado, apenas, a presença de atividades não-agrícolas no meio rural. Atividades não-agrícolas podem ser desenvolvidas no meio urbano, por membros de famílias rurais, retornando ao meio rural ao final da jornada de trabalho.

A nova dinâmica no meio rural, que permite a flexibilização na organização da força de trabalho e na diversificação das fontes de rendimentos, proporcionando às famílias rurais oportunidades para inserirem-se em atividades não-agrícolas e ao mesmo tempo manterem atividades agrícolas, já foi amplamente discutida nos países desenvolvidos e vem sendo tema de estudos cada vez mais frequentes também no Brasil.

2.2.2 Agricultura em tempo parcial, pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas

Segundo Schneider (2003), até meados da década de 80, para caracterizar uma situação em que agricultores combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas, freqüentemente os termos *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram usados indistintamente pelos cientistas sociais, o que gerava controvérsias quanto à sua utilização. O primeiro termo era de uso comum entre os analistas de língua inglesa, enquanto o segundo era mais ligado à academia francesa. No entanto, segundo o mesmo autor, nos anos mais recentes, na literatura internacional, o entendimento de tais noções altera-se significativamente “podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade”. (SCHNEIDER, 2003:74)

De acordo com Mattei (1999), a pluriatividade ao longo do tempo recebeu distintas denominações tais como: “*part-time farming*”, (agricultura em tempo parcial) e “*multiple-job holding*” (empregos múltiplos)”. No entanto, essas denominações não têm o poder explicativo do termo pluriatividade e não devem ser tratadas como sinônimos.

As designações “*part-time farming*” e “*multiple-job holding*” por restringirem suas análises apenas às atividades do chefe de família e às unidades de produção, perderam, a partir dos anos de 1980, seu potencial explicativo. Desta maneira, segundo o autor, a força da pluriatividade está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros da família e a inserção dos mesmos nos diversos sistemas econômicos e sociais.

No Brasil, autores pioneiros nos estudos relacionados à organização da ocupação da força de trabalho dos agricultores familiares combinando atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, como por exemplo Seyferth (1974; 1984), não se referem a este fenômeno usando o termo “pluriatividade”. Aqueles que eram agricultores e ao mesmo tempo trabalhavam de forma

assalariada nas indústrias, não foram denominados, pela autora, de pluriativos, mas de “colonos-operários”. Somente em estudos posteriores, realizados por outros autores, é que os termos pluriatividade, agricultura em tempo parcial e ocupações rurais não agrícolas passaram a ser difundidos no Brasil.

A literatura brasileira mais recente vem incorporando a noção de pluriatividade como mais adequada à análise da estratégia de diversificação das atividades e das fontes de renda das famílias rurais de forma intersetorial (ou seja, entre os diversos setores da economia e não apenas o agrícola). Contudo, segundo Alentejano (1999), ainda pode-se perceber controvérsias quanto à sua utilização. Da mesma forma, segundo Schneider (2003) ocorrem controvérsias com referência às ocupações rurais não-agrícolas e sua equivocada relação direta com a pluriatividade.

Sendo assim, busca-se, a seguir, indicar as situações em que se caracteriza a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial, bem como as ocupações rurais não-agrícolas e, também, de diferenciar o entendimento em relação a essas terminologias.

Pluriatividade

Caracteriza-se uma situação de pluriatividade quando famílias de agricultores deixam de dedicar-se unicamente às atividades agrícolas. Desta maneira, Schneider (2003) define a pluriatividade como

um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003: 91)

A pluriatividade, segundo Tedesco (1998) está em contraposição ao *full-time* (tempo integral) e/ou a *monoactivité* (monoatividade). Significa dizer que parte do tempo ou parte da força de trabalho da família é dedicada à agricultura e parte às atividades não-agrícolas.

Um exemplo de pluriatividade, no contexto deste estudo é o de uma família em que o marido trabalha em um frigorífico, enquanto que a mulher mantém um pequeno plantel de vacas leiteiras, outros animais domésticos como porcos e galinhas e, ainda, um pequeno pomar de laranjas (0,5 ha). O trabalho na lavoura (mecanizada) é realizado pelo marido após o expediente na empresa e/ou é terceirizado.

Observamos, pois, que diferentemente da diversificação de atividades na propriedade (tradicionalmente presente na agricultura familiar), a pluriatividade assume um caráter inter-setorial¹⁷ (nem sempre presente na agricultura familiar) na medida em que a família e/ou membro(s) da família de agricultores se ocupam e/ou formam sua renda conjugando atividades agrícolas e não-agrícolas.

Agricultura em tempo parcial

Refere-se à situação em que apenas parte do tempo é dedicado às atividades agrícolas. De acordo com Kageyama (1998) apesar do tempo parcial ser uma condição básica para a realização de outras atividades, não significa dizer que o tempo não dedicado à agricultura seja dedicado a atividades não-agrícolas, o que caracterizaria a pluriatividade.

Sendo assim, uma família ou um indivíduo pode dedicar parte do tempo à agricultura e não realizar atividades não-agrícolas no restante do tempo, caracterizando desta forma a agricultura em tempo parcial, mas não a pluriatividade.

Um exemplo de agricultura em tempo parcial é o de uma família que dispensa cuidados à atividade agrícola apenas em parte do dia de trabalho ou durante parte do ano, e não desenvolve nenhuma outra atividade agrícola ou não-agrícola no restante do tempo.

Ocupações rurais não-agrícolas

Refere-se a ocupação de postos de trabalho em atividades não-agrícolas por famílias (nem sempre de agricultores) com domicílio no meio rural. Esses postos de trabalho tanto podem estar localizados no meio rural como no meio urbano. A análise das ocupações rurais não-agrícolas considera o local de domicílio. Logo, uma família com domicílio no meio rural pode estar inserida em ocupações rurais não-agrícolas e não exercer nenhum tipo de atividade agrícola, ou seja, não ser agricultora e nem pluriativa. Da mesma forma que pode estar inserida, ao mesmo tempo, em atividades agrícola e não-agrícolas.

Um exemplo de ocupações rurais não-agrícolas seria o de uma família domiciliada no meio rural (em um sítio, por exemplo), mas que não desenvolve nenhuma atividade agrícola, ou

¹⁷ Em alguns casos são consideradas como pluriativas as famílias ou pessoas das famílias que vendem força de trabalho em atividades agrícolas, temporárias e remuneradas, fora do estabelecimento.

seja, ocupa toda força de trabalho exclusivamente em atividades não-agrícolas, seja no meio rural, seja no meio urbano.

Em síntese, percebe-se que a pluriatividade implica necessariamente na agricultura em tempo parcial. O contrário, porém, não é verdadeiro, ou seja, a agricultura em tempo parcial não implica necessariamente na pluriatividade.

Quanto às ocupações rurais não-agrícolas, nota-se que a equivocada associação direta com a pluriatividade, pode estar relacionada ao fato de considerar o local de domicílio da família ou do indivíduo, ou seja, o meio rural. O fato de uma família ou indivíduo residir no meio rural e ocupar-se em atividades não-agrícolas, não significa que desenvolvam atividades agrícolas, o que os tornariam pluriativos.

2.2.3 Pluriatividade: uma relação social nova?

A pluriatividade como tema de análise das questões que envolvem o meio rural, somente tem merecido destaque nas últimas décadas, no Brasil. No entanto, a estratégia de combinar atividades agrícolas e não-agrícolas na organização e divisão do trabalho no interior das famílias rurais, não é um tema de análise totalmente novo. Já nos clássicos estudos de Kautsky (1899/1980), encontram-se referências ao “trabalho rural acessório”. Em Chayanov (1925/1974), também são encontradas referências à “atividades não-agrícolas complementares”.

Ao tentar demonstrar a superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista em comparação com a exploração de caráter familiar, Kautsky (1899/1980) afirma que as pequenas explorações não serão necessariamente eliminadas pelo avanço do capitalismo na agricultura, desde que elas desenvolvam “formas de trabalho acessório” (as quais podem não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social.

Já Chayanov (1925/1974), ao defender a ideia da busca e manutenção de um equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades econômicas camponesas, faz recorrente referência às atividades não-agrícolas. Na perspectiva de Chayanov, a realização de atividades não-agrícolas constitui-se em um mecanismo que as famílias utilizam para alcançar a relação “ótima” entre os meios de produção (terra, capital e mão-de-obra) e o atendimento das necessidades da família.

Em situações em que há desequilíbrio entre os fatores de produção, a família poderia recorrer à realização de atividades extra-agrícolas. Assim, nas palavras de Chayanov,

(...) Cuando la tierra es insuficiente y se convierte en un factor mínimo, el volumen de la actividad agrícola para todos los elementos de la unidad de explotación se reduce proporcionalmente, en grado variable pero inexorablemente. Mas la mano de obra de la familia que explota la unidad, al no encontrar empleo en la explotación se vuelca ... a actividades artesanales, comerciales y a otras actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico con las necesidades de la familia (...) (CHAYANOV, 1925/1974:101)

Sendo assim, as atividades não-agrícolas para Chayanov (1925/1974) constituem-se em uma estratégia que a família utiliza para a adequação das suas necessidades, determinada, sobretudo, por condicionantes internos.

Mais recentemente (décadas de 60 e 70 do século passado), como sugere Carneiro (1998), na França, o exercício de atividades não-agrícolas por agricultores franceses foi duramente criticado e combatido por sindicatos representantes dos agricultores. Essas organizações, coerentes e comprometidas com as políticas de modernização da agricultura acusavam os agricultores “duplo-ativos” e, posteriormente, os pluriativos de serem um atraso para o desenvolvimento da agricultura e de concorrência desleal com os agricultores que não recorriam às atividades complementares. Os que contestavam a dupla-atividade argumentavam que ela forçava para baixo o preço dos produtos e da terra. Essa posição passou a ser revista e a pluriatividade aceita a partir dos anos de 1980, em função da crise na agricultura européia, sobretudo em razão da superprodução, que ameaçava de “desertificação” o campo francês, passando inclusive a ser vista como solução para a agricultura em “zonas desfavorecidas” (CARNEIRO, 1998).

Observa-se, pois, que a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas sempre esteve presente na agricultura familiar. No entanto, a pluriatividade como uma relação social nova ou antiga, ainda é objeto de discussão entre os especialistas europeus. Por um lado, há os que julgam que o campesinato sempre foi pluriativo e que, atualmente, em função do incentivo à modernização e especialização dos agricultores familiares, estaria havendo um refortalecimento de uma prática histórica. Em contraste, outros consideram que a pluriatividade atual representa uma nova forma de organização e alocação da força de trabalho, diferente da antiga multiplicidade de atividades realizadas pelos camponeses, estimulada pela negação da modernização e especialização da agricultura familiar (ALENTEJANO, 1999).

Com relação a essa discussão, Carneiro (1998) observa que as atividades não-agrícolas tanto podem ser consideradas um fenômeno antigo como recente. Segundo a autora, se as

atividades não-agrícolas forem consideradas como “todos os rendimentos exteriores a unidades de produção familiar” então elas sempre estiveram presentes na sociedade rural. Por outro lado, “podem ser consideradas um fenômeno recente se atentarmos para suas características específicas decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade” (CARNEIRO, 1998: 157).

A autora considera também que “a pluriatividade nos tempos modernos se distingue daquela que era praticada no período da proto-industrialização”. A pluriatividade, nos tempos atuais, resulta do estabelecimento de um modelo de exploração agrícola baseado na especialização e na produtividade. Em decorrência disso, “ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da agricultura” (CARNEIRO, 1998:157)

Por outro lado, Alentejano (1999) argumenta que atribuir a multiplicação dos pluriativos na Europa a partir da década de 1970, à crise gerada pela modernização da agricultura mostrou-se um engano, uma vez que a pluriatividade poderia ser observada não apenas entre os agricultores que não puderam acompanhar os avanços tecnológicos, mas também entre agricultores modernos e eficientes, tendo nestes casos outras motivações como a busca por maior estabilidade, menor dependência do mercado e do Estado, a preservação ambiental e a realização pessoal. Se atentarmos para os termos “trabalho acessório” e a “atividades não-agrícolas complementares” utilizados por Kautsky (1899/1980) e Chayanov (1925/1974), respectivamente, pode-se inferir que essas atividades ocupam uma posição secundária, tanto em termos de tempo dedicado a elas, quanto a sua importância, como fonte de recursos para a família. Desta forma, pode-se concluir que o que diferencia a pluriatividade nos tempos atuais seja seu caráter menos transitório, uma vez que a atividade não-agrícola, em muitos casos, é desenvolvida ao longo de todo o ano e representa, por vezes, a principal fonte de renda para os agricultores familiares pluriativos.

2.2.4 A pluriatividade na agricultura familiar

Nos países industrializados a pluriatividade na agricultura familiar é tema bastante estudado nas últimas décadas. Em estudo realizado na região de Theys, na França, Carneiro (1998) constatou que a pluriatividade pode assumir diferentes significados para os agricultores familiares franceses dependendo dos recursos de que dispõem (tamanho da propriedade, possibilidade de mecanização), bem como do contexto socioeconômico em que estiverem

inseridos. Segundo a autora, para alguns, as atividades não-agrícolas podem representar uma condição de acesso à terra, garantindo assim o equilíbrio demográfico no campo, enquanto que para outros, podem representar uma transição para a proletarização.

Na região por ela estudada (região montanhosa) os agricultores “concluem não ser mais possível manter suas propriedades sobre uma base exclusivamente agrícola. As atividades não-agrícolas se impõem como alternativa econômica e social, tornando viável a instalação de um sucessor...” (CARNEIRO, 1998 p. 168, 169). A autora observa também que as atividades não-agrícolas relacionadas ao turismo não representam apenas uma alternativa econômica para os agricultores da região, mas a possibilidade de vivenciar valores rurais (recuperados pela população urbana). A situação que se estabeleceu de conjugação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas modifica as relações sociais e cria condições para a reprodução social, favorecendo a manutenção da população no campo.

Com relação a análise da pluriatividade no Brasil, Alentejano (1999) considera que, apesar da centralização industrial e da modernização da agricultura ter se concentrado na grande propriedade¹⁸, a pluriatividade apresenta-se como uma noção também válida para a análise da realidade rural brasileira. Isto pelo fato da modernização da agricultura incluir uma parcela da agricultura familiar, por observar-se, nos últimos tempos, um movimento no sentido da descentralização industrial e, ainda, pelo expressivo aumento da população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro, nas últimas décadas.

No Brasil, grande parte dos estudos relacionados a pluriatividade está geograficamente localizados no centro-sul do país. Esses estudos demonstram que esta é uma estratégia utilizada pelas famílias de agricultores no sentido de buscar sua reprodução social.

Em estudo realizado por Seyferth (1974), no Vale do Itajaí em Santa Catarina, a autora relata que a combinação do trabalho agrícola com o trabalho não-agrícola de forma assalariada na indústria, por parte dos agricultores, os quais denominou de “colonos-operários”¹⁹, melhorava suas rendas e representava uma garantia de sobrevivência e reprodução das unidades familiares de produção. Da mesma forma, a permanência na situação de proprietário dos meios de produção (pela manutenção da atividade agrícola) e assalariado ao mesmo tempo, refletia a insegurança do colono em sobreviver dependendo apenas de um salário.

¹⁸ Alguns autores, entre eles Carneiro (1998), consideram que a pluriatividade é resultado, em grande parte, da modernização da agricultura.

¹⁹ A expressão *worker-peasants* (colonos-operários) que foi utilizada originalmente por Franklin em 1969.

Anjos (1995), ao analisar a agricultura em tempo parcial²⁰ no litoral norte catarinense (Massaranduba), e na tentativa de identificar as forças determinantes para o comportamento das famílias que conjugavam atividades agrícolas e não-agrícolas buscando emprego nas fábricas, observou que entre as famílias estudadas foi possível identificar situações em que a hipótese Chayanoviana (teoria da diferenciação demográfica)²¹ pôde ser facilmente constatada. De acordo com o autor a estratégia das famílias na organização do trabalho obedece a uma lógica familiar, influenciada por forças presentes no contexto em que operam, no caso principalmente pela presença de um mercado de trabalho industrial.

O autor observa também que, apesar da diversidade presente entre as famílias rurais da região por ele estudada (Massaranduba/SC), existem elementos que unificam o comportamento dessas explorações familiares, uma vez que, “tanto entre as unidades produtivas integradas aos mercados quanto aquelas dedicadas a uma atividade eminentemente voltada ao autoconsumo familiar buscam realizar a satisfação de suas necessidades a partir da idealização do atendimento de um nível de consumo socialmente definido.” (ANJOS, 1995:137)

A associação entre a racionalidade familiar na definição da alocação da força de trabalho e a presença de oportunidades para ocupação em atividades não-agrícolas, de acordo com Anjos (1995), viabiliza a permanência na propriedade dos membros da família que o processo de sucessão hereditária acabaria por expulsar.

A pluriatividade na agricultura familiar também tem sido estudada no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul (Schneider, 1999; 2003) e Vale do Itajaí em Santa Catarina (Schneider 2003).

Para Schneider (2003:233), a pluriatividade está fortemente relacionada com as características de determinados territórios, especialmente com a dinâmica das economias locais e com a natureza e oferta de atividades rurais não-agrícolas. No entanto, ele considera que isso “não é suficiente para se entender os complexos e diferenciados mecanismos que levam a uma família a tornar-se pluriativa e como esta condição interfere e conduz à sua viabilidade econômica e produtiva e encaminha a sua reprodução social”. Schneider busca apresentar uma

²⁰ O autor utiliza a designação de agricultura em tempo parcial, no entanto o sentido corresponde ao que neste trabalho chamamos de pluriatividade.

²¹ Ao formular a teoria da organização da unidade econômica campestre, Chayanov (1925/1974) foca o balanço entre a força de trabalho e o consumo familiar. Entende que o volume de trabalho ou energia que a família despense está diretamente e prioritariamente relacionado ao consumo do grupo.

interpretação da pluriatividade situando-a como “uma estratégia deliberada de indivíduos e de famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social”.

Em estudo realizado na comunidade de Padre Eterno Ilges, no município de Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul e, na localidade de Braço do Sul, no município de Blumenau, Santa Catarina, Schneider (2003) constatou que a estratégia de combinar atividades agrícolas e não-agrícolas, além de permitir que as famílias rurais continuem vivendo no campo, representa uma situação vantajosa das famílias pluriativas em relação às famílias não pluriativas do ponto de vista econômico.

Ao salientar que as transformações na estrutura agrária, ocorridas nas regiões estudadas, não são decorrentes, unicamente, da modernização da agricultura, mas sobretudo em função da descentralização industrial, resultando na oferta de ocupação em atividades não-agrícolas, Schneider (2003:166) observa, também, que a articulação entre a agricultura familiar e atividades não-agrícolas

trouxe novas perspectivas de reprodução social e econômica para as famílias rurais dessas regiões. Ao invés do clássico mecanismo de proletarização e abandono do campo e dos estabelecimentos agrícolas, o que se verifica nessas áreas é, pelo contrário, uma revitalização do espaço rural, que se dá através da permanência das famílias nas propriedades, pela formação de famílias jovens e construção de suas novas moradias na propriedade paterna, pela expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços, entre outros impactos.

Observa-se, pois, que os principais estudos relacionados a pluriatividade na agricultura familiar, na região meridional do Brasil, demonstram que a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias rurais, não resultam na diferenciação social (no caso a completa proletarização, desígnio anunciado nas abordagens marxistas), mas representa uma estratégia de reprodução social.

2.2.5 Ocupações rurais não-agrícolas e pluriatividade

Embora os números relativos às ocupações rurais não-agrícolas não representem exatamente a dimensão da pluriatividade (uma vez que nem todas as famílias ou pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas são pluriativas) eles permitem, no entanto, termos uma idéia da expressão e importância da pluriatividade na agricultura familiar.

Schneider (2003) apresenta números relativos à evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas entre países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, países da América Latina e, também, do Brasil.

Utilizando dados divulgados pela OCDE (1996), relativos ao período que vai de 1980 a 1990, Schneider observa que entre os países integrantes²² houve variação anual positiva nas ocupações agrícolas em apenas dois (Holanda e Canadá). Em contraste, houve variação anual positiva das ocupações não-agrícolas na totalidade dos países selecionados. O destaque fica por conta da França com variação anual negativa nas ocupações agrícolas de 4% e a Holanda com variação anual positiva nas ocupações não-agrícolas de 1,8%.

Com relação à América Latina, da mesma forma que nos países da OCDE, o meio rural é cada vez menos sinônimo de produção agrícola. Utilizando dados de diferentes países e em diferentes períodos (conforme censos de cada país), Schneider mostra que na região como um todo a população economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas teve variação negativa anual de 0,8% enquanto que a população rural economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas teve variação positiva anual de 3,4%.

Utilizando dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNADs sistematizados pelo Projeto Rurbano, Schneider apresenta a variação nos números da população economicamente ativa (PEA), ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil, na região Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nos períodos de 1981 a 1992 e de 1992 a 1999. Na Tabela 01, a seguir, são sistematizados alguns números apresentados por Schneider referentes ao período 1992 a 1999.

TABELA 01 – Variação anual da PEA ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, domiciliadas no meio rural, no Brasil, na região Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, no período 1992 a 1999.

Unidades analisadas	Variação anual	
	Agrícola	Não-agrícola
Brasil	- 1,7%	3,7%
Região Sul	- 3,9%	4,3%
Rio Grande do Sul	- 2,6%	2,7%
Santa Catarina	- 4,4%	4,1%

Fonte: Schneider (2003)

²² Schneider apresenta os números relativos a Canadá, Estados Unidos, Austrália, Japão, Nova Zelândia, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Holanda, República Checa, Espanha e Suécia.

Observando os números apresentados por Schneider, percebe-se que no período mais recente (1992 a 1999), no Brasil, houve uma variação anual negativa de 1,7% no número de pessoas domiciliadas no meio rural e ocupadas em atividades agrícolas. Por outro lado, observa-se que o número de pessoas domiciliadas no meio rural e ocupadas em atividades não-agrícolas tem variação anual positiva de 3,7%.

Da mesma forma, constata-se variação anual negativa no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no período de 1992 a 1999, na região Sul de 3,9%; no Rio Grande do Sul de 2,6%; e, em Santa Catarina de 4,4%. Por outro lado, os números mostram uma variação anual positiva da PEA domiciliada no meio rural e ocupada em atividades não-agrícolas de 4,3% na região sul; de 2,7% no Rio Grande do Sul e de 4,1% em Santa Catarina.

Alguns setores de atividades não-agrícolas no meio rural apresentam taxas de crescimento anuais expressivas. Dentre os mesmos destaca-se, tanto para o Brasil como para a região Sul, o setor da indústria da construção com respectivamente crescimento de 9,5% a.a e de 8,2% a.a. O grande destaque, no entanto, fica por conta da indústria de alimentos que apresentou crescimento no período de 1992 a 1999 na região Sul de 16,4% a.a, de acordo com os dados apresentados por Schneider (2003).

Ao analisar os efeitos das ocupações rurais não-agrícolas sobre a renda no meio rural brasileiro, Neder (2003) constata que as atividades não-agrícolas têm contribuído para compensar a crescente redução da renda das famílias rurais, embora, não contribuam para minorar o problema da distribuição da renda no meio rural.

Mattei (1999) ao estudar a dinâmica do trabalho rural em Santa Catarina, a partir das PNADs de 1981 a 1997, aponta a expressão das ocupações rurais não-agrícolas que na época chegavam a 29% da PEA rural do estado. No estado de Santa Catarina, no período de 1992 a 1997, a evolução do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas foi de 5,6% a.a, enquanto que a PEA ocupada em atividades agrícolas no mesmo período teve redução de 4,5% a.a, demonstrando, assim, a importância das ocupações não-agrícolas para a manutenção do emprego rural.

Um dos setores que mais contribuiu para o aumento da PEA ocupada em atividades não-agrícolas, em Santa Catarina, foi o setor da indústria de transformação. O destaque ficou com a indústria de alimentos com evolução no período de 1992 a 1997 de 20,5% ao ano. Desta forma, a agroindustrialização (que é tratada na próxima seção, pois é neste contexto que esta pesquisa

estuda a pluriatividade) constitui-se num setor que oferece cada vez mais oportunidades para que as famílias rurais se tornem pluriativas.

Percebe-se, pois, que tanto nos países integrantes da OCDE quanto na América Latina e, também, no Brasil, o meio rural cada vez mais se configura como um espaço para múltiplas atividades. No caso brasileiro, estudos que tratam das questões da agricultura familiar revelam diferentes opiniões com relação às atividades não-agrícolas. Graziano da Silva (2002, p.29), por exemplo, sustenta que diante da redução do crescimento do emprego em atividades agrícolas e do aumento das oportunidades de emprego rural não-agrícola “a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda”. Em contraste, Buainain et al (2003, p.318) defendem que “o lógico seria estimular ao máximo, sim, a geração de empregos não-agrícolas, mas principalmente aqueles que seriam gerados através do apoio a agricultura familiar”. Esses autores defendem a necessidade de desenvolvimento de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar e ao mesmo tempo estimular a geração de novas oportunidades de empregos não-agrícolas no meio rural.

2.3 Agroindustrialização e pluriatividade na agricultura familiar

A relação da agricultura familiar com agroindústria (no que se refere à produção agropecuária) tem sido tema de freqüentes estudos e discussões. É possível encontrar na literatura diferentes pontos de vista sobre o assunto, que vão desde a concepção de que a agricultura familiar vem sendo explorada e subordinada à agroindústria, até o entendimento de que a agroindústria é, em grande medida, responsável pela reprodução social da agricultura familiar.²³

Pretende-se, nesta seção, fazer algumas referências quanto à relação da agricultura familiar com a agroindústria, observando outro aspecto, qual seja: o da agroindústria como proporcionadora de oportunidades para o exercício de atividades não-agrícolas por parte dos agricultores familiares, especialmente na realidade empírica em que se desenvolve este estudo.

Com relação a pluriatividade na agroindústria, sobretudo quando se refere à agroindústria familiar rural, também é possível observar divergências na literatura pertinente ao tema. A

²³ Algumas referências sobre o tema podem ser encontradas no capítulo três.

controvérsia se estabelece diante da inclusão das atividades agroindustriais no meio rural no conjunto de atividades não-agrícolas.

O projeto Rurbano realizou pesquisas sobre a dinâmica do que vem sendo chamado de “novo rural” em diversos estados do país. Utiliza para tanto os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs - do IBGE. Pelos critérios de classificação utilizados nas PNADs, as atividades agroindustriais no meio rural são consideradas como não-agrícolas. De outra parte, Alguns autores, entre eles Mior (2003), entendem ser inadequado tal procedimento. O autor observa que a inclusão das atividades agroindustriais realizadas no meio rural como não-agrícolas

ignora todo o esforço teórico que vem sendo realizado desde os anos 50 nos EUA – com o conceito de agribusiness - e, dos anos 70, no Brasil – com o conceito de complexo agroindustrial, - que configuraram um referencial para analisar de forma integrada a dinâmica, à montante e à jusante, da agricultura. (MIOR, 2003, p.51)

No mesmo sentido, Wilkinson & Mior (1999) observam que o desenvolvimento de atividades de agroindustrialização da produção na propriedade são tão antigas quanto a agricultura familiar e sua inclusão no conjunto de atividades não-agrícolas não contribui para a emergência de uma nova forma de valorização do espaço rural.

Independente das divergências em torno do assunto é notório que a agroindustrialização, especialmente na região em estudo, seja a montante, seja a jusante, é geradora de inúmeras atividades que, quando articuladas com atividades agrícolas, caracteriza os agricultores familiares que buscam essa articulação como pluriativos.

Na análise da pluriatividade relacionada a agroindustrialização que se faz neste trabalho (como indicado no capítulo 01), optou-se por considerar como pluriativos aqueles agricultores familiares que além de processar/industrializar sua produção adquirem matéria-prima de terceiros. Deste modo, para esses agricultores a atividade agroindustrial representa uma segunda atividade econômica e não como uma extensão de sua própria atividade agropecuária.

2.3.1 As condições para a constituição dos grandes complexos agroindustriais e das pequenas e médias agroindústrias

A implantação e/ou modernização dos complexos agroindustriais a jusante, ou seja, aqueles que transformam a produção agropecuária, deu-se no Brasil, de acordo com Delgado

(1985), a partir da década de 1960, em um contexto de adoção de medidas visando a modernização da agricultura e impulsionados por ações governamentais, inclusive com subsídios.

Embora nas ações de modernização da agricultura patrocinadas pelo Estado, envolvendo o fomento para a constituição dos capitais agroindustriais, tenha sido priorizada a manutenção da estrutura fundiária dominada pelo latifúndio, Goodman et al (1985, p. 39) não entendem que esses dois setores sejam aliados privilegiados. Também não identificam estruturas agrárias mais adequadas com as quais possa haver uma aliança permanente entre a agroindústria e a agricultura. No entanto, sugerem que a “moderna unidade de trabalho familiar pode ser encarada como a estrutura de produção rural mais compatível com o processo de apropriação industrial”.

No oeste catarinense, a conjugação de fatores conjunturais e estruturais tais como o incentivo governamental, a predominância da forma familiar de produção agrícola, aliados, ainda, aos valores próprios das famílias rurais da região²⁴, entre outros, proporcionaram um ambiente propício para a implantação e consolidação de grandes complexos agroindustriais, notadamente destinados ao processamento de produtos de origem animal.

A ampliação das grandes agroindústrias e a implantação de novas plantas agroindustriais²⁵ a partir da adoção de ações com vistas à modernização dos processos de produção na agropecuária, propiciou, por um lado, e num primeiro momento, que um maior número de agricultores tivessem acesso a integração. Por outro lado, demandou uma grande estrutura logística de apoio às atividades agroindustriais, em termos materiais e de serviços. Em decorrência disso, criou-se uma gama de atividades não-agrícolas no espaço, ou próximo ao espaço, em que se dá a produção agropecuária, diretamente relacionadas aos processos agroindustriais, ou na estrutura de apoio demandada pela presença das agroindústrias.

A agricultura diversificada e integrada à agroindústria no oeste catarinense configura um modelo que é visto como exemplo de desenvolvimento sócio-econômico até os anos 80 do século passado. A crise que se instala na agricultura, como um todo, é agravada na região em função da adoção de estratégias de concentração da produção adotadas pelas grandes agroindústrias

²⁴ Para Schenkel (1997), esses valores compreendem o apego à terra e à propriedade; o espírito de trabalho, duro, perseverante e realizado pela família; valorização e apego à família; busca da auto-suficiência; espírito de poupança; trabalho solidário, entre outros. Para o autor, à empresa (no caso a Sadia) não interessava impor novos valores, servia-se dos próprios valores dos “colonos” para desenvolver suas estratégias de dominação.

²⁵ Três das grandes agroindústrias da região (Sadia, Perdigão e Seara) foram constituídas ainda na década de 1940. No entanto apresentaram grande expansão a partir da década de 1960. A Cooperativa Central Aurora foi constituída na década de 1970.

integradoras que resultaram na seleção e exclusão de agricultores das atividades integradas, sobretudo na suinocultura²⁶.

Na década de 1990 amplia-se o quadro de crise na agricultura familiar na região, sobretudo em função da política cambial desfavorável às exportações; da intensificação das mudanças tecnológicas e organizacionais adotadas pelas empresas integradoras²⁷ e, também em função da abertura comercial e integração econômica notadamente com a constituição do MERCOSUL.

Neste contexto de crise e de exclusão²⁸ é que surgem propostas e ações com vistas à integração dos setores primário, secundário e terciário reconhecendo que os problemas da agricultura familiar nem sempre podem ser solucionados somente através da agricultura, como observa Testa et al (1996). Uma das propostas para o enfrentamento da crise na agricultura que estes autores propõem é a descentralização industrial. A instalação de módulos industriais descentralizados permitiria a ocupação em atividades não-agrícolas (em tempo parcial) de membros das famílias cujos recursos (terra e capital) não lhes permitissem viver dignamente somente com a produção agrícola.

Se a descentralização a partir das grandes agroindústrias não aconteceu, fatores internos e externos têm proporcionado condições para o surgimento de centenas de pequenas e médias agroindústrias no meio rural do oeste catarinense, atuando isoladamente ou em rede.²⁹ No município de Concórdia, local deste estudo, de acordo com dados fornecidos pela prefeitura municipal, são cerca de 22 unidades localizadas no meio rural, de um total de 35 instaladas no município.

Como fatores internos a impulsionar o desenvolvimento da agroindústria no meio rural da região pode-se destacar a grande capacidade produtiva instalada (desativada em função da concentração da produção de suínos e aves), a presença de toda uma estrutura voltada ao atendimento da grande agroindústria, da qual a média e pequena agroindústria podem dispor, o próprio conhecimento acumulado relativo ao processo agroindustrial gerado em função da

²⁶ Alguns dados referentes a esse processo são apresentados no final do capítulo três.

²⁷ A título de exemplo: a diminuição gradativa do ciclo completo, ou seja, a situação em que as fases de criação dos leitões, recria e terminação eram feitas no mesmo criatório; exigência, por parte das agroindústrias, de um número mínimo de animais por criatório; e, concentração da produção nas propriedades mais próximas das unidades de abate e industrialização.

²⁸ As estimativas de Testa et al em: Desenvolvimento sustentável do oeste catarinense - proposta para discussão- (1996) é de que a continuar o quadro atual, 50.000 famílias seriam excluídas da produção comercial no Oeste Catarinense num período de cinco a dez anos.

²⁹ Sobre a organização das agroindústrias familiares em rede ver: MIOR (2003).

presença de grandes agroindústrias (externalidades positivas), a atuação dos agricultores de forma associada e a própria tradição de transformar para o consumo, de forma artesanal, a produção agropecuária.

O incentivo externo se dá no contexto do apoio à agricultura familiar e à agroindustrialização de forma geral e não especificamente para a região. Em uma revisão sobre as principais ações de apoio a agroindústria familiar, Mior (2003) destaca as seguintes: no plano federal o PRONAF com suas diferentes linhas de crédito para a agroindústria familiar. Na esfera estadual o Programa de Profissionalização de Produtores Rurais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, o qual oferece cursos de industrialização artesanal aos agricultores familiares; a constituição, em 1994, do serviço de inspeção estadual para produtos de origem animal; a criação, em 1997, do projeto de Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal³⁰; a criação de legislação específica para a agroindústria familiar em 1997; a criação do Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira, em 1998 e a criação do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – DESENVOLVER - em 1998.

No caso específico de Concórdia, a agroindústria familiar foi eleita pela prefeitura municipal como prioridade para a aplicação dos recursos do Pronaf Agroindústria repassados ao município. Também, a prefeitura municipal via Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente incentiva as agroindústrias familiares através do “Programa de Apoio a Agroindústria familiar”, o qual, além de prestar assessoria e assistência técnica, repassa equipamentos sob forma de comodato, por meio de recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – Fundeagro³¹ e do próprio orçamento da secretaria.

A agroindústria familiar no município conta também com a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – COPAFAC, constituída como um instrumento para viabilizar a comercialização da produção das agroindústrias familiares (individuais ou de grupo)

³⁰ A constituição desse projeto deu-se através de uma parceria entre a EPAGRI, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária - EMBRAPA.

³¹ O Fundeagro é um fundo municipal mantido com recursos repassados pelo município e, também com recursos oriundos da participação (contrapartida) dos agricultores na prestação de serviços diversos realizados pela prefeitura municipal.

associadas à cooperativa. Atualmente, 18 unidades agroindustriais encontram-se associadas a COPAFAC.

Em razão do supra citado, percebe-se que a constituição dos grandes complexos agroindustriais e de centenas de médias e pequenas agroindústrias familiares na região oeste catarinense resulta de um conjunto de fatores, que vão desde a exploração de uma estrutura de produção agropecuária de base familiar altamente aberta aos avanços tecnológicos e, portanto, favorável aos interesses do grande capital agroindustrial, passando pela mobilização de recursos internos como forma de enfrentamento de situações adversas para a agricultura familiar, até o incentivo público em diferentes períodos históricos.

Em síntese, este capítulo traz à discussão os três grandes temas e conceitos sobre os quais procurou-se estruturar este trabalho de pesquisa, quais sejam: a agricultura familiar, a pluriatividade e a agroindustrialização, relacionando-os ao contexto em estudo. Sendo assim, fez-se referência às terminologias que em diferentes períodos históricos identificaram a categoria que atualmente denominamos de agricultura familiar. Observou-se que embora de alguma forma inseridas ao mercado, as decisões tomadas no âmbito das unidades familiares de produção não se orientam apenas pela lógica do capital.

Com relação a pluriatividade percebeu-se que este é um fenômeno cada vez mais presente na agricultura familiar e que esta resulta de decisão interna de cada unidade familiar, influenciada pelo contexto sócio-econômico em que atuam. Além disso, a pluriatividade se revela uma estratégia de reprodução social que se opõe à diferenciação social em direção a proletarização.

Quanto a agroindustrialização procurou-se demonstrar que a constituição dos grandes complexos agroindustriais, assim como das pequenas e médias agroindústrias no contexto deste estudo, têm gerado oportunidades para a realização de atividades não-agrícolas, seja nas próprias unidades instaladas, seja na estrutura de apoio logístico demandada por essas agroindústrias.

Tendo como “pano de fundo” estas reflexões, o próximo capítulo analisa a colonização e o desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense e, mais especificamente, no município de Concórdia, destacando-se a influência do processo de modernização da agricultura e do crescimento agroindustrial para a formação do atual modelo de produção agropecuária neste território.

CAPITULO 3 – DA COLONIZAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE.

No capítulo anterior tratamos dos elementos teóricos que constituem o embasamento para a análise da questão norteadora deste trabalho. Tratou-se, desta forma, da agricultura familiar, da pluriatividade e da agroindustrialização, buscando na literatura as referências necessárias à análise pretendida. Neste capítulo trataremos do processo de colonização e desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense e mais especificamente no município de Concórdia.

3.1 As raízes históricas do agricultor familiar do oeste catarinense

A história da colonização do município de Concórdia se confunde com a história de colonização do oeste catarinense, pois não são processos distintos. Vale lembrar também que à época da fundação (1934) o município de Concórdia ocupava uma área superior a três vezes a área atual. Sendo assim, no decorrer deste capítulo faremos referência ora ao oeste catarinense, ora a região de Concórdia, assim como ao município, quando as informações e dados apenas a este se referirem.

Ao abordarmos a questão da colonização e desenvolvimento da agricultura familiar no município de Concórdia, faz-se, inicialmente, referência a alguns aspectos do sistema de produção e do modo de viver construídos e mantidos nas regiões de origem dos “colonos”³² que aqui aportaram. Em seguida, analisa-se o processo de colonização da região e, também, a trajetória para a definição da atual situação sócio-econômica dos agricultores familiares do município, com ênfase na influência da agroindústria nesse processo. Considera-se que a indicação da origem e da trajetória da agricultura familiar no município constitui-se em âncora para a análise que será procedida no próximo capítulo.

Não é nossa pretensão empreender a uma caracterização detalhada do modo de vida colonial ou de aprofundar a discussão em relação às possíveis diferenciações entre distintos modos de viver e de organizar os processos produtivos. Pretendemos apenas, mesmo que de

³² Como resultado de um processo de imigração e colonização do sul do Brasil é que surge o “colono”, um pequeno produtor rural, que constituiu um modo de viver característico. De modo simples, no oeste catarinense o termo “colono” designa o sujeito que vive e trabalha (na agricultura) em uma “colônia”. O termo “colônia” tem duplo significado: pode se referir ao meio rural, interior, ou então, referir-se a área de terra padrão na região (24,2 há ou 10 alqueires paulistas).

forma sumária e nos limites desta seção, indicar a forma social da qual a agricultura familiar do oeste de Santa Catarina é originária, referenciando alguns aspectos que nos permitam compreender a trajetória dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina, a partir de um modo de vida colonial.

A partir da imigração e colonização no sul do Brasil surge uma sociedade rural com características diversas em relação à sociedade rural brasileira tradicional, ou seja, dos proprietários de grandes áreas mantidas por mão-de-obra não familiar. Seyferth (1990), por exemplo, entende que numa orientação teórica mais geral a sociedade colonial pode ser caracterizada como camponesa, na medida em que construiu e manteve um modo de viver próprio e uma forma de produção específica, cuja base fundiária é a pequena propriedade, trabalhada pela família num sistema de policultura, sistema este que Schneider (1999) chamou de “sistema produtivo colonial”.

Se por um lado, como observa Schenkel (1997), o sistema de produção e o modo de viver implantado pelos “colonos” no sul do Brasil apresentam diversas características apontadas teoricamente como típicas do campesinato clássico, tais como a importância estrutural do grupo doméstico; a coincidência da unidade familiar com o local de trabalho, de produção, de consumo e de reprodução; a predominância dos interesses coletivos sobre os individuais, representada pela inquestionabilidade da autoridade paterna; e, ainda pela busca da auto-suficiência, por outro lado, o “colono”, ao contrário do camponês clássico, mesmo que através de uma economia de excedentes, sempre produziu para o mercado.

Dois argumentos podem ser colocados no sentido de reforçar a presença de relações mercantis nas áreas de colonização no sul do Brasil, desde a sua formação, a despeito da concepção inicial de que a “colônia” (propriedade) deveria ser, na medida do possível, auto-suficiente, dependendo o mínimo possível de produtos externos. O primeiro refere-se à exigência para que os “colonos” produzissem alimentos para o mercado interno que se encontrava em expansão e, também, porque o “colono” era obrigado a produzir excedentes para saldar seus compromissos, uma vez que, na segunda metade do século XIX, as terras passaram a serem vendidas. Em segundo lugar porque o “colono” era forçado a produzir excedentes para comprar mais terras em razão do reduzido tamanho dos lotes demarcados frente às necessidades das famílias que normalmente eram numerosas.

Embora produzindo para o mercado, a relação que o “colono” mantém com este pode ser caracterizada como uma “*integração parcial em mercados imperfeitos*”, tal como apontado por Abramovay (1992, p.115 grifos no original). A relação parcial ocorre em função da flexibilidade, ou então, da alternatividade para Garcia Jr. (1983), que o “colono” tem para com o destino de sua produção. A condição de proprietário dos meios de produção e, via de regra da própria produção, confere ao “colono” uma relativa autonomia em relação à comercialização da produção. Dependendo da estrutura e condições internas de cada propriedade, o “colono” pode optar por colocar o produto no mercado ou consumi-lo internamente (transformando o milho em carne, por exemplo) se esta for uma condição mais favorável para ele, sem comprometer a manutenção da família, seu principal objetivo.

O caráter “imperfeito” do mercado com o qual o “colono” mantém relações pode ser explicado pela freqüente ausência de concorrência nas operações de venda dos produtos, bem como na compra de insumos para a produção ou gêneros alimentícios não produzidos na “colônia”. Como explica Abramovay (1992 p.118), “a integração dos camponeses ao mercado realiza-se em condições tais que, permanentemente, existe a influência individual de agentes econômicos sobre a formação dos preços”. A intermediação entre os “colonos” e o mercado “perfeito”, tomado como aquele em que há plena concorrência, é realizada pelos donos de casas comerciais presentes no interior da colônia os quais arbitram a respeito, tanto dos preços dos produtos vendidos pelos “colonos”, quanto dos insumos por estes comprados.

Sendo assim, como observa Schneider (1999 p.23), “os donos de casas comerciais tornaram-se ricos e poderosos, chegando a exercer um papel de destaque no desenvolvimento da economia colonial”. A dificuldade de acesso às informações e ao mercado “perfeito” estabelece uma situação de dependência entre o “colono” e o comerciante, cuja atuação influencia o modo de produzir e de viver no interior das colônias. Ademais, as relações que se estabelecem entre o “colono” e o comerciante, freqüentemente, não são apenas de ordem econômica, mas também de ordem não econômica como de parentesco, de reciprocidade e de solidariedade.

A ocupação do espaço no interior das “colônias velhas”, reproduzida, posteriormente, no oeste catarinense por ocasião da colonização daquela região, caracteriza-se pela construção das residências nas próprias propriedades, junto às “picadas”³³, dispostas paralelamente a estas em

³³ Caminhos abertos na floresta demarcados nas divisas entre os lotes (colônias), muitos dos quais transformados, posteriormente, em estradas.

cada um de seus lados, ficando relativamente próximas uma das outras na mesma “picada”, porém, distante em relação à “picada” seguinte, uma vez que a distância entre “picadas” era igual ao comprimento de dois lotes, ou seja, 6,4 km. Difere, desta forma, das aglomerações residenciais separadas das áreas de cultivo, típicas dos países de origem desses colonos, como apontado por (ROCHE, 1969).

O modelo dominante de família encontrado nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, conforme Seyferth (1990), não é o de uma família nuclear, mas de uma família extensa, ou seja, situação em que viviam na mesma moradia geralmente três gerações: os pais, um dos filhos e sua prole e, eventualmente, os celibatários, num sistema patriarcal, onde a autoridade do pai é inquestionável, especialmente ao que se refere à herança e a economia doméstica.

Assentados em áreas cobertas por florestas, portanto, em condições completamente diferentes das regiões de origem, os “colonos” passaram a utilizar práticas agrícolas que eram adotadas pelos nativos como a coivara, ou seja, utilizando o fogo para a limpeza das áreas de cultivo. Para a realização do plantio é utilizada basicamente a enxada. Posteriormente, pequenas máquinas e equipamentos são introduzidos nas atividades agrícolas. Se, por um lado, a introdução de máquinas e equipamentos vem facilitar um pouco a execução de algumas tarefas e a possibilidade de explorar áreas maiores, por outro, acelera o processo de perda da fertilidade natural do solo pela erosão, bem como pela diminuição do tempo de repouso das áreas no sistema de rotação de terras.

O crescimento populacional obriga os colonos a utilizarem intensamente o solo. O uso intenso aliado à forma de exploração do solo adotada leva à perda da fertilidade natural tornando difícil a reprodução social no interior das “colônias”, pois não dispunham de meios adequados capazes de recuperá-lo.

Diante das dificuldades que se apresentavam para a reprodução das unidades familiares de produção nas “colônias velhas”, migrar representava uma opção aceitável e desejável em muitos casos. Radin (1994) aponta uma série de motivações para a migração, dentre as quais destacamos a busca da propriedade da terra e de “terras novas” e “mais férteis”, o que para muitos representava a saída da condição de arrendatários ou dependente de terceiros e a busca por maior liberdade longe da vigilância dos familiares. No entanto, de acordo com o autor, o principal causador foi o modelo de colonização adotado nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, o modo de viver e o sistema de cultivo colonial construídos e mantidos nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, reproduz-se através do que Roche (1969) chamou de “enxamagem dos pioneiros”³⁴, para as “zonas pioneiras” inicialmente no noroeste e norte do Rio Grande do Sul e posteriormente no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.

3.2 O processo de colonização do oeste catarinense

À época da chegada dos primeiros “colonos” de origem européia, a região era habitada por índios Kaigangs, Xoklegs e por “caboclos”³⁵. No entanto, a colonização “branca” da região oeste catarinense deu-se a partir da imigração de “colonos” procedentes das “colônias velhas”³⁶ e também das “colônias novas”³⁷ do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

O grande impulso para a colonização da região veio com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1906, pela Brazil Railway Company. A construção da ferrovia objetivava viabilizar o comércio do Rio Grande do Sul com o centro do país e ao mesmo tempo integrar o território brasileiro em função das divergências de limites entre Brasil e Argentina³⁸. A Brazil Railway Company recebeu como complemento ao pagamento pela realização da obra 15 km de cada lado da estrada de ferro, desde que fossem terras devolutas. Como a companhia tinha prazo estabelecido para que as terras fossem aproveitadas, a Brazil Railway Company constituiu a Brazil Development and Colonization Company com sede em Portland nos Estados Unidos, a qual passou a assentar “colonos” nessas terras expulsando os posseiros que ali se encontravam instalados (FERREIRA, 1992).

De acordo com o autor,

³⁴ É assim que o autor define o processo de migração das famílias de “colonos” em busca de novas terras, uma vez que, o solo já estava esgotado e não possibilitava a permanência de toda a família, no mesmo lote.

³⁵ “Caboclos”, assim eram chamados os mestiços de brancos, índios e negros que viviam na região. No oeste catarinense os “caboclos” viviam da extração da erva-mate, de pequenas plantações e da caça. Não possuíam o título de propriedade. Viviam em terras devolutas (do Estado) ou nas terras de fazendeiros.

³⁶ A “Colônia Velha”, de acordo com Schneider (1999), situa-se na região sudeste do estado do Rio Grande do Sul, e é formada pelas microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.

³⁷ No Rio Grande do Sul são chamadas de “colônias novas” as regiões ocupadas na fase final da colonização e aquelas ocupadas pela re-imigração dos filhos dos imigrantes europeus que ocuparam as “colônias velhas”. São, portanto chamadas de “colônias novas” as regiões mais ao norte do estado. Mesmo as regiões que no Rio Grande do Sul são chamadas de “colônias novas”, no oeste catarinense são chamadas de “colônias velhas” por serem as regiões de origem da maioria dos “colonos” que aqui se estabeleceram.

³⁸ Sobre as divergências entre Brasil e Argentina quanto aos limites territoriais, que ficou conhecida como a “Questão de Palmas” ver, entre outros, Thomé, 1992.

as terras férteis, “livres” de índios e caboclos posseiros, a construção da ferrovia, a ação das companhias colonizadoras, o aumento da população e a saturação das colônias em partes do território gaúcho, a facilidade para a aquisição de lotes rurais na região, foram algumas das principais causas motivadoras da colonização do Meio Oeste Catarinense, que viria a se destacar desde seu início, como região potencialmente fornecedora de alimentos. (FERREIRA, 1992, p. 42).

Na região dos queimados, atual município de Concórdia, como escreve Ferreira (1992), os primeiros colonos chegaram na segunda década do século XX.

Entre 1920 e 1925, concórdia era sertão, com residências distantes umas das outras, a maioria de caboclos refugiados após a batalha do Irani que se agruparam em torno do caudilho José Fabrício das Neves que ali fixou residência em 1917, estabelecendo seu “quartel general”. ...Assim eles começaram a chegar e a ocupar espaços no Vale do Rio do Peixe e as margens do rio Uruguai, em zonas próximas as estações ferroviárias, só posteriormente expandindo-se para outros pontos da colônia, a exemplo do italiano Maximiliano De Francheschi, que se estabeleceu na região de Queimados em 1923, oriundo de Cachoeira, no Rio Grande do Sul. (FERREIRA, 1992, p.52 e 54).

Os “colonos” aqui chegados eram instalados em pequenas propriedades, variando entre 8 e 25 alqueires paulistas, formando assim, um aglomerado mais denso das populações imigrantes. O pagamento pelas terras era feito de forma parcelada. À época, a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., que adquirira as terras da Brazil Development and Colonization Company, assumiu também a responsabilidade de dotar a região de estradas e, para tanto, aproveitou o trabalho dos próprios “colonos” como forma de pagamento das parcelas devidas pelas terras, especialmente para aqueles que se encontrassem sem condições de pagar em dinheiro. Este fato é significativo para o presente trabalho uma vez que demonstra que, desde sua chegada a esta região, diante de necessidades e para manterem-se e reproduzirem-se como “colonos” estes lançam mão de diferentes estratégias, como o trabalho não-agrícola, por exemplo.

A instalação e permanência de muitas famílias em condições extremamente difíceis (especialmente aquelas instaladas próximas ao Vale do Rio Uruguai) em áreas nas quais, a princípio, parece inviável a constituição de uma propriedade rural e impraticável a realização da atividade agropecuária (devido às características físico-geográficas locais) somente podem ser explicadas pela aceitação da precariedade e privações à família em nome da segurança que representava a posse da terra, uma vez que esses “colonos” traziam na memória uma dupla exclusão: primeiramente como excluídos da revolução industrial na Europa e, posteriormente como excedentes populacionais nas chamadas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul.

A forma como a agricultura familiar do oeste catarinense se desenvolveu tem origem no modelo adotado quando do processo de colonização, ou seja, a partir do regime de pequena propriedade agrícola familiar dedicada à policultura-pecuária. A lógica dos “colonos” aqui chegados não foi a de produzir tão somente para a subsistência, mas pelo contrário, foi de produzir excedentes para o mercado. Neste aspecto foi de grande importância a presença da ferrovia São Paulo-Rio Grande³⁹ que permitiu a integração da região aos maiores centros consumidores atendendo assim a crescente demanda por produtos básicos tais como o trigo, feijão e a banha.

Os números em relação a população de Concórdia apresentados por Ferreira (1992) mostram um expressivo crescimento desde sua colonização. Assim, já em 1931, a Colônia Concórdia contava com cerca de 3.500 pessoas, chegando a 21.086 em 1934 por ocasião da emancipação do município e a 30.000 em 1935. Citando também os dados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1º de junho de 1950, o autor mostra que Concórdia, com seus 2.449 km² e uma população de 48.014 habitantes, dos quais, 2.593 residentes na sede do município, foi classificado em 11º lugar dentre os municípios catarinenses.

Em Ferreira (1992) também pode ser encontrada uma evidência do crescente aumento de relações comerciais na região, ao observar que, em 1937, portanto apenas três anos após a emancipação e menos de uma década e meia após o início da colonização, o município já era classificado como 8º município com melhor situação financeira em Santa Catarina, o que evidencia uma acumulação de capital local.

Evidencia-se, pois, que para o rápido e “exitoso” processo de colonização do oeste catarinense concorreram simultaneamente interesses do Estado brasileiro empenhado em integrar o território nacional em função da disputa com a Argentina por limites territoriais; interesses das companhias colonizadoras, uma vez que a venda das terras e o comércio emergente na região representavam um negócio lucrativo; e os interesses dos excedentes populacionais da região colonial do Rio Grande do Sul, em ocupar um espaço que lhe permitisse viabilizar sua reprodução social.

³⁹ A ferrovia São Paulo – Rio Grande atravessa o estado de Santa Catarina na altura do Vale do Rio do Peixe.

3.3 Desenvolvimento da agricultura colonial no município de Concórdia e região

Como assinalado anteriormente, os “colonos” assentados na região de Concórdia, vindos do Rio Grande do Sul, reproduziram neste local o modo de viver e o sistema produtivo colonial.

Além dos fatores de ordem cultural e moral que caracterizam o “colono” especialmente em relação ao trabalho e a honra ao compromisso assumido, outros fatores influenciaram o desenvolvimento da agricultura na região, tais como: a presença da densa floresta rica em madeira de boa qualidade e de valor econômico; a fertilidade natural do solo; a relativa proximidade com a estrada de ferro, entre outros. No entanto, um fator que influenciou de forma marcante o desenvolvimento da agricultura foi a instalação da agroindústria para o beneficiamento do trigo e para o abate e industrialização de suínos que deu origem ao atual complexo agroindustrial Sadia, no município de Concórdia.

Deste modo e apenas como forma de apresentação deste tema neste trabalho, trataremos do desenvolvimento da agricultura colonial no município de Concórdia e região referindo-nos a duas etapas. A primeira, que vai do início da colonização à instalação da agroindústria. A segunda, a partir da presença da agroindústria até a intensificação das ações de modernização da agricultura que, de certa forma, iniciou um processo de desarticulação do sistema de produção colonial, na segunda metade da década de 60 do século passado. Em seguida, faremos referência ao período posterior ao fim do sistema colonial de produção.

Ao proceder as considerações que seguem, pretende-se evidenciar a presença de relações mercantis na região colonizada, desde seu início bem como a crescente mercantilização e especialização da agricultura no decorrer do tempo. O fato de haver, nos primeiros anos, casos em que era praticada, basicamente, a agricultura de subsistência, está muito mais em função das dificuldades de acesso ao mercado, por falta de estradas e meios de transporte, do que por uma lógica interna das famílias que assim o determinasse. Se para muitos “colonos” a inserção aos mercados era condição imprescindível para conseguir honrar o compromisso do pagamento da terra, vale lembrar que muitos “colonos” assentados na região receberam a área como herança de seus pais, os quais continuavam a residir no Rio Grande do Sul. Sendo assim, como bem observa Campos (1987, p. 178), “a típica unidade familiar de subsistência e não mercantil no oeste catarinense é muito mais uma idealização do que uma realidade histórica”.

3.3.1 Primeira fase: do início da colonização ao surgimento da agroindústria na região de Concórdia⁴⁰

Antes mesmo da chegada dos “colonos” à região oeste catarinense, a erva-mate era explorada pela população local (cabocla na sua maioria) para fins comerciais, sobretudo nas regiões mais afastadas do Vale do Rio Uruguai, onde sua presença era mais freqüente. Com a chegada dos “colonos”, esta atividade foi intensificada em função da derrubada de matas e a abertura de estradas, facilitando o escoamento do produto para os centros de maior consumo. Segundo Campos (1987), a extração da erva-mate não representou para os colonos grandes oportunidades, inserindo-se apenas no fluxo de mercadorias, o que lhes permitia adquirir produtos que não conseguia produzir na propriedade como café, roupas, entre outros.

Até a chegada dos primeiros “colonos”, a região era praticamente toda coberta por florestas, especialmente a faixa mais próxima ao rio Uruguai. Se a presença da mata representava inicialmente uma dificuldade, uma vez que se fazia necessária sua retirada para dar lugar às culturas temporárias, por outro lado, se constituía no material necessário à construção das casas e instalações para os animais, bem como uma possibilidade de rendimentos financeiros para fazer frente aos compromissos de manutenção da família e/ou pagamento das terras adquiridas. Assim, a extração da madeira representou uma das primeiras e principais atividades econômicas desta primeira fase. A princípio a madeira não era beneficiada na região, mas sim transportada, por meio de tração animal, até o rio Uruguai de onde seguia em balsas formadas com as próprias toras de madeira, aproveitando as enchentes do rio, como se pode observar na Figura 6, até São Borja no Rio Grande do Sul e para a Argentina.

⁴⁰ Devemos considerar que inicialmente o município de Concórdia ocupava uma área de 2.449 km², ou seja, três vezes maior do que área atual.



FIGURA 6 - Transporte de madeira através do rio Uruguai.

Com as toras de madeira transportadas por tração animal até o rio Uruguai, os “colonos” formavam uma espécie de balsa sobre a qual viajavam, em uma aventura arriscada acompanhando a madeira até o destino. (Fonte: Museu Histórico de Concórdia)

A demanda local por madeira serrada para a construção de casas e outras instalações, bem como a possibilidade de exportação de madeira beneficiada via estrada de ferro foram importantes fatores a influenciar a instalação de serrarias na região. De acordo com Campos (1987) eram usadas máquinas movidas a vapor ou a energia hidráulica para o desdobramento das toras. Muitas dessas primeiras serrarias eram de propriedade das próprias companhias colonizadoras.

Nas áreas desbravadas, aproveitando a fertilidade natural do solo, eram introduzidas culturas para a alimentação da família e dos animais, bem como para o mercado, tais como feijão, mandioca, batata, fumo, entre outras. No entanto, destacaram-se desde cedo como atividades agrícolas expressivas a produção do trigo, do milho e a criação de suínos.

A cultura do trigo respondia bem à fertilidade natural do solo e ao clima da região (observar Figura 7). Nas primeiras décadas após a colonização do município, a cultura alcançou grande expressão econômica e marcou época na história do município. Nas entrevistas com agricultores familiares, recorrendo à história da família na região, o trigo sempre foi citado como uma das principais culturas na época.

Era o trigo, milho e criavam porcos. Mas, a atividade principal era o trigo, era o principal, vinha em primeiro lugar, depois vinha o milho para criar porcos. A renda maior era do trigo. (P C m 32).

No início, era mais o trigo, depois o milho, suínos, mais tarde as aves e o leite (...) (PC p 33).



FIGURA 7 – Cultura de trigo no período da “agricultura colonial”.

A cultura do trigo constitui-se em uma das principais atividades econômicas no período da “agricultura colonial”. Na foto é possível observar outros aspectos como o trabalho manual e realizado em família e o próprio valor atribuído ao trabalho realizado desde muito cedo. (Fonte: Museu Histórico de Concórdia)

A produção do cereal destinada ao mercado, nos primeiros anos após a colonização da região, era transportada em carroças até a estação de Volta Grande, no interior do município, de onde seguia de trem até os maiores centros consumidores, posteriormente passou a ser industrializada no próprio município. Segundo Ferreira (1992), em 1932, portanto menos de uma década após o início da colonização, a produção de trigo no atual município de Concórdia chegava a 10.000 sacas de 60 quilogramas.

O milho também encontrava condições agroclimáticas favoráveis na região, assumindo desde o princípio um importante papel na consecução do modelo de agricultura familiar que veio caracterizar a região. Destinado, basicamente, ao consumo interno das propriedades rurais e como base na alimentação dos animais, torna-se uma das principais culturas agrícolas para o que veio a

ser a maior riqueza do município, qual seja, a criação de suínos. De acordo com Ferreira (1992), a criação de suínos alcançava mais de 100.000 cabeças no município, ainda na década de 1930.

A criação de suínos era feita em mangueiras (cercados) e/ou em instalações simples construídas em madeira. A base da alimentação era o milho servido em espigas, mas também era utilizada a mandioca, a batata, a alfafa e sobra da alimentação humana. A rusticidade e a adaptação dos animais lhes permitiam reproduzir-se bem em condições adversas para os padrões atuais. A Figura 08 ilustra as condições em que eram criados os suínos nas primeiras décadas após a colonização da região, atual município de Concórdia.



FIGURA 8 - Criação de suínos na primeira fase da “agricultura colonial” no município de Concórdia. (Fonte: Museu Histórico de Concórdia).

As dificuldades para realizar o transporte dos animais, para o comércio eram muito grandes. Como relata Ferreira (1992), no início da década de 30, quando ainda não havia caminhões na região, os animais eram “tropeados”, ou seja, conduzidos andando, numa viagem de três dias até a estação ferroviária de Piratuba/SC.

No período final desta fase, de acordo com Campos (1987), a inserção comercial das pequenas unidades de produção se intensifica ao mesmo tempo em que cresce a base de atuação

do capital comercial, aumentado assim, o número de propriedades integradas ao ciclo comercial, proporcionando, em razão disso, uma acumulação de capital local.

Em 1938, sentindo a necessidade de industrializar no próprio município a produção de trigo e de suínos, um grupo de concordienses decidiu pela construção de um moinho e um frigorífico, iniciando pela indústria do trigo. Em 1942, diante das dificuldades pelas quais passava a indústria, decorrentes da inexperiência administrativa e da disputa entre os associados pelo controle do empreendimento, decidiram buscar fora do município alguém com experiência administrativa visando superar tais dificuldades. Foi então lembrado o nome do Sr. Atílio Fontana, próspero comerciante na região de Bom Retiro de Campos Novos, atual município de Herval do Oeste, o qual tornou-se sócio da empresa. Em 1943, Atílio Fontana comprou o controle acionário da indústria, criando uma sociedade anônima com o nome de S.A. Indústria e Comércio Concórdia. No ano seguinte, o industrial Atílio Fontana renomeou a indústria, aproveitando as duas primeiras letras (S.A.) e a última sílaba do nome do município, surgindo assim o nome Sadia, conforme explica FERREIRA (1992, p.173)

A fase inicial do desenvolvimento da agricultura na região de Concórdia pode ser caracterizada como de constante busca, por parte dos “colonos”, pela inserção de forma “completa” a mercados “perfeitos”, com vistas à melhoria das condições para a família, bem como no sentido de prover recursos para a reprodução das unidades familiares de produção.

3.3.2 Segunda fase: da instalação da agroindústria ao final do sistema colonial de produção

Nesta seção apresentamos algumas considerações que julgamos importantes no processo de análise e compreensão da evolução das principais atividades agrícolas, bem como para a conformação do modelo de organização e exploração da unidade familiar de produção na região. Certamente, no período, diversas atividades agrícolas encontraram espaço no “sistema colonial de produção”. No entanto, faremos referência aqui as que mais fortemente foram influenciadas pela presença da agroindústria e pela importância que assumiram no contexto em estudo.

A partir de 1944, com a ampliação da capacidade de moagem do moinho de trigo e a entrada em funcionamento da indústria de carne suína instalada no município, a agricultura colonial na região de Concórdia experimenta uma nova realidade passando a integrar-se definitivamente ao mercado. As ações de comercialização mantidas pelos “colonos” que até então se restringiam aos excedentes da produção, passam, a partir de agora, a se intensificar num

processo crescente de mercantilização da agricultura “colonial”. A lógica das relações mercantis, no entanto, em um primeiro momento, não se alteram tanto em relação à primeira fase, pois como pode ser lido na própria obra do industrial Atílio Fontana (1980:130), ao referir-se aos produtos possíveis de serem elaborados na fase inicial de funcionamento da agroindústria Sadia ao afirmar que “não havia um aproveitamento completo de tudo, dadas as deficiências de nossas instalações, mas a banha cobria o valor do suíno e ainda deixava algum resultado; a carne, pois, por menos aproveitada que fosse, era sempre lucro”.

Até então, a criação de suínos era praticada de forma rudimentar em mangueirões ou em instalações rústicas de madeira. Para a agroindústria, a qualidade do produto deixava a desejar, principalmente para a elaboração de outros produtos além da banha. Assim, observou Atílio Fontana sobre o assunto: “mas quando cheguei a Concórdia, verifiquei que ali, principalmente no primeiro distrito, a suinocultura era das piores que eu já tinha visto”. “(...) os porcos eram do tipo banha, pouca carne, e assim mesmo, muito gordurosa” (FONTANA, 1980:133). Em 1945, segundo o próprio industrial teve início o desenvolvimento de ações visando a melhoria da qualidade dos animais criados na região.

Inicialmente, essas ações se restringiam a palestras para os “colonos” e seus filhos. Posteriormente, por meio de “unidades demonstrativas” (já com raças melhoradas geneticamente), localizadas em pontos estratégicos⁴¹ no interior do município onde pudessem ser vistas por maior número possível de “colonos”. A partir dessas experiências foi que se desenvolveu o programa de fomento à suinocultura na região.

No período seguinte a implantação do fomento à suinocultura, as ações visando o aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos animais produzidos na região não se restringiam somente à introdução de material genético e à assistência técnica a esta atividade, mas envolviam também outros procedimentos, como orientações para o aumento da produção e produtividade do milho, base da alimentação dos suínos, o que também passou a ocupar importante espaço no interior das unidades familiares de produção.

A produção de trigo e a criação de suínos não foram atividades introduzidas a partir de uma oportunidade de mercado. Essas atividades acompanharam os “colonos” desde o princípio.

⁴¹ De acordo Atílio Fontana em seu livro História de minha vida (1980), a experiência consistia em fornecer três matrizes para alguns “colonos” localizados em locais mais freqüentados próximos a casas de comércio ou igrejas e cuja propriedade apresentasse instalações adequadas e toda a higiene possível e que aceitassem tal condição. O único custo para o “colono” era o da ração que era fornecida pela empresa.

No caso específico da suinocultura, de uma atividade apenas complementar no sistema policultura – pecuária, destinada basicamente à subsistência, passa a representar, como observa Campos (1987), a principal atividade econômica para a maioria das famílias de “colonos”, no período posterior a instalação da agroindústria na região.

Ao contrário do trigo que com o passar do tempo foi perdendo importância como uma atividade de expressão na região de Concórdia⁴², o suíno encontra um campo fértil para seu crescimento em função de diversos fatores, dentre os quais podemos destacar: a presença da agroindústria compradora da produção e incentivadora da atividade, o potencial da região para a produção de milho e, sobretudo, por ser a suinocultura uma atividade que permite a criação de um número relativamente grande de animais mesmo em pequenas áreas. O tamanho da propriedade tem ainda menor importância em relação ao número de animais na situação de integração da produção, na qual a agroindústria integradora fornece a totalidade ou partes da alimentação.

A expansão das atividades agrícolas de produção de trigo e da criação de suínos atendiam, igualmente, aos interesses da indústria emergente e dos próprios produtores que buscavam oportunidades para colocação de seus produtos. Para a indústria que se encontrava em expansão, o aumento da produção representava a garantia de matéria-prima para processamento, enquanto que para os “colonos” representava uma possibilidade de melhorar as condições de viver, bem como para sua reprodução enquanto unidades familiares de produção.

A intensificação das relações mercantis puxadas principalmente pela presença da agroindústria compradora de matéria-prima, mas com reflexos em outros setores da economia, não apenas interfere nas relações externas, especialmente nas relações que os “colonos” mantinham com o mercado, mas também na própria organização e dinâmica interna das unidades familiares de produção, especialmente no que se refere aos sistemas e escala de produção.

A partir dos anos de 1950, Concórdia, de forma pioneira na região, passa a contar com a avicultura comercial, mais uma atividade pela qual viria a se destacar no cenário nacional e internacional. Ao contrário da suinocultura que em pequena escala sempre esteve presente, mesmo no período anterior a instalação da agroindústria na região, a avicultura comercial é introduzida apenas a partir dos anos 50.

⁴² Ainda na década de 50 a indústria de trigo foi desativada no município de Concórdia e transferida para o município gaúcho de Marcelino Ramos.

Foi a partir da instalação de uma pequena granja⁴³ pelo grupo Sadia, em 1950, no município de Concórdia, que alguns anos mais tarde a avicultura comercial apresentou-se como uma nova atividade para as unidades de produção agrícola da região. Desde sua introdução junto aos “colonos” da região, a atividade avícola foi desenvolvida de forma integrada⁴⁴ à agroindústria, ou seja, num sistema em que os meios de produção, bem como as determinações das ações no processo criatório não são totalmente de domínio do “colono”. Mesmo assim, a princípio, da mesma forma que acontecera com o suíno, esta condição atendia aos interesses de ambas as partes.

Um aspecto importante que pode ser destacado em relação as duas fases refere-se à dependência externa das unidades de produção. Na primeira fase, o sistema produtivo colonial em função dos recursos naturais como a fertilidade natural do solo e a abundância de madeira a disposição e também do sistema de produção adotado e do material genético disponível, as unidades de produção apresentavam baixa dependência externa. Já na segunda fase, especialmente em seu período final, com a crescente mercantilização da agricultura, com o avanço do processo de modernização de algumas atividades agrícolas demandando a utilização de máquinas, implementos e insumos modernos, tem-se, então, como observado por Silvestro (1995), uma dependência cada vez maior da unidade de produção em relação ao capital.

Se a primeira fase pode ser caracterizada como de permanente busca pela inserção ao mercado, a segunda pode ser caracterizada como uma fase de efetiva integração, não somente da região de Concórdia como também de boa parte da região oeste catarinense, ao espaço econômico nacional. Campos (1987) observa que, além da integração econômica nacional por meio da expansão capitalista agroindustrial, o período caracteriza-se pela consolidação do modelo de pequena produção familiar como base da produção agropecuária.

Com a intensificação das ações, no sentido de modernizar os processos produtivos na agricultura, a partir da segunda metade da década de 1960, chega ao fim o chamado “sistema agrícola colonial”.

⁴³ De acordo com Fontana (1980), a avicultura no oeste catarinense iniciou com a instalação da granja Santa Luzia em Concórdia (de propriedade da Sadia). O processo criatório iniciou com a compra, no Rio de Janeiro, de mil pintinhos da raça New Hampshire de procedência americana.

⁴⁴ No sistema integrado a empresa entrega os pintinhos (no caso) de um dia, a alimentação, os medicamentos necessários, a assistência técnica, ficando por conta do “colono” os custos das instalações e a mão-de-obra necessária na condução da atividade, além da água e energia necessária.

3.3.3 A modernização da agricultura e a intensificação da integração à agroindústria

As ações no sentido da intensificação das ações com vistas à modernização dos processos produtivos na agricultura iniciaram ainda na década de 50, com a criação das estações experimentais e o serviço de extensão rural nos mais diversos estados brasileiros. O objetivo das estações experimentais era de adaptar tecnologias desenvolvidas em outros países, enquanto a extensão rural deveria difundir essas tecnologias buscando aumentar a produtividade, dando assim suporte à expansão industrial (ANJOS, 2003).

A partir da segunda metade da década de 1960, inicia-se uma nova fase no processo de modernização da agricultura brasileira com o aprofundamento da intervenção do Estado, conduzindo a chamada “modernização conservadora” baseada, sobretudo, no crédito facilitado, na geração e transferência de tecnologias de produção, e no uso de insumos externos como máquinas, agroquímicos, sementes e raças melhoradas. Inicia-se, assim, uma fase de profundas transformações na base técnica de produção e, também, na relação entre as unidades familiares de produção e a agroindústria.

No caso específico da região de Concórdia, ações no sentido da modernização dos processos produtivos (especialmente para a produção de milho e na criação de suínos) já vinham sendo desenvolvidas por conta da empresa Sadia, através do programa de fomento agropecuário, mais tarde chamado de “sistema de integração”. Além das ações desenvolvidas pela empresa Sadia e, também, do Estado, por meio do crédito e extensão rural⁴⁵, no município de Concórdia dois outros fatos contribuíram de forma significativa para a consecução do projeto modernizante e, sobretudo, para atender aos interesses do capital agroindustrial em forte crescimento à época.

A expansão agroindustrial demandava maiores volumes de produção e produtos de melhor qualidade. Fazia-se necessário, então, gerar e difundir tecnologias com vistas a melhorar os processos produtivos. Por interferência do, então, Senador Atílio Francisco Xavier Fontana foi criada em 1965, no município, uma instituição de ensino para formar profissionais na área agropecuária, a atual Escola Agrotécnica Federal de Concórdia.

A instituição atuou inicialmente como Ginásio Agrícola e certificava seu egresso (a maioria filhos de colonos da região) como Mestre Agrícola. Em 1972, passou à categoria de

⁴⁵ A associação de Crédito e Assistência rural de Santa Catarina – ACARESC - iniciou sua atuação no município de Concórdia em 1958.

Colégio Agrícola, formando então Técnicos em Agropecuária. A instituição teve sua denominação alterada para Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, em 1979⁴⁶.

A atuação da Escola, especialmente na sua fase inicial, esteve voltada principalmente para as principais atividades econômicas da região (suínos e aves). Vale registrar que muitos dos primeiros professores do Ensino Técnico mantinham também vínculo com a empresa Sadia. O que se quer demonstrar é que, a princípio, a atuação da Escola esteve voltada para atender aos interesses do grande capital agroindustrial, instalado no município e em toda região oeste catarinense.

Outro fato importante para o avanço no processo de modernização da agropecuária na região (o que demonstra a força política da principal agroindústria instalada na região), foi a instalação, no município de uma unidade da Embrapa em 1973.

A partir de 1975, a unidade da Embrapa de Concórdia passa a sediar o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e, em 1978, também o de Aves, tornando-se assim o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves – CNPSA, passando a coordenar a pesquisa nessas áreas nacionalmente.

Inicialmente, o CNPSA atuou na elaboração dos chamados “sistemas de produção”⁴⁷, visando identificar os sistemas de produção já existentes, desenvolver tecnologias no sentido de superar o mais rapidamente possível o “modo tradicional de produção”, a fim de aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos.

De acordo com Miranda (1995), a filosofia adotada pela Empresa no início de sua atuação em Concórdia, era priorizar a pesquisa por produto. Esta concepção, como observa o autor, não atendia aos interesses do pequeno produtor e seu diversificado sistema de produção. A pesquisa por produto, mais especificamente suínos e aves, estava claramente voltada a atender os interesses dos complexos agroindustriais.

Esse conjunto de forças atuando no sentido da modernização dos processos produtivos fez com que, em um primeiro momento, se ampliasse o número de produtores capazes de atingir um padrão de produtividade e qualidade exigido pela agroindústria. O número de unidades familiares

⁴⁶ Desde 1993 a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia ostenta o status de autarquia federal. Atualmente oferece os seguintes cursos: Técnico agrícola com habilitação em Agropecuária; Técnico em Alimentos; Técnico em Agroecologia; Técnico em Enfermagem, em Informática e em Agroturismo (em parceria com o SENAC); e, ainda, o Curso Superior de Tecnologia em Carneos, Lácteos e Produtos de Origem Vegetal.

⁴⁷ Sistema de produção aqui corresponde a forma como eram criados os animais, ao manejo adotado, a alimentação e as instalações.

produzindo de forma integrada cresceu rapidamente. Em 1969, a Sadia contava com 1.200 unidades familiares produzindo suínos no sistema de integração. Em 1985, esse número chegava a 11.391 unidades. Um crescimento ainda maior pode ser observado em número de integrados na atividade avícola. Em 1970 eram 134 unidades familiares integradas, passando para 13.929 em 1985⁴⁸.

No processo de modernização, o modo de produção “tradicional” é então substituído por um modo de produção mais “racional” (como o ilustrado na Figura 09), onde os processos produtivos passam a ser crescentemente determinados de fora para dentro, havendo, desta forma, interferência no funcionamento interno da propriedade como um todo. Nesse contexto, a integração agricultura-pecuária e a diversidade produtiva característica do sistema de produção familiar no município de Concórdia, assim como de toda a região oeste catarinense, passa gradativamente a dar lugar à especialização, notadamente nas atividades integradas à agroindústria.



FIGURA 9 – Sistema modernizado de criação de suínos.

Com a modernização dos processos produtivos, o sistema de produção tradicional dá lugar a sistemas de produção intensivos e de altas concentrações de animais por criatório. (Fonte: Pesquisa de campo).

⁴⁸ Números obtidos em Campos (1987).

Sendo assim, se em um primeiro momento o sistema de integração à agroindústria abarcava a quase totalidade das unidades familiares de produção, aos poucos esse processo começa a se estreitar. Animais geneticamente melhorados exigem maiores cuidados e os padrões médios exigidos de qualidade e produtividade são elevados constantemente por parte das agroindústrias. Deste modo, as propriedades com melhores condições (maior área de terra para o plantio, mão-de-obra, capacidade gerencial, localização, facilidade de acesso, etc), passam a aumentar progressivamente seus plantéis e a apropriar-se de uma maior parcela do valor da produção, dando início a um processo de diferenciação entre as unidades familiares de produção.

3.3.3.1 Diferenciação social das unidades familiares de produção

Se no sistema tradicional de produção era possível observar uma certa homogeneidade produtiva, econômica e social entre os “pequenos produtores”, tem-se, a partir da intensificação das ações com vistas a modernização dos processos produtivos e da ampliação do sistema de integração à agroindústria, uma crescente diferenciação das unidades familiares de produção.

As instituições e empresas responsáveis pela formação profissional e pela geração e transferência de tecnologias de produção, atuando no sentido de atender aos interesses das grandes agroindústrias, de certa forma transferem às empresas integradoras (via mecanismo de seleção daquelas unidades de produção que permanecem ou passam a ser integradas), o poder de decidir *a priori*, quais unidades familiares de produção passariam a receber maiores estímulos para a modernização, resultando numa modernização seletiva no conjunto das unidades familiares de produção.

As empresas integradoras (no caso específico de Concórdia, a Sadia) não impunham limites para a produção e os que tinham mais recursos (maior área de terra para a produção de milho, mão-de-obra, crédito, assistência técnica) aumentaram rapidamente sua produção, iniciando um processo de deslocamento de parcela significativa de produtores menos “produtivos”. Vale lembrar que a partir dos anos 60 do século passado, com o esgotamento da fronteira agrícola na região, o aumento da produção para as agroindústrias não poderia mais se dar pela expansão horizontal, restando a agricultura familiar, como observa Silvestro (1995), jogar com os outros dois fatores de produção: a força de trabalho e o capital disponível.

Contribuiu também de forma decisiva para a diferenciação no interior da agricultura familiar a própria atuação do Estado, como observa Silvestro (1995), via incentivo a modernização de determinados segmentos da agricultura, por meio do crédito subsidiado e política de preços, em que parte das unidades familiares de produção conseguiu se capitalizar e parte ficou à margem desse processo. Na parcela da agricultura familiar que conseguiu se modernizar estão, sobretudo, aqueles vinculados à agroindústria, por duas razões principais: a primeira porque a produção para a agroindústria forma um sistema de alta demanda por insumos e equipamentos modernos; a segunda está relacionada ao fato dessas unidades familiares de produção contarem com assistência técnica de forma regular, sendo assim orientados (por vezes indicados) para acessarem o crédito agrícola, à época subsidiado.

Sobre a atuação das empresas integradoras como fator diferenciador entre as unidades familiares de produção, Campos (1987) observa que

a partir do surgimento das relações de integração, os grandes frigoríficos, passaram a comandar os rumos da modernização da pequena produção no Oeste Catarinense. Portanto as possibilidades de modernização de uma unidade familiar passaram gradativamente a ser definidas pelo estreitamento de sua relações com o grande capital agroindustrial. Ante a uma enorme diversidade de pequenos produtores, os departamentos de fomento passaram a integrar aquelas unidades que por suas características técnicas e econômicas apresentassem um maior potencial produtivo.(CAMPOS, 1987, P.191)

No município de Concórdia, a concentração da produção e especialização na atividade suinícola atinge números expressivos. De acordo com o Instituto CEPA (2005), o município contava, em 2003, com um efetivo de 342.050 suínos, distribuídos em 1.111 propriedades. No entanto, somente cerca 25% das propriedades têm a suinocultura como uma atividade comercial, fazendo com que a média de animais nessas propriedades seja superior a 600 suínos.

A diferenciação fica evidente ao analisarmos a situação atual das unidades familiares de produção do município de Concórdia em que apenas 14%, do total, são consideradas consolidadas, de acordo com a classificação da FAO/INCRA (1994).

3.3.3.2 A crise e a busca de alternativas

A agricultura familiar no município de Concórdia, bem como em todo o oeste catarinense, citada muitas vezes como modelo exitoso, baseado na diversificação e integração agricultura-pecuária, encontra crescentes dificuldades a partir da década de 1980.

Silvestro (1995) aponta como principais causas da crise que atinge a agricultura familiar no oeste catarinense a concentração da produção de suínos; a diminuição dos recursos destinados ao crédito agrícola; o esgotamento dos recursos naturais; a redução da área cultivada com milho e soja; e, a redução da rentabilidade de produtos como milho e suínos; entre outros.

Na década de 1990 amplia-se o quadro de crise na agricultura familiar na região, sobretudo em função da política cambial desfavorável às exportações, à época; da intensificação das mudanças tecnológicas e organizacionais adotadas pelas empresas integradoras⁴⁹; também, em função da abertura comercial e integração econômica, notadamente, com a constituição do MERCOSUL, o que implicou na queda do preço de alguns produtos agrícolas importantes para a região como o leite, por exemplo.

Um dado importante relacionado à agricultura familiar de Concórdia, refere-se a diminuição do número de propriedades agrícolas integradas à agroindústria Sadia na atividade suinícola nos últimos anos. O número de produtores integrados que, de acordo com Campos (1987 p. 161-162), era de 11.391 em 1985, cai para 2.933 em 1996, segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS (1996). Esses dados são significativos, na medida em que esses produtores integrados respondiam por mais de 90% das necessidades da empresa.

Outros dados também evidenciam as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar nos últimos anos. Do acordo com o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – LAC (2005), a região de Concórdia (região de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia) apresentou, no período 2000 – 2003, o segundo maior êxodo rural do estado⁵⁰. No período, 1.447 pessoas deixaram o meio rural, na região.

⁴⁹ Como por exemplo: a diminuição gradativa do ciclo completo, ou seja, a situação em que as fases de criação dos leitões, recria e terminação eram feitas no mesmo criatório; exigência, por parte das agroindústrias, de um número mínimo de animais por criatório; e, concentração da produção nas propriedades mais próximas das unidades de abate e industrialização.

⁵⁰ A região de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste foi a que apresentou maior evasão de pessoas (1.522) do meio rural, no período 2000 – 2003, segundo o LAC.

A diminuição do número de propriedades rurais ativas é outro aspecto que chama a atenção e se constitui em um indicativo de que os resultados da atividade agrícola já não atendem às necessidades e desejos de uma parcela significativa de agricultores familiares. Comparando os dados do Censo Agropecuário do Município de Concórdia (2000) e os dados do LAC (2005) percebe-se uma diminuição, no período, de 564 propriedades rurais no município. Essa diminuição está relacionada, sobretudo, ao desaparecimento de propriedades com menos de 10 ha. Os dados indicam que o número de propriedades agrícolas ativas com menos de 10 há diminui em 50% no período. Por outro lado, mostram um aumento também de 50% no número de propriedades agrícolas com mais de 100 ha. Os dados do LAC mostram, também, haver 213 estabelecimentos rurais abandonadas no município.

Neste contexto, intensifica-se, sobretudo a partir da década de 1990, os esforços no sentido de diversificar a base de produção e as fontes de renda, no sentido de viabilizar a reprodução social da agricultura familiar do município. Alternativas às atividades tradicionais passaram a serem implementadas e/ou incrementadas como é o caso da atividade leiteira. A fruticultura, olericultura, piscicultura, reflorestamento, entre outras, também ganham espaço no conjunto de atividades agrícolas.

Neste aspecto é importante fazermos referência à atuação da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – Copórdia, uma empresa que mantém uma menor exigência quanto ao número de animais por criatório no sistema de integração e incentiva a diversificação de atividades nas unidades familiares de produção.

Além das atividades agrícolas alternativas às tradicionais ganham espaço também no meio rural as atividades não-agrícolas, sobretudo aquelas relacionadas ao agroturismo, ao comércio, aos transportes, à indústria e à agroindústria, com destaque para a esta última que conta atualmente com 22 unidades localizadas no meio rural de um total de 35 instaladas no município. Dessas agroindústrias, na sua maioria de cunho familiar, onze atuam no processamento de produtos de origem vegetal/cereal produzindo conservas, picles, cachaça, licores, vinhos, açúcar mascavo, geléias, doces, produtos de panificação, entre outros. Outras 24 unidades processam matéria-prima de origem animal e colocam no mercado, cortes e embutidos de suínos e aves, leite pasteurizado, manteiga, queijos, iogurtes, filé de peixes, peixes inteiros e em postas, entre outros produtos.

O fato de Concórdia se caracterizar como um pólo regional de Ciência, Tecnologia e Inovação na área agroindustrial⁵¹ representa um importante apoio para o fortalecimento da atividade no município e região. O potencial para a expansão dessa atividade no meio rural, aliado as diversas formas e instrumentos de incentivo e apoio, apontam a agroindustrialização como uma importante alternativa de trabalho e renda para as famílias rurais.

Em síntese, Neste capítulo procurou-se apresentar e analisar alguns aspectos determinantes da estrutura de produção agropecuária no município de Concórdia e região, analisando a trajetória da agricultura familiar da colonização aos dias atuais.

Vê-se que relações mercantis sempre existiram na região, embora, no início, fossem precárias e limitadas a poucos produtos. Essa limitação nas relações com o mercado se dava mais em função da precariedade dos meios de transportes e acesso à informação do que a uma lógica interna das unidades familiares de produção. As relações mercantis se intensificaram a partir da instalação da agroindústria de trigo (1938) e de suínos (1944).

A predisposição para a produção em quantidade e qualidade permitiu a constituição de capital agroindustrial não apenas no município de Concórdia, mas também em outros municípios da região. O grande capital agroindustrial, por sua vez, gradativamente passou a determinar mudanças nas relações das unidades familiares de produção com o mercado e na sua dinâmica interna de organização e produção. As grandes agroindústrias também influenciaram, sobremaneira, na modernização seletiva das unidades familiares de produção, bem como se revelaram um forte fator de diferenciação social entre os agricultores familiares, ao adotarem estratégias de especialização e concentração da produção. Por fim, observou-se que a intensificação da busca por alternativas às atividades suinícola e avícola não tem se restringido às atividades agrícolas, mas também às não-agrícolas.

Os aspectos referenciados neste capítulo, relacionados ao processo de colonização e trajetória da agricultura no município de Concórdia, nos ajudam a compreender os resultados da pesquisa realizada junto aos agricultores familiares os quais são apresentados e analisados no próximo capítulo.

⁵¹ Pode-se falar em pólo regional de Ciência, Tecnologia e Inovação, pois diversas empresas e instituições atuam na área de pesquisa, ensino e transferência de tecnologia na área agroindustrial, dentre as quais destacam-se a Embrapa, Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Universidade do Contestado – UnC Concórdia, bem como as próprias agroindústrias instaladas no município, sobretudo a Sadia.

CAPÍTULO 4 – A PLURIATIVIDADE NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS E DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PLURIATIVAS

No capítulo anterior tratamos do processo de colonização e da trajetória da agricultura familiar no município de Concórdia e região até os dias atuais. Neste capítulo, são apresentados os dados, analisados e discutidos resultados da pesquisa de campo. Em conformidade com nossa proposta metodológica (análise de conteúdo temático), são apresentados e analisados os quatro temas selecionados, a saber: a) as atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas; b) as prioridades para investimentos das famílias agricultoras e das famílias agricultoras pluriativas; c) a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar; e d) a agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade. Analisando estes temas pretendemos buscar as evidências da influência da pluriatividade na permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural, questão central deste estudo.

4.1 – Caracterização sócio-econômica das famílias entrevistadas

Nesta seção são apresentados dados e informações referentes à situação sócio-econômica das famílias entrevistadas. A apresentação e análise dos dados e informações, levantados no trabalho de campo, é feita de forma comparativa entre as duas categorias analisadas, famílias agricultoras e agricultoras pluriativas. Esses dados servem também de apoio à análise realizada no decorrer deste capítulo.

Quanto à origem das famílias entrevistadas constatou-se que na sua totalidade são procedentes (elas próprias, seus pais ou avós) do Rio Grande do Sul. A predominância da descendência italiana que ocorre no município de Concórdia como um todo, ficou evidenciada também neste trabalho de pesquisa. Das 37 famílias entrevistadas, 31 declararam ser de descendência italiana e 06 disseram-se de descendência alemã. Nenhuma família declarou outra descendência. A composição das famílias em termos de número de pessoas e o total de pessoas envolvidas na pesquisa é apresentada na Tabela 02, a seguir.

TABELA 02 - Composição das famílias entrevistadas

Nº de pessoas	Famílias agricultoras	Total de pessoas	Famílias agricultoras pluriativas	Total de pessoas	Total geral
1	0	0	0	0	0
2	0	0	0	0	0
3	0	0	0	0	0
4	3	12	7	28	40
5	5	25	4	20	45
6	3	18	4	24	42
7	4	28	3	21	49
8	1	8	1	8	16
9	1	9	0	0	9
10	1	10	0	0	10
Total geral	18	110	19	101	211

Fonte: pesquisa de campo

De um modo geral as famílias agricultoras são compostas por um número maior de pessoas em comparação com as famílias pluriativas. Como demonstram os números apresentados na Tabela 02, os membros pertencentes às 18 famílias agricultoras entrevistadas somam 110 pessoas, com uma média de 6,1 pessoas por famílias. O total de membros pertencentes ao conjunto de famílias agricultoras pluriativas entrevistadas é de 101 com uma média de 5,3 pessoas por família. Nenhuma família agricultora ou agricultora pluriativa é composta por menos de 4 membros. Observa-se, também, que entre as famílias agricultoras apenas três (ou 17%) são compostas por quatro membros e, que três dessas famílias têm oito ou mais membros, enquanto que entre as famílias agricultoras pluriativas sete (ou 37%) são formadas por quatro membros e nenhuma é composta por mais de oito pessoas.

Outra observação importante com relação à composição das famílias nas duas categorias analisadas, a qual é apresentada na Tabela 03, a seguir, refere-se ao número de filhos.

TABELA 03 - Número de filhos nas famílias entrevistadas

Nº filhos	Famílias agricultoras	Total de filhos	Famílias agricultoras pluriativas	Total de filhos
Nenhum	0	0	2	0
01	2	2	0	0
02	5	10	10	20
03	5	15	3	9
04	2	8	4	12
05	2	10	0	0
06	2	12	0	0
Mais de 06	0	0	0	0
Total	18	57	19	41

Fonte: pesquisa de campo

Neste aspecto, a principal diferença entre famílias agricultoras e agricultoras pluriativas está no número de famílias que tem dois filhos. Observa-se que 05 famílias agricultoras (ou 27,7%) têm dois filhos, enquanto que entre as famílias pluriativas esse número chega a 10 (ou 52,6%). Nota-se, também, que 4 famílias agricultoras têm 5 ou mais filhos, enquanto que entre as famílias agricultoras pluriativas nenhuma tem mais de 4 filhos. A distribuição dos membros das famílias entrevistadas, por faixa etária, é apresentada na Tabela 04.

TABELA 04 - Distribuição dos membros das famílias entrevistadas por faixa etária

Idade (anos)	Famílias agricultoras	Famílias agricultoras pluriativas	Total
< 6 anos	5	11	16
6 > < 15	21	11	33
15 > < 29	25	27	52
30 > < 45	34	30	64
46 > < 60	12	16	28
> 60	13	6	19
Total	110	101	211

Fonte: pesquisa de campo

A principal diferença na comparação entre famílias agricultoras e agricultoras pluriativas está nas faixas etárias extremas. Observa-se que entre as famílias agricultoras apenas 5 pessoas (ou 4,5% do total) têm menos de 6 anos de idade, enquanto que entre as famílias agricultoras pluriativas 11 pessoas (ou 10,9% do total) encontram-se nesta faixa etária. Já na faixa etária acima dos 60 anos de idade a situação se inverte. 13 pessoas (ou 11,8% do total) estão nesta faixa etária entre as famílias agricultoras, enquanto que entre as famílias agricultoras pluriativas apenas 6 pessoas (ou 5,9% do total) têm mais de 60 anos de idade. O número relativamente alto de crianças com menos de 6 anos de idade indica a presença de casais jovens entre as famílias pluriativas. Por outro lado, um maior número de pessoas com mais de 60 anos nas famílias agricultoras indica tratar-se de famílias mais “velhas”, ou então, formadas há mais tempo.

Na Tabela 05, a seguir, são apresentados os números levantados na pesquisa de campo, com relação à idade do principal responsável pela unidade familiar de produção no conjunto de famílias entrevistadas.

TABELA 05 - Idade do principal responsável pela unidade de produção

Idade	Famílias agricultoras		Famílias agricultoras pluriativas	
	Nº	%	Nº	%
<30 anos	0		0	
30 > < 40 anos	4		5	
40 > < 50 anos	7		8	
50 > < 60 anos	5		5	
> 60 anos	2		1	
Total	18		19	

Fonte: pesquisa de campo.

Chama a atenção o fato de não se ter encontrado nenhum principal responsável pelas unidades familiares de produção com menos de 30 anos de idade e, também, que uma parcela significativa destes, tanto entre as famílias agricultoras (39%), quanto entre as famílias agricultoras pluriativas (32%), têm mais de 50 anos de idade. Embora não se perceba grandes diferenças, os números demonstram que, de um modo geral, os principais responsáveis pelas unidades familiares de produção nas famílias pluriativas são mais jovens comparando com os das famílias agricultoras.

Nas entrevistas realizadas buscou-se também saber quanto ao grau de escolaridade dos membros que compõem as famílias entrevistadas. Na Tabela 06 são apresentados os números relacionados ao grau de escolaridade dos pais e, na Tabela 07, os números relativos ao grau de escolaridade dos filhos.

TABELA 06 - Grau de escolaridade dos pais das famílias entrevistadas

Escolaridade	Famílias agricultoras		Famílias agricultoras pluriativas	
	Nº	%	Nº	%
1ª a 4ª do Ensino Fundamental	24	66,6	24	66,6
Fundamental incompleto	5	13,9	5	13,9
Fundamental completo	4	11,1	3	8,3
Ensino Médio incompleto	0	0	0	0
Ensino Médio completo	2	5,5	4	11,1
Ensino Superior incompleto	0	0	0	0
Ensino Superior completo	1	2,7	0	0
Total	36	100	36⁵²	100

(Fonte: pesquisa de campo).

Neste aspecto chama a atenção o baixo grau de escolaridade verificado tanto entre os pais de famílias agricultoras quanto de famílias agricultoras pluriativas. Observa-se que a grande

⁵² Foram entrevistadas 19 famílias pluriativas, no entanto, em duas delas os responsáveis pelas unidades familiares de produção não estavam casados por ocasião da pesquisa.

maioria dos pais das famílias entrevistadas teve acesso à escola apenas até a quarta série do Ensino Fundamental. Nota-se, também, que o número de pais que chegaram a concluir o Ensino Médio é baixo, sendo, no entanto, um pouco maior entre os pais de famílias pluriativas.

TABELA 07 - Grau de escolaridade dos filhos das famílias entrevistadas

Escolaridade	Filhos de famílias agricultoras		Filhos de famílias agricultoras pluriativas	
	Nº	%	Nº	%
1ª a 4ª do Ensino Fundamental	16	29	4	9,3
Fundamental incompleto	14	25,4	8	18,6
Fundamental completo	5	9	0	0
Ensino Médio incompleto	4	7,2	6	13,9
Ensino Médio completo	9	16,3	10	23,2
Ensino Superior incompleto	3	5,4	3	6,9
Ensino Superior completo	0	0	2	4,6
Pós-Graduação	1	1,8	0	0
Sem idade escolar	3	5,4	10	23,2
Total	55	100	43	100

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados da pesquisa de campo demonstram que um número significativamente maior de filhos de famílias agricultoras em comparação com os filhos de famílias agricultoras pluriativas teve acesso à escola apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental. Nos progressivos graus de escolaridade essa diferença se mantém. Observa-se que entre os filhos de famílias agricultoras, 13 (23,5%) concluíram o Ensino Médio ou foram além desse grau de escolaridade, enquanto que entre os filhos de famílias pluriativas 15 (34,7%) alcançaram ou superaram esse grau de escolaridade. Outra constatação importante refere-se ao número de filhos sem idade escolar. Neste ponto, observa-se que dos filhos de famílias agricultoras apenas 3 (5,4%) ainda não alcançaram idade para freqüentar a escola, enquanto que entre os filhos de famílias pluriativas esse número é de 10 (ou 23,2%).

As atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas também são aspectos importantes para a caracterização das mesmas. Os dados relativos às atividades agrícolas são apresentados na Tabela 08.

TABELA 08 - Principais atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias entrevistadas

Condição	Milho	Suíños (integrado ou parceria)	Suíños (independente)	Aves	Leite	Frutas	Erva- mate	Hortaliças	Peixes
Famílias agricultoras	17	8	0	3	15	5	11	0	0
Famílias agricultoras pluriativas	17	2	2	3	14	3	6	2	2

Fonte: Pesquisa de campo

O cultivo do milho e a produção leiteira são atividades agrícolas presentes na grande maioria das unidades familiares de produção tanto entre as famílias agricultoras quanto entre as famílias agricultoras pluriativas. Já na atividade de produção de suínos de forma integrada à agroindústria constata-se um número significativamente maior de famílias agricultoras. Enquanto 8 (ou 44,4%) das famílias agricultoras produzem suínos de forma integrada ou em parceria com as agroindústrias, apenas 2 (ou 10,5%) das famílias agricultoras pluriativas encontram-se nesta condição. Fica também caracterizada a busca por alternativas às atividades tradicionais (milho, suínos e aves) especialmente por parte das famílias pluriativas demonstrada pela presença de atividades como a produção de hortaliças e de peixes.

Os dados apresentados a seguir (Tabela 09), referem-se às atividades não-agrícolas (relacionadas à agroindústria) desenvolvidas pelas famílias pluriativas entrevistadas. No caso das famílias pluriativas assalariadas, informa-se a área de atuação da agroindústria com a qual a família [ou membro(s) da família] mantém relação de assalariamento. Para as famílias agricultoras pluriativas por conta própria, informa-se a área de atuação da agroindústria ou empresa de transporte⁵³ da qual a família é proprietária ou associada.

TABELA 09 - Atividades não-agrícolas (relacionadas à agroindústria) exercidas pelas famílias agricultoras pluriativas

Pluriativas assalariadas				Pluriativas por conta própria – únicas proprietárias ou associadas				
Carnes	Leite	Vegetais/cereais	Total	Carnes	Leite	Vegetais/cereais	Transporte	Total
5	4	0	9	3	2	3	2	10

Fonte: pesquisa de campo.

⁵³ Neste trabalho considerou-se atividade não-agrícola o transporte de matéria-prima (animais, leite, etc) da origem até as unidades processadoras e o transporte de produtos para a alimentação dos animais.

A totalidade dos membros das famílias agricultoras pluriativas que exercem atividades não-agrícolas de forma assalariada o faziam, por ocasião da pesquisa, junto às agroindústrias processadoras de carnes e leite. Nenhuma família pluriativa mantinha relação de assalariamento com as agroindústrias processadoras de vegetais/cereais. No município, as agroindústrias processadoras de vegetais/cereais são na sua maioria de pequeno porte, especialmente aquelas instaladas no meio rural, não oferecendo muitas oportunidades de trabalho de forma assalariada.

Já as famílias que desenvolvem atividades não-agrícolas por conta própria, ou seja, as que são proprietárias dos meios de produção, encontram-se bem distribuídas nas atividades de processamento/industrialização de carnes, leite, vegetais/cereais e também no transporte, conforme demonstram os números apresentados na Tabela 09.

No que se refere às áreas de terra das propriedades pertencentes às famílias entrevistadas a pesquisa de campo demonstrou que, de um modo geral, seguem o padrão predominante da região, ou seja, de pequenas propriedades. Os números referentes às áreas das propriedades das famílias entrevistadas são apresentados na Tabela 10.

TABELA 10 - Área das propriedades (ha) das famílias entrevistadas

Área em Ha	Famílias agricultoras	Famílias agricultoras pluriativas
0 > < 10	1	4
10,1 > < 20	9	11
20,1 > < 30	3	3
> de 30	5	0
Média	23,6	14,4

Fonte: pesquisa de campo.

Constata-se na Tabela 10 que a área média das propriedades das famílias agricultoras (23,6 ha) é significativamente superior a das famílias agricultoras pluriativas (14,4 ha). Observa-se que enquanto entre as famílias agricultoras apenas uma possui de 0 a 10 ha e 05 possuem mais de 30 ha, entre as famílias pluriativas 04 possuem até 10 ha e nenhuma família é proprietária de uma área maior que 30 ha. Este pode ser um indicativo de que as famílias com menores áreas de terra têm mais dificuldades para obter rendimentos suficientes para o sustento da família e da propriedade, a partir, exclusivamente, das atividades agrícolas. Por isso tendem a utilizar mais intensamente diferentes estratégias para reproduzir-se socialmente, neste caso por meio de atividades não-agrícolas.

Buscou-se, também, levantar dados relacionados ao acesso a bens e serviços mais diretamente relacionados ao conforto da família. Esses dados são apresentados na Tabela 11.

TABELA 11 - Acesso a bens e serviços mais diretamente ligados ao conforto da família.

Bens/serviços	Famílias agricultoras		Famílias agricultoras pluriativas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Automóvel	15	83	17	89	32	86
Motocicleta	07	39	07	37	14	38
Energia elétrica	18	100	19	100	37	100
Telefone	15	83	13	68	28	76
Água de poço artesiano	8	44	13	68	21	57

Fonte: pesquisa de campo

Constata-se que 83% das famílias agricultoras e 89% das famílias pluriativas possuem automóvel. Nota-se, também, que todas as famílias têm acesso à energia elétrica. A grande maioria das famílias entrevistadas acessa outros serviços como telefone e água de poço artesiano, os quais assim como a energia elétrica requerem pagamento mensal (Este assunto é explorado mais detalhadamente na seção 4.2).

Comparando os números apresentados nas Tabelas 10 e 11 percebe-se que apesar das famílias pluriativas disporem de áreas de terra menores, de modo geral, um maior número dessas famílias acessam bens e serviços, como os constantes na Tabela 11. Este é um indicativo da importância da renda obtida a partir de atividades não-agrícolas para a formação do conjunto da renda total da família.

Buscou-se também saber quanto à relação das famílias entrevistadas com a agroindústria, ou seja, quantas famílias entrevistadas mantêm sistema de integração e com quais atividades. A distribuição dos integrados por atividade integrada é mostrada na Tabela 12⁵⁴.

TABELA 12 - Situação das famílias entrevistadas com relação à integração ou não à agroindústria

Atividades	Famílias agricultoras	Famílias agricultoras pluriativas
Integradas (suínos)	8	2
Integradas (aves)	3	3
Integradas (leite)	12	12
Não integrados	4	5
Já estiveram integradas com aves e suínos e atualmente não estão mais	6	13

Fonte: pesquisa de campo.

Neste aspecto observou-se que 76% mantêm vínculo com agroindústrias, ou seja, das 37 famílias entrevistadas 28 encontram-se integradas às agroindústrias por meio da atividade

⁵⁴ O número de integrações que aparece na Tabela 12 é superior ao número total de família. Isto é devido ao fato de algumas famílias encontrarem-se integradas às agroindústrias com mais de uma atividade.

suinícola, avícola ou leiteira. Consta-se que, embora o número de famílias integradas com suínos seja significativamente maior entre as famílias agricultoras, estas não dispensam a atividade leiteira, equiparando-se em número com as famílias agricultoras pluriativas, o que evidencia a importância que tem para os agricultores familiares a obtenção de rendimentos regulares (no caso mensais). Nas próximas seções esse assunto voltará à discussão. Os dados levantados no trabalho de campo demonstram, ainda, que mais de 50% das famílias entrevistadas já estiveram integradas às grandes agroindústrias processadoras de suínos e aves e, atualmente não estão mais. Essa situação é observada com maior intensidade entre as famílias agricultoras pluriativas. Enquanto seis famílias agricultoras (33%) deixaram ou foram excluídas do sistema de integração, 13 (68%) das famílias pluriativas entrevistadas passaram por esse processo. Isto reforça a idéia da busca por alternativas às atividades tradicionais por parte das famílias agricultoras pluriativas, inclusive com o exercício de atividades não-agrícolas.

Com relação ao crédito agrícola nota-se que a grande maioria das famílias entrevistadas, por ocasião da pesquisa, possuía algum tipo de financiamento dos programas a disposição da agricultura familiar, como é demonstrado na Tabela 13.

TABELA 13 – Acesso aos programas de financiamento da agricultura familiar

Modalidade	Famílias agricultoras	Famílias agricultoras pluriativas	Total de operações
Pronaf	12	11	23
Proger ⁵⁵	02	04	5
Outros	01	01	3
Total	15	16	31

Fonte: pesquisa de campo.

A primeira constatação é de que tanto as famílias agricultoras quanto as famílias agricultoras pluriativas acessam financiamentos. O Pronaf é a linha de crédito mais acessada entre as famílias entrevistadas, chegando a 23 o número de famílias atendidas por essa modalidade, de um total de 31, que possuíam financiamento por ocasião da pesquisa. O Proger com 6 operações é a segunda modalidade mais procurada pelas famílias entrevistadas. Nota-se que um maior número de famílias agricultoras pluriativas contam com o financiamento do Proger. Estas são famílias pluriativas por conta própria que investiram na implantação de agroindústrias no meio rural.

⁵⁵ Programa de geração de emprego e renda

Em resumo, observa-se que, de um modo geral, as famílias agricultoras estão formadas a mais tempo (demonstrado pelo maior número de pessoas com mais de 60 anos de idade) e encontram-se mais estruturadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente com relação à área de terra e ao número de famílias integradas às agroindústrias nas atividades de criação de suínos e aves. Os dados demonstram, ainda, que a maior parte das famílias pluriativas passaram por um processo de seleção e exclusão das atividades suinícola e avícola integradas às grandes agroindústrias. Embora menos estruturadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas, observa-se que as famílias pluriativas na comparação com as famílias agricultoras, acessam bens e serviços em níveis iguais ou superiores a estas.

Outros dados e informações relacionados às famílias entrevistadas são apresentados e discutidos nas próximas seções deste capítulo.

4.2 – As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias entrevistadas

O propósito desta seção é o de apresentar e analisar a importância da realização de atividades não-agrícolas por agricultores familiares na perspectiva das famílias entrevistadas. São apresentadas as principais razões que levam a busca e realização de atividades não-agrícolas, na ótica das famílias agricultoras, bem como a propensão de se tornarem pluriativas, caso tivessem oportunidade. Quanto às famílias pluriativas, vamos analisar a propensão para retornarem à condição de famílias agricultoras, assim como, o significado que tem para estas, a renda obtida como resultado da realização de atividades não-agrícolas para a manutenção da unidade familiar de produção e, sobretudo, para a permanência na atividade agrícola e no meio rural.

4.2.1 As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias agricultoras

De modo geral, as famílias agricultoras se referem às famílias pluriativas como se estas estivessem em melhores condições em relação a elas próprias. Um dos aspectos que mais chama a atenção nas afirmações das famílias agricultoras é a maior segurança em relação a renda que as atividades não-agrícolas proporcionam. Praticamente, todas as famílias agricultoras consideram o custo de produção muito alto em relação ao preço recebido pelo produto agrícola, não proporcionando uma margem de lucro satisfatória. As famílias agricultoras consideram também a

agricultura uma atividade de alto risco. Em decorrência disso, a garantia de uma renda periódica e “mais segura” representa, para essas famílias, um fator de segurança para fazer frente às despesas de manutenção da família e da propriedade, como pode ser constatado nas seguintes afirmações:

Olha o vizinho aqui. Eu acho que ele se saiu bem e acho que a situação dele é muito melhor do que a nossa. Tem uma renda certa, sabe quanto vai ganhar, pode se programar. Se aparecesse uma oportunidade eu também iria. Eu não pensaria duas vezes. (A m 08)

Na agricultura é a incerteza, você não sabe se vai ganhar, você se aventura e não sabe se dá ou não, como acontece agora com os suínos, agora você começa a pagar as contas, daqui a pouco começa a dar prejuízo e você fica endividado de novo. Não é um negócio seguro. (A p 03)

Eu acho que se o agricultor tem oportunidade, tem mesmo que aproveitar. Veja o vizinho aqui ele trabalha no frigorífico e a mulher e o piá (rapaz jovem) trabalham na lavoura, ele ajuda um pouco nos finais de semana e feriados, acho que para ele é viável. (A m 09)

Tem agricultor aqui, até meus parentes, não é que abandonaram a agricultura, a horinha de folga eles estão na lavoura, estão trabalhando. Só que eles estão trabalhando de empregado ali no frigorífico. Chega o fim do mês, eles têm o dinheirinho deles garantido e fazem um pouco de lavoura, porque se ficarem só na lavoura ficam empatados, ganham 10 gastam 10. O empregado, hoje, esta se saindo muito melhor que o agricultor. (A m 10)

Eles vão buscar uma fonte de renda, porque tem muitos agricultores que você não sabe se são agricultores ou trabalham na cidade, eles trabalham um pouco na agricultura e um pouco lá na cidade, porque aqui não dá renda suficiente, daí eles vão buscar uma renda lá. (A p 03)

Outro aspecto importante e possível de ser identificado nas declarações de algumas famílias agricultoras, como sendo uma vantagem das famílias ou dos membros das famílias que realizam atividades não-agrícolas, refere-se a penosidade, insalubridade e duração da jornada de trabalho na agricultura, afirmando que esta seria uma forte razão para a preferência por realizar atividades fora da agricultura. Em contraste, encontramos também depoimentos afirmando que se as atividades agrícolas remunerassem satisfatoriamente bem, o agricultor não se importaria em realizar trabalho pesado, em meio insalubre e, muitas vezes, numa jornada de 12 ou 14 horas diária. As declarações que seguem sintetizam a opinião das famílias entrevistadas sobre o assunto.

Porque o serviço (não-agrícola) não é tão pesado e porque ali chove ou não chove o dinheiro vem. Por exemplo, na Sadia o pagamento é de 15 em 15 dias e aqui não. (A d 21)

A gente gosta bastante do que faz aqui, mas se fosse melhor eu faria, não tem nem dúvida. Porque aqui se acaba o corpo e a alma também trabalhando e quando você vê não sobra nada, só prejuízo. (A p 03)

Eu desejaria que eles (filhos) ficassem, mas se é para ficar sofrendo, para trabalhar e não ganhar nada é melhor que eles vão procurar ganhar uma renda mais segura e menos sofrida, porque aqui se sofre muito e não sobra nada. (A m 13)

O trabalho na agricultura vem sendo facilitado pela utilização de máquinas, equipamentos, herbicidas, entre tantos outros insumos a disposição dos agricultores. No entanto, na realidade estudada, uma parcela significativa de agricultores familiares ainda não tem acesso aos benefícios da modernização dos processos produtivos, sobretudo no que se refere a facilitação do trabalho na agricultura. Outros produtos de tecnologia avançada, no entanto, são por eles acessados. Esse contraste pode ser observado na Figura, a seguir.



FIGURA 10 – A persistência do trabalho braçal na agricultura familiar. (Fonte: trabalho de campo)

Ao fundo percebe-se um elemento da modernidade (antena parabólica) e, no primeiro plano, a dura realidade do dia-a-dia de uma família entrevistada. É legítimo que todas as famílias tenham o direito de adquirirem qualquer bem ou de usufruírem um serviço. Contudo, enquanto o acesso a alguns produtos modernos é facilitado, com pagamentos parcelados, por exemplo, permanecem as dificuldades para a aquisição de produtos e equipamentos que facilitem o trabalho na agricultura resultando na continuidade das dificuldades, como observa a agricultora,

(...) aqui a vida é muito dura. (A m 08).

Organizar a força de trabalho da família, combinando a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas tornando-se uma família agricultora pluriativa, não é uma situação que depende unicamente da vontade ou interesse dos agricultores familiares, ou seja, apenas de uma decisão interna das famílias. Além da disposição para a realização de atividades não-agrícolas faz-se necessário que a região na qual atuam ofereça oportunidades para tal. Desta forma, nem todos os agricultores familiares dispostos a realizar atividades fora da agricultura conseguem fazê-lo.

Algumas regiões de industrialização descentralizada (ou menos concentrada), como são os casos do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul, estudada por Schneider (1999, 2003) de forte presença da indústria calçadista; Vale do Rio Itajaí em Santa Catarina, pesquisada por Seyferth (1974) e Schneider (2003), onde se destaca a indústria têxtil e o litoral norte de Santa Catarina, pesquisada por Anjos (1995), na qual a indústria mecânica se destaca, assim como outras regiões com características semelhantes, as oportunidades para os agricultores se tornarem pluriativos são maiores. Nessas regiões, unidades industriais ou etapas do processo de industrialização são alocadas nas áreas rurais, oferecendo assim, maiores oportunidade para que os agricultores familiares se tornem pluriativos.

Na região em que se realiza este estudo, as oportunidades para os agricultores familiares permanecerem na agricultura e, também, realizarem atividades não-agrícolas, estão relacionadas, sobretudo, à agroindústria. Contudo, outras áreas como agroturismo, transportes, indústria, comércio e serviços, entre outras, também oferecem oportunidades. Nas regiões próximas ao distrito industrial⁵⁶ e ao longo das rodovias que cortam o município de Concórdia, em função de uma maior concentração de empresas dos mais variados ramos e atividades nesses locais, essa situação, também pode ser observada com frequência.

A presença de uma grande agroindústria no município com mais de 6.000 trabalhadores assalariados e outras de médio porte é sem dúvida um atrativo, especialmente para os jovens do meio rural, que encontram nessas empresas a possibilidade de obter sua renda própria e em muitos casos seguir com seus estudos. No entanto, diferentemente de outras atividades industriais, as especificidades do processo agroindustrial, especialmente no que se refere a aves e suínos, dificultam que etapas do processo sejam descentralizadas. Sendo assim, muitos jovens que buscam trabalho junto a essas empresas, especialmente aqueles das regiões mais distantes do

⁵⁶ Distrito industrial, no texto, não tem sentido acadêmico. Refere-se à área destinada pela prefeitura municipal para a instalação de empresas dos mais variados ramos.

centro urbano, mudam-se para a cidade retornando para casa apenas nos finais de semana, diferentemente dos que moram próximo a cidade e que têm a opção de retornar à suas casas ao final da jornada de trabalho.

Existem, no entanto, outras formas de trabalho não-agrícola relacionadas com a grande agroindústria, fora do ambiente dessas empresas, como é o caso do transporte da matéria-prima e dos alimentos para os suínos e aves e dos próprios animais até as unidades de abate, transporte do leite, enfim, uma série de atividades geradas a partir da presença da grande agroindústria, notadamente de carnes e leite.

A pluriatividade relacionada à agroindústria, fora do domínio das grandes empresas, encontra espaço nas pequenas e médias unidades agroindustriais espalhadas no interior do município. No entanto, a localização dessas agroindústrias e a capacidade de ocupar pessoas, não oportunizam que todos os agricultores familiares tenham acesso a atividades não-agrícolas.

Para o presente estudo, no entanto, não parece ser tão importante saber quantos agricultores familiares são pluriativos. Importa sim é analisar o significado da pluriatividade para essas famílias e, nesse momento, a disposição das famílias agricultoras de se tornarem pluriativas, no sentido de averiguar se a pluriatividade contribui (ou não) para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e na atividade agrícola.

Em decorrência disso, buscou-se, nas entrevistas com essas famílias, identificar a intenção ou desejo de desenvolverem atividades não-agrícolas, dentro ou fora da propriedade, se tivessem oportunidade. As declarações que seguem e os números apresentados na Tabela 14 deixam clara a posição das famílias agricultoras, neste sentido.

Eu faria, pelo menos seria uma coisa garantida, não é? Porque aí chove ou não chove você ganha o teu, e aqui não, você está sujeito a tudo, não é? Agricultura, hoje, não tem futuro nenhum, não é? Só para os grandes, para os pequenos é muito difícil. (A m 11)

Eu seria de acordo, por que morar na cidade para quem é acostumado na colônia é difícil, agora morar aqui e ter outra renda sim, porque só da colônia não dá. Porque é uma renda mais segura. Porque na lavoura você investe e não tem garantia nenhuma. Não sabe se vai ter retorno. (A m 13)

Eu faria. Eu faria hoje, não esperava pra amanhã. (A d 25)

TABELA 14 - disposição das famílias agricultoras para se tornarem pluriativas

Atitudes das famílias agricultoras	Nº	%
Tornariam-se pluriativas se tivessem oportunidade	14	78
Não realizariam atividades não-agrícolas mesmo que tivessem oportunidade	04	22
Total de famílias entrevistadas	18	100

Fonte: pesquisa de campo.

Essa alta porcentagem de famílias agricultoras dispostas a realizar atividades não-agrícolas seja vendendo sua força de trabalho, seja empreendendo por conta própria ou de forma associada a outros agricultores, possivelmente decorrem dos fatores já mencionados. Sobretudo, pela insegurança em obter rendimentos a partir de atividades agrícolas, pelas dificuldades (penosidade) para realização do trabalho na agricultura e, também, pela maior liberdade (nos finais de semana) que as atividades não-agrícolas proporcionam em relação às atividades agrícolas, sobretudo quando se trata da criação de animais.

Das quatro famílias que não realizariam atividades não-agrícolas mesmo tendo oportunidade, uma justifica essa opção dizendo que os filhos já saíram de casa para morar na cidade e, também em função da idade do casal que já está aposentado. Outra família diz gostar muito da atividade agrícola e não estaria disposta a realizar qualquer atividade fora da agricultura. As duas restantes não realizariam atividades não-agrícolas, no momento, em função da pouca mão-de-obra disponível frente ao volume de atividades na propriedade.

4.2.2 As atividades não-agrícolas na perspectiva das famílias pluriativas

Como vimos na seção anterior, a grande maioria das famílias agricultoras se tornariam pluriativas se tivessem oportunidade. Vejamos, pois, a situação inversa, ou seja, investigar a hipótese das famílias pluriativas retornarem à atividade agrícola e permanecerem dependendo unicamente da agricultura, no caso de não poderem mais continuar na atividade não-agrícola que exercem atualmente.

Observou-se que, nas condições atuais, a possibilidade de retornarem a condição de famílias agricultoras, ou seja, trabalharem apenas em atividades agrícolas e delas obterem toda sua renda, não é uma condição desejável para a grande maioria. Assim, são frequentes as afirmações no sentido de buscarem outras atividades não-agrícolas, permanecendo como agricultores familiares pluriativos ou abandonarem de vez a agricultura e o meio rural. Vejamos

algumas declarações das famílias agricultoras pluriativas entrevistadas e os números sistematizados na Tabela 15.

Eu já tentaria arrumar outro emprego. Não, só para a agricultura eu não eu não voltaria mais.(PA m 12)

Se nós tivermos que parar com a padaria eu voltaria a trabalhar de pedreiro até conseguir outra atividade por conta própria. Não, não tem como. Não dá pra sustentar a família só com agricultura. (PC m 14)

Ah, eu procuraria outro emprego. Voltar a trabalhar só na agricultura não, de jeito nenhum. É que eu vejo os meus pais, trabalham, trabalham, trabalham, é direto e não sobra nada. Eles trabalharam a vida toda e hoje, o que eles conseguiram? Na colônia só, não dá. (A m 30)

Ah, eu teria saído. Eu sei trabalhar de eletricista. Se eu não pudesse mais continuar com o laticínio eu iria buscar alguma coisa mais fora da agricultura. Não, só da agricultura não, não daria mais. (PC 33)

TABELA 15 - Atitude das famílias ou membros das famílias agricultoras pluriativas frente a perspectiva de voltar exclusivamente para a atividade agrícola.

Atitudes das famílias pluriativas	Nº	%
Não voltariam para a agricultura	15	79
Voltariam temporariamente	2	10,5
Voltariam permanente	2	10,5
Total de famílias	19	100

Fonte: pesquisa de campo

A intenção de não retornar a condição de família agricultora encontrada em 79% e, de voltar apenas temporariamente (até encontrar outra atividade não-agrícola) em 10,5% das respostas, é muito significativa. Demonstra que desenvolver atividades agrícolas, tão somente, no contexto em estudo, não se mostra como uma condição desejável para as famílias ou membros das famílias que se encontram desenvolvendo atividades não-agrícolas. Essa baixa atratividade pela atividade agrícola, segundo as próprias famílias entrevistadas, tem como motivações principais: a baixa rentabilidade das atividades agrícolas; a incerteza quanto a obtenção de renda; a penosidade do trabalho agrícola; as restrições impostas pelas leis ambientais para algumas ações na propriedade agrícola; e também, a não periodicidade (mensal, bimestral...) de rendimentos da maior parte das atividades agrícolas. Duas famílias responderam que voltariam

permanentemente para a agricultura. No entanto manifestaram a intenção de iniciar e/ou ampliar a atividade leiteira deixando evidente o desejo de obter um rendimento mensal.

A situação demonstrada aqui é semelhante à encontrada por Schneider (2003), em estudo realizado nos municípios de Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul, e em Blumenau, em Santa Catarina. Schneider atribuiu a alta porcentagem de manifestações no sentido de não retornarem a trabalho agrícola, sobretudo, à baixa rentabilidade da atividade agrícola e a ampliação dos círculos de amizade e o convívio social que a realização de atividades não-agrícolas proporciona.

Outro ponto proposto para esta seção foi o de realizar uma avaliação a respeito do significado econômico que a renda das atividades não-agrícolas têm para as famílias pluriativas, bem como para a permanência dessas famílias na atividade agrícola e no meio rural. Neste sentido se poderia partir da análise das rendas de cada tipo de atividade, ou seja, das atividades agrícolas e das atividades não-agrícolas. Para tanto, seria necessário dispormos dos dados em relação à renda líquida por unidade de produção e também por pessoa ocupada em cada atividade, bem como do capital investido, o que não foi possível em nosso trabalho de campo. Mesmo assim, o aspecto da renda, apesar de ser importante, não é o único a ser considerado na decisão de abandonar ou não as atividades agrícolas e o meio rural. Desta forma, vamos analisar esta questão considerando outros aspectos, sobretudo as declarações das próprias famílias pluriativas.

Como vimos no início deste capítulo, os agricultores familiares, atualmente, contam com produtos e serviços que até pouco tempo eram privilégio quase que exclusivo do meio urbano, como o automóvel ou motocicleta, energia elétrica, telefone e água encanada provinda de poços artesianos, entre outros.

Além dessas despesas mais relacionadas à moradia e que significam mais conforto para as famílias, outros compromissos estão sendo assumidos por essas famílias, como é o caso do transporte escolar⁵⁷, uma vez que a grande maioria das escolas no meio rural foi desativada. O próprio consumo de energia elétrica vem aumentando de forma considerável, especialmente nas atividades de criação de animais, na ordenha e para o resfriamento do leite. Enfim, o que se quer

⁵⁷ A prefeitura municipal de Concórdia oferece transporte escolar gratuito para os alunos matriculados no Ensino Fundamental. No entanto, os alunos matriculados no Ensino Médio (responsabilidade do Estado) e no Ensino Superior pagam 70% do valor normal do transporte. Esse desconto está previsto nos contratos de concessão das linhas de transporte pela prefeitura municipal.

dizer é que, em muitos casos, as despesas mensais para os agricultores familiares tem aumentado de forma desproporcional em relação a capacidade de geração de renda no mesmo período, especialmente em épocas de calamidade, causada por fenômenos naturais, como é o caso do ano em curso⁵⁸, na região em estudo.

No passado, em períodos difíceis para a agricultura, causados por fatores de ordem climática ou biológica, por exemplo, as famílias podiam “fechar-se em si” e não adquirir de fora senão o indispensável e não produzido na propriedade. Essa condição já não é possível, pelo menos no mesmo nível. O aumento do custo para as unidades familiares de produção, proporcionado por um maior acesso a produtos e serviços e pela diminuição da autonomia e endogenia na geração de produtos e renda, tem estimulado as famílias a buscarem alternativas para a obtenção de rendimentos. Assim, a renda auferida a partir de atividades não-agrícolas, periódica e “mais segura”, nos parece representar para os agricultores familiares pluriativos, uma segurança em conseguir honrar seus compromissos, mesmo em épocas de crise, e assim, continuar na agricultura e no meio rural. Por certo, além do econômico, outros aspectos são considerados na decisão de permanecer ou abandonar a atividade agrícola e o meio rural. O significado das rendas obtidas a partir de atividades não-agrícolas para a permanência das famílias pluriativas na atividade agrícola e no meio rural, pode ser avaliado e fica sintetizado nas declarações que seguem e nos números apresentados na Tabela 16.

Para nós acho que foi uma mão na roda, não é? Porque eu trabalho lá (frigorífico) e ele (irmão) trabalha aqui (na propriedade). Antes eu trabalhava aqui e nós trabalhávamos em conjunto e o que se fazia aqui dava só um rendimento, daí eu trabalhando lá ajudava a ele, eu comprava umas vacas de leite, ajudava, não é? Ele foi crescendo. (A m 18)

Com certeza contribui. Se não fosse esse dinheiro de fora talvez eu pensasse até em sair. O dinheiro que vem de fora é o que me salva muitas vezes. Hoje em dia o custo é muito alto, tem que pagar tudo precisa ter renda senão não dá pra manter uma propriedade. (PC m 37)

Esses (pluriativos) vão ficar por aí, eu até que consegui trabalhar fora eu não vou abandonar a agricultura. E se me mandarem embora eu vou procurar outro emprego, mas abandonar a agricultura eu não vou. (PA m 12)

Eu gosto muito daqui, não pensamos em ir embora de jeito nenhum. Com certeza a renda de atividade não-agrícola contribui muito para que a gente fique aqui. (PC m 14)

⁵⁸ À época da realização da pesquisa de campo, o município assim como toda a região sofria os efeitos de uma severa estiagem que determinou grandes perdas na produção agrícola.

TABELA 16 - Intenção das famílias agricultoras pluriativas ao buscar uma renda externa

Atitudes das famílias pluriativas	Nº	%
Permanecer na atividade agrícola e no meio rural	19	100
Preparar-se para deixar a atividade agrícola e o meio rural	0	0
Total de famílias	19	100

Fonte: pesquisa de campo.

Neste aspecto, as famílias pluriativas foram unânimes em declarar que buscam uma renda externa a atividade agrícola para viabilizar sua permanência na atividade agrícola e no meio rural. Foram também freqüentes as afirmações de que a renda auferida a partir de atividades não-agrícolas é utilizada para o pagamento de contas com vencimento mensal, tais como: água, energia elétrica, telefone, transporte escolar e compras no comércio; para compra de insumos, consertos de máquinas e equipamentos, enfim, para a manutenção da propriedade.

Em resumo, temos, por um lado, grande parte das famílias agricultoras dizendo-se dispostas a realizarem atividades não-agrícolas, tendo como principais motivações: a segurança quanto a obtenção de renda; a busca por um trabalho menos penoso e menos insalubre; e, ainda, a maior liberdade que estas atividades proporcionam em relação às atividades agrícolas (especialmente nos finais de semana). Por outro lado, as famílias pluriativas, na sua grande maioria, rejeitando a hipótese de retornarem a realizar atividades agrícolas tão somente, e, também, considerando que a renda obtida a partir da realização de atividades não-agrícolas viabiliza sua permanência na atividade primária e no meio rural. O principal argumento que as famílias pluriativas usam ao afirmar que a renda auferida, a partir da realização de atividades não-agrícolas viabiliza sua permanência na atividade agrícola e no meio rural é o da segurança na obtenção de uma renda periódica, para fazer frente às despesas para manutenção e até mesmo para investimento na propriedade.

4.3 – Investimentos prioritários entre as famílias entrevistadas

Nesta seção apresentamos e discutimos, em que, prioritariamente, os agricultores familiares entrevistados investiriam recursos financeiros. Mais precisamente, se investiriam em bens ou atividades relacionados à agricultura e a agroindustrialização ou investiriam em bens e atividades distintas destas. Pretendemos também mostrar as motivações que levam os agricultores

familiares a direcionarem investimentos para esta ou aquela opção. Desta forma, buscaremos indicativos do desejo das famílias entrevistadas quanto a permanecerem ligadas às atividades agrícolas, bem como do grau de confiança que depositam na atividade agropecuária, como uma atividade capaz de atender suas expectativas e necessidades no presente e no futuro. Poderemos perceber que um fator determinante na escolha da opção para investimentos é a segurança de rendimentos periódicos, preferencialmente mensais. Na abordagem deste tema, nos embasamos, sobretudo nas respostas dadas pelas famílias entrevistadas ao serem perguntadas sobre a prioridade para investimento, caso dispusessem ou acessassem recursos financeiros, com liberdade de escolha para a aplicação.

Um dos principais objetivos dos agricultores familiares, ao longo do tempo, foi de acumular recursos com vistas a compra de terras onde pudessem instalar seus filhos e assim formar uma nova unidade familiar de produção agrícola. Contudo, na região em estudo, como observa Schenkel (1997), esse ideal nem sempre ou raramente foi alcançado. Isto decorre de diversos fatores, sobretudo em função do baixo retorno econômico proporcionado pela maior parte das atividades agrícolas, dificultando assim a acumulação de recursos para a aquisição de terras, como também, pela escassez de áreas no mercado de terras após o fechamento da fronteira agrícola na região.

Na pesquisa de campo, observou-se que o desejo de comprar novas áreas para instalar os filhos já não encontra unanimidade entre as famílias entrevistadas. O investimento na propriedade em atividades agrícolas também não seria a primeira opção escolhida por parte considerável dos agricultores familiares entrevistados. Os resultados da pesquisa de campo mostram que 40% do total das famílias entrevistadas não investiriam na propriedade ou em atividades relacionadas à agricultura. Para estas famílias a aquisição de novas áreas de terra não se mostra como uma perspectiva alcançável, nem mesmo representa um objetivo prioritário cujo alcance compensaria, como no passado, qualquer esforço. Tampouco, segundo suas manifestações, o investimento em atividades agrícolas seria prioritário frente a outras opções.

Como fatores que levam a não almejar a aquisição de novas áreas de terras, ou mesmo, o investimento na estruturação das atividades agrícolas na propriedade, três são freqüentemente apontados pelas famílias entrevistadas, como sendo principais: em primeiro lugar, as famílias entrevistadas chamam a atenção para as dificuldades que encontram para manterem a unidade produtiva de que são proprietários, em função de fatores diversos, sobretudo pela baixa

rentabilidade das atividades agrícolas, bem como pela escassez de mão-de-obra disponível na propriedade, sendo assim, torna-se economicamente quase que impossível e estrategicamente injustificável a aquisição de novas áreas. Em segundo lugar, não faz sentido para o agricultor adquirir novas áreas ou investir na estruturação de atividades agrícolas que demandem mais mão-de-obra se seus filhos já saíram ou não pretendem permanecer na propriedade. E, finalmente, destacam a insegurança que representa um investimento na atividade agrícola.

Outro fator que contribui para o desestímulo em investir na agricultura, segundo as famílias entrevistadas, é a falta de apoio institucional, especialmente com relação à assistência técnica (muito embora diversas empresas e instituições atuem na orientação e assistência técnica no município)⁵⁹.

Neste aspecto, a pesquisa de campo constatou que, de um modo geral, a assistência técnica é considerada deficiente e focada em atividades específicas não percebendo a propriedade como um sistema. Observou-se que das 37 famílias entrevistadas, 28 afirmaram que recebem assistência técnica. Todas as famílias que afirmaram receber assistência técnica são de alguma forma integradas às agroindústrias e são por elas assistidas. Para os agricultores integrados às agroindústrias processadoras de leite, segundo os depoimentos das próprias famílias entrevistadas, a assistência técnica não acontece de forma sistemática, mas apenas de forma ocasional e mediante solicitação por parte dos agricultores.

Para as atividades de criação de suínos e aves a assistência técnica restringe-se às atividades com as quais as famílias mantêm integração com a agroindústria, sendo inclusive enfatizada (por parte desses técnicos) a necessidade de dedicação quase que exclusiva às atividades objeto da integração.

Embora as razões acima expostas (para o não investimento na agricultura) possam ser encontradas tanto entre famílias agricultoras quanto entre famílias agricultoras pluriativas, percebe-se claramente uma maior desmotivação das famílias agricultoras em comparação com as famílias agricultoras pluriativas em investir na propriedade, sobretudo em atividades agrícolas, como demonstram os números da Tabela nº 17.

⁵⁹ As principais ações de orientação e assistência técnica, no município, são desenvolvidas pela Cooperativa de produção e consumo Concórdia – Copórdia; pela prefeitura municipal de Concórdia; pela Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri; e, por empresas integradoras, sobretudo de suínos, aves, leite e fumo. Existem ainda ações conduzidas por ONGs como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA.

TABELA 17 - Prioridades para investimentos: comparação entre famílias agricultoras e famílias agricultoras pluriativas

Prioridades para investimentos	Famílias agricultoras		Famílias agricultoras pluriativas	
	nº	%	nº	%
Investiriam prioritariamente em atividades relacionadas à agricultura ou agroindustriais.	7	39	15	79
Investiriam prioritariamente fora da atividade agrícola ou agroindustrial	11	61	4	21
Total de famílias entrevistadas	18	100	19	100

Fonte: pesquisa de campo.

4.3.1 Prioridade de investimento para as famílias agricultoras

Conforme vimos na Tabela 17, apenas 39% das famílias agricultoras entrevistadas declararam que investiriam na agricultura, caso dispusessem ou acessassem recursos financeiros. Para estas famílias, uma área de terra maior ou o investimento na estruturação ou reestruturação da propriedade determinariam uma condição satisfatória e capaz de atender suas necessidades. Neste sentido encontramos manifestações como as que seguem:

Eu compraria mais terra e máquinas. (A p 02)

Eu investiria na agricultura, mesmo que a gente esteja apanhando direto, mas eu investiria na agricultura. (A p 25)

Por outro lado, para 61% das famílias agricultoras entrevistadas, a prioridade para investimento seria fora da propriedade ou fora da atividade agrícola. Neste caso, as respostas mais ouvidas, ao serem questionadas em que investiriam prioritariamente, caso dispusessem ou acessassem recursos financeiros, referem-se à compra de um imóvel num centro urbano ou em outras atividades fora da agricultura. As declarações que seguem sintetizam a intenção das 11 famílias agricultoras que declararam não investir na agricultura.

Eu investiria em imóveis, eu compraria um lote, uma casa e alugaria, eu faria isso daí. Na agricultura jamais eu aplicaria um centavo. Porque não tem retorno. (A m 10)

Eu compraria um lote com casa na cidade pra gente morar, mas terra não. Terra, não. Pra que comprar terra, se não pode fazer mais nada, aqui só tem mato, vou fazer o que com o mato. Então o dinheiro eu vou investir no meu lote, uma casa boa, uma casa de dois

andares ou duas casas para colocar os filhos e trabalhar na cidade, porque se você comprar terra, você não é dono nem o mesmo, porque a gente não é mais dono de nada. (A d 28)⁶⁰

Investir na agricultura, se não tem retorno? Não é plano investir na agricultura. Eu compraria um lote e uma casa. Por aqui todos tem seu lote na cidade para no futuro morar lá. (A m 08).

A tendência em investir fora da atividade agrícola, manifestada por 61% das famílias agricultoras entrevistadas, encontra-se distribuída quase que uniformemente entre variáveis como idade e grau de escolaridade dos chefes de família e área de terra da propriedade. No entanto, quando analisada a variável distância em relação ao centro urbano é possível perceber uma variação considerável. Existe uma equivalência entre as famílias que investiriam, prioritariamente, na agricultura e/ou na propriedade e aquelas que investiriam fora da agricultura e da propriedade, nas famílias agricultoras situadas próximo ao centro urbano. Já para as famílias situadas à média distância e distantes do centro urbano, o percentual das que investiriam fora da agricultura e da propriedade sobe significativamente, representando 67% das famílias agricultoras entrevistadas, como podemos observar na Figura 11.

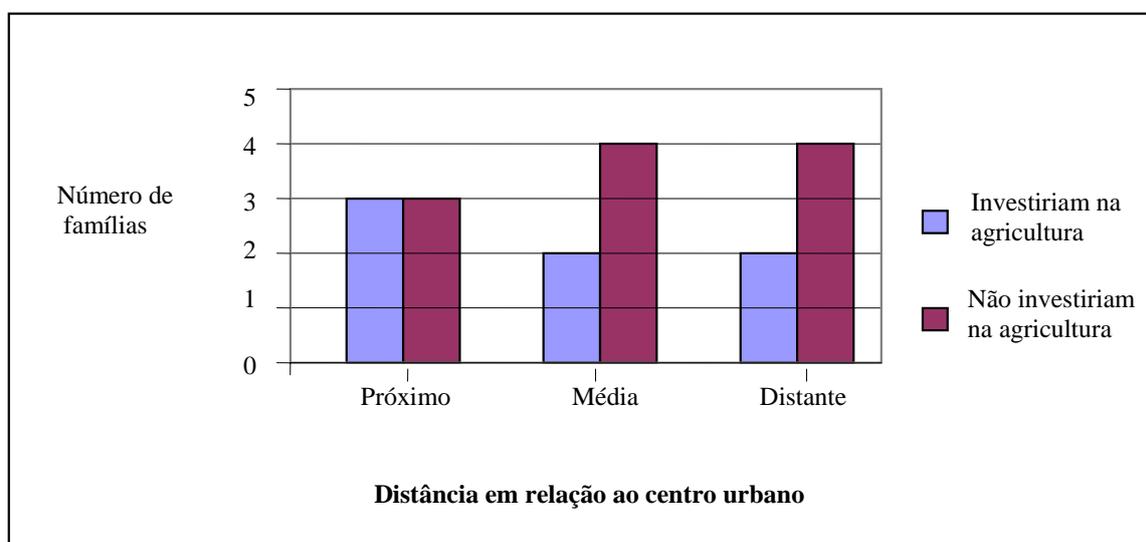


FIGURA 11 – Prioridades para investimentos das famílias agricultoras.

Fonte: Pesquisa de campo.

Uma possível explicação para esta variação pode estar relacionada à integração ou não da propriedade à grande agroindústria, por meio da produção de suínos e aves. Das 06 famílias

⁶⁰ Ao afirmar “a gente não é mais dono de nada” o agricultor familiar está se referindo às restrições impostas pelas leis de conservação dos recursos naturais, sobretudo em relação a retirada de madeira para reformas na propriedade, a roçadas de capoeiras e a localização das instalações para criação de animais.

agricultoras entrevistadas situadas próximo ao centro urbano, apenas uma⁶¹ não se encontra integrada à agroindústria⁶² de suínos e aves. Por outro lado, das 12 famílias agricultoras estudadas, situadas a média distância e distantes do centro urbano, somente 05 trabalham no sistema de integração com suínos e aves. A explicação para um maior percentual de famílias agricultoras, localizadas a média distância e distantes do centro urbano mostrarem-se dispostas a investir fora da agricultura (como adquirir uma casa ou apartamento na cidade, por exemplo), estaria na busca pela segurança e periodicidade de rendimentos, os quais, de certa forma, são proporcionados às famílias mais próximas do centro urbano, pelas atividades objeto da integração.

O desejo manifestado, espontaneamente, por 44% das famílias agricultoras entrevistadas de adquirir um imóvel na cidade, pode estar relacionado, sobretudo, a três fatores principais: diante da intenção da maioria dos jovens em não permanecer na propriedade estariam, os pais, pensando em colocar-se próximo aos filhos, como uma segurança quando na velhice; outro fator considerado seria a insegurança e o baixo retorno proporcionado pelas atividades agrícolas; e finalmente, o que nos parece mais determinante é a obtenção de uma renda periódica e segura, proporcionada pela locação desse imóvel.

4.3.2 Prioridade de investimento para as famílias agricultoras pluriativas

Os números apresentados na Tabela nº 17 mostram uma situação contrária quanto a prioridade de investimento das famílias agricultoras pluriativas em relação às famílias agricultoras. Apenas 21% das famílias agricultoras pluriativas entrevistadas não investiriam na propriedade, em atividades relacionadas à agricultura, como na compra de terras, na estruturação ou reestruturação da propriedade ou ainda em novas atividades agrícolas. Para estas famílias a opção mais frequentemente declarada seria de comprar uma casa ou um apartamento na cidade para locação.

Se eu tivesse dinheiro eu compraria um apartamento para alugar. (PA p 06)

⁶¹ Embora se trate de uma família numerosa, vivem na propriedade apenas o marido e a esposa (68 e 66 anos respectivamente). Aposentados, portanto com rendimento mensal. Foi excluída do sistema de integração por incapacidade de investimento e por falta de mão-de-obra.

⁶² No sentido de maximizarem seus lucros as empresas integradoras buscam localizar a produção o mais próximo possível da unidade processadora. No caso de Concórdia a maior integradora, a Sadia, está localizada no centro urbano.

Fora da agricultura, porque na agricultura não vale a pena. Se eu tivesse dinheiro eu compraria lotes e casas na cidade, porque lotes e casas na cidade valorizam mais do que investir aqui. Você compra lote hoje por R\$ 20.000,00 amanhã vende por 30.000 ou 35.000 ou compra uma casa e aluga você ganha lá R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 por mês é uma garantia. Se você investir aqui tu não tira isso. Pode ser qualquer outra coisa você não tira isso. Eu acho que investir bastante na agricultura, aqui nessa região é pra louco. Aqui no oeste investir na agricultura é pra louco, não é pra gente certa da cabeça, não, não tem futuro. (PC m 32)

Por outro lado, percebeu-se que 79% das famílias agricultoras pluriativas, caso dispusessem ou acessassem recursos financeiros, em soma relativamente alta, investiriam em bens e/ou em atividades relacionadas à agricultura ou a agroindústria. Neste sentido, são frequentemente apontadas como prioridades: a compra de novas áreas de terra, o investimento na estruturação e incremento de atividades agrícolas, sobretudo na produção animal. Como podemos observar nas declarações das próprias famílias pluriativas entrevistadas:

Eu investiria aqui na propriedade. Além da padaria, eu tenho um sonho de cuidar de umas vacas de leite, poder fazer uma boa pastagem, uma cerca bem caprichada, na verdade, quando você tem como fazer uma cerca não tem como fazer uma pastagem. Então o meu sonho seria esse. (PC m 14)

Dá para investir na propriedade. Eu investiria na propriedade. Um galpão para frango de corte, um chiqueiro, vacas de leite, não dá muito, mas (...) (PA m 16)

Eu investiria aqui, não é? É o que eu estou tentando fazer. Eu colocaria uma boa estrutura para criar leitões, umas vacas de leite, fazer uma boa pastagem. É o que eu te digo, falta dinheiro pra investir. (PC m 17)

Se eu tivesse um dinheiro que era meu e um terreno bom eu ia investir na agricultura, em vacas de leite. (PA d 22)

Se eu conseguisse, eu investiria na agricultura, compraria uma terra, máquinas, faria uma parceria, gado de leite. (PA d 23)

Eu compraria uma colônia de terra, faria uma parte de reflorestamento, um potreiro. Eu compraria terra. (PC m 37)

Ao contrário das famílias agricultoras, as famílias agricultoras pluriativas já contam com rendimentos periódicos, advindos das atividades não-agrícolas, seja por meio de salário, seja pela renda das atividades agroindustriais⁶³ (no caso das famílias pluriativas por conta). Esses rendimentos periódicos podem representar para as famílias pluriativas uma segurança para a

⁶³ Conforme indicado no capítulo trata da metodologia, a agroindústria é considerada, neste trabalho, atividade não-agrícola quando o agricultor familiar, além de processar sua própria produção, ainda adquire matéria prima de terceiros.

permanência na atividade e no meio rural, uma vez que, estariam garantidos os recursos para fazer frente às despesas de manutenção da unidade familiar de produção. Uma vez garantida a renda para as essas famílias se manterem no meio rural, com mais segurança poderiam investir possíveis recursos extras na propriedade.

Ao analisarmos a alta percentagem de famílias pluriativas que investiriam prioritariamente na agricultura ou na agroindústria, seguramente influenciadas por uma condição diferenciada, faz-se necessário considerar, ainda, dois outros importantes fatores: primeiro, o fato (referido na seção 4.4) do maior número de pais de famílias pluriativas desejosos de que seus filhos permaneçam na propriedade; o segundo está relacionado às famílias pluriativas por conta, ou seja, as que mantêm ou são associadas a uma unidade agroindustrial, cuja prioridade, para uma parcela delas, seriam investir na ampliação e melhorias das atividades agroindustriais.

O fato de já contarem com uma renda periódica pode ser uma possível explicação para que, ao contrário das famílias agricultoras, as famílias pluriativas, prioritariamente, prefiram investir na propriedade, independente de estarem localizadas próximas, a média distância ou distantes do centro urbano, como pode ser observado na Figura 12. Para outras variáveis como idade e grau de escolaridade dos chefes de família, área de terra e o fato de estarem ou não integradas à agroindústria, não encontramos variações significativas.

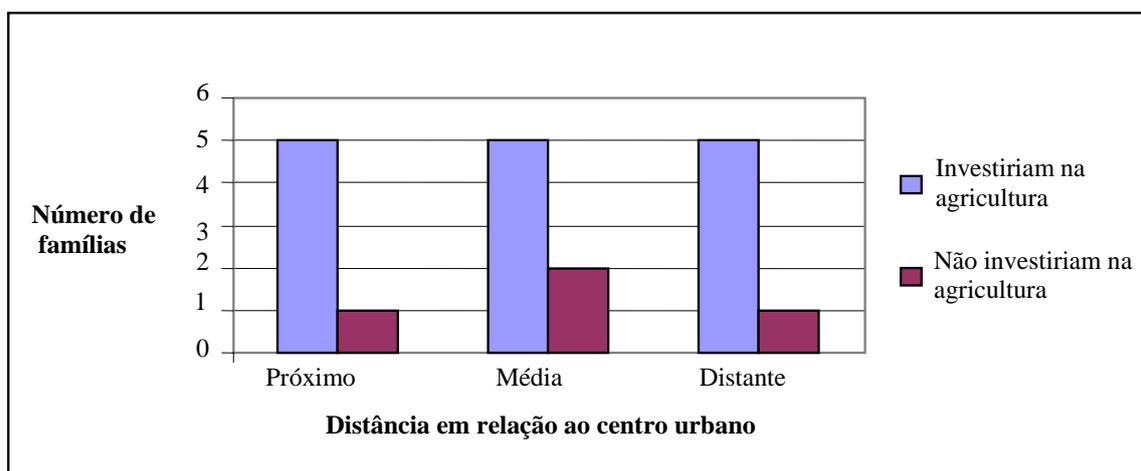


FIGURA 12 – Prioridades para investimentos das famílias agricultoras pluriativas

Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando as respostas das famílias pluriativas percebe-se que, para a grande maioria delas, a prioridade para investimento se daria em bens imóveis ou atividades das quais pudessem obter retornos financeiros periódicos, preferencialmente mensais ou em período de tempo ainda

menor, como é o caso da agroindustrialização. Esta constatação fica evidenciada nas próprias manifestações das famílias entrevistadas, como a que segue:

Ah! Eu investiria aqui na propriedade. Daria pra melhorar a estrutura que temos aqui. Nosso principal negócio, hoje, é a empresa (laticínio). Eu investiria aí. Para nós, acho que seria viável. É mais seguro também. (PC d 24)

Desta forma, temos por um lado as famílias que não investiriam na agricultura, mas que, prioritariamente, comprariam uma casa ou um apartamento para alugar, portanto com rendimento mensal. Por outro lado, temos as que investiriam na agroindustrialização ou em atividades agrícolas onde se destaca o desejo de iniciar ou incrementar a produção de leite, sendo esta também uma atividade que remunera mensalmente.

Essa forma de pensar e agir é perfeitamente compreensível e vem reforçar a idéia, de que, diante do crescimento das despesas mensais, a que as unidades familiares de produção precisam fazer frente, a prioridade está em garantir um rendimento periódico para atender a esta demanda, uma vez que a atividade agrícola, sobretudo a de produção vegetal, via de regra não oferece ao agricultor rendimentos periódicos e nem sempre seguros.

A compra de uma casa ou um apartamento para locação, e assim, obter um rendimento mensal, na maioria das vezes não passa de um desejo, uma vez que, via de regra, os agricultores familiares não dispõem de recursos para tal. Sendo assim, o investimento (de menor vulto, via financiamento, ou ainda de forma associada) em atividades agroindustriais, ou ainda, a venda de força de trabalho via assalariamento representam, acima de tudo, estratégias para obter rendimentos periódicos e, dessa forma, garantir a manutenção da unidade familiar de produção. Entendemos que aqui está um forte indicativo de que a pluriatividade (por conta própria ou via assalariamento) para a obtenção de rendimentos periódicos é uma estratégia utilizada pelos agricultores familiares para obter segurança e periodicidade de rendimentos e com isso garantir a permanência no meio rural.

4.4 – Sucessão hereditária nas unidades familiares de produção

Apresentamos e analisamos nesta seção, dados levantados na pesquisa de campo, no sentido de buscar uma correlação entre a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar. A sucessão na agricultura familiar é uma questão que já se faz presente no rol de

preocupações de estudiosos, representantes de movimentos sociais e dos próprios agricultores familiares. A passagem do “poder” e da responsabilidade pela organização, manutenção e reprodução da unidade familiar de produção sempre esteve cercada de tensões e contradições (Carneiro, 2001). No entanto, na atual situação sócio-econômica em que se encontra a agricultura familiar - falamos aqui, em especial, da situação da região em estudo – a questão da sucessão hereditária na agricultura familiar parece ganhar novos e preocupantes elementos.

Um dos aspectos importantes a ser considerado na questão da sucessão profissional na agricultura familiar é a transmissão do patrimônio. A família enquanto unidade produtiva lança mão de diferentes estratégias, ao longo do tempo, no sentido de assegurar sua manutenção imediata, bem como a constituição de um patrimônio fundiário cuja distribuição entre seus membros garantiria a formação de novas unidades familiares de produção. Nem sempre esses objetivos são plenamente alcançados. Deste modo, a sucessão hereditária ou a transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração para outra, como observa Carneiro (2001:23) “é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis, derivados tanto da sua história específica quanto da sua inserção na economia e na sociedade”. Como resultado dessa negociação, segundo a autora, a transmissão da herança pode resultar na manutenção da integridade do patrimônio ou na fragmentação sob risco de inviabilização enquanto unidade de produção. Dentre as principais estratégias estão o “minorato” e o “maiorato”;⁶⁴ a divisão da propriedade entre os herdeiros; e, ainda, a compra de novas áreas de terras normalmente em regiões de fronteira agrícola.

Na região oeste catarinense, após o fechamento da fronteira agrícola, ainda nos anos de 1960, o valor econômico das terras teve forte aumento. A herança, pois, pela subdivisão da propriedade ou para apenas um dos filhos, obrigando os demais a buscarem alternativas, muitas vezes, fora da agricultura, passou a ser a principal forma de acesso a terra e garantia da reprodução social da unidade familiar de produção agrícola.

Em estudo realizado no oeste de Santa Catarina, Silvestro (1995) concluiu que, na agricultura familiar, o acesso a terra se dá basicamente pela transmissão de geração a geração. Em sua pesquisa de campo observou que 80% dos agricultores familiares receberam como

⁶⁴ Minorato ou ultimogenitura é a situação em que a terra é herdada pelo filho mais novo. Maiorato ou primogenitura é a situação em que a terra é herdada pelo filho mais velho.

herança a terra que possuem ou parte dela. Números semelhantes foram verificados no presente estudo, em que 83% das famílias pesquisadas receberam pelo menos uma parte da área que possuem atualmente, como herança.

Considerando os números apresentados no início deste capítulo, mostrando que entre as famílias pesquisadas, 70,2% das propriedades contam com menos de 20 ha, restringindo sua subdivisão sob pena de inviabilização econômica, e considerando também a baixa rentabilidade da maior parte das atividades agrícolas, praticamente não permitindo a aquisição de novas áreas de terras, torna-se cada vez mais decisiva a condição de herdeiro da propriedade paterna para tornar-se um agricultor familiar.

4.4.1 A sucessão hereditária nas comunidades estudadas

A sucessão hereditária entre os agricultores é um dos aspectos analisados neste estudo, dada a importância desta questão para a permanência e continuidade das unidades familiares de produção agrícola. Tratar da questão da sucessão profissional na unidade familiar de produção, normalmente, não é uma tarefa das mais tranquilas, sobretudo nas entrevistas em que estão presentes pais e filhos, uma vez que envolve questões de caráter íntimo das famílias, preferências e sentimentos nem sempre explicitados com facilidade. O fato dos filhos de algumas famílias por nós entrevistadas ainda serem crianças é outro aspecto que dificulta uma análise mais precisa. O tempo relativamente longo até o momento da sucessão e a incerteza do porvir, por vezes, gerava respostas como a que segue:

Sobre isso nós não pensamos ainda, é cedo ainda. (A p 03)

Como visto na revisão de literatura, as estratégias dos agricultores familiares quanto a sua reprodução eram direcionadas a preservar, na medida do possível, a integridade do patrimônio fundiário, normalmente por meio da instituição do “minorato” e, ao mesmo tempo, providenciar recursos para instalação dos demais filhos. Obter êxito neste intento, certamente se constituía numa preocupação, sobretudo para os pais, senão para toda a família.

Em nossa pesquisa de campo fica evidenciado que, para parte dos atuais agricultores familiares, a preocupação está muito mais em encontrar entre seus filhos um que aceite sucedê-lo,

do que, em providenciar terra para todos. Para outra parte são os próprios agricultores familiares que não desejam que seus filhos os sucedam e continuem como agricultores.

Esta afirmação está baseada nas declarações das famílias entrevistadas, e também, no fato de termos encontrado, entre as 37 famílias entrevistadas, apenas 06 jovens entre 15 e 29 anos⁶⁵, solteiros, (de um total de 39), dizendo-se dispostos a continuar na atividade agrícola. Dos seis jovens dizendo-se dispostos a permanecer na agricultura, dois são irmãos e não tiveram oportunidade de estudar além da quarta série do ensino fundamental (moça de 25 anos) e quinta série do ensino fundamental (rapaz de 29 anos). Isso sugere, a princípio, que sua propensão a permanecer na atividade agrícola poderia estar relacionada ao baixo grau de escolaridade. Neste sentido, Silvestro et al (2001), em estudo também realizado no oeste catarinense, demonstraram existir uma associação direta entre permanência na atividade agrícola e o baixo grau de escolaridade. O terceiro jovem dizendo-se disposto a permanecer está estudando e, freqüentemente, trabalha fora da propriedade (assalariado agrícola) como forma de obter uma renda própria. Os outros três são irmãos e trabalham em uma agroindústria de propriedade da família. Significa dizer que dos 06 jovens com idade entre 15 e 29 anos, solteiros, encontrados nas 37 famílias entrevistadas, dizendo-se dispostos a permanecer na propriedade, apenas 02 trabalham exclusivamente na agricultura.

A opção por não permanecer na atividade agrícola, manifestada pela grande maioria dos filhos jovens das famílias agricultoras, pode ser avaliada por manifestações coletadas na pesquisa de campo, como estas:

Porque pelo convívio com meus pais e sentir essa dificuldade, eu vejo que eles estão sofrendo, não é? Então eu penso que tem que buscar tem que estudar e tentar outra área. No caso da agricultura não tem mais o que fazer. A agricultura seria o último lugar que eu investiria, eu acho que é uma área muito pequena e desmoralizada, é muito sofrida. Voltar para a agricultura eu não voltaria mais. (K. P. 17 anos filha de família agricultora)

É que aqui não tem futuro, o empregado recebe todo mês, ele tem como sobreviver, não é aquele salário que deveria ser, mas dá pra sobreviver. Aqui não se recebe todo mês, tu faz para viver, mas não é aquele dinheiro todo mês garantido como lá (...) se aqui tivesse renda eu ficaria. (M. S. 16 anos, filha de família agricultora)

Na Tabela 18, apresenta-se os números relacionados à intenção dos filhos jovens (casados e solteiros) quanto a permanecer ou não na atividade agrícola. Observa-se que tanto entre as

⁶⁵ Nessa faixa etária foram encontradas 14 pessoas dispostas a permanecer na agricultura, no entanto, 08 destas já estão casadas e estabelecidas no meio rural.

famílias agricultoras quanto entre as famílias agricultoras pluriativas há uma predominância de mais de 70% dos jovens demonstrando a intenção de abandonar a atividade agrícola. Na Tabela 19 são apresentados os números relativos ao grau de instrução dos filhos jovens (casados e solteiros).

TABELA 18 Intenção dos filhos jovens (casados e solteiros) com relação a permanecer na atividade agrícola e no meio rural

Intenção dos filhos jovens	Filhos de famílias agricultoras		Filhos de famílias pluriativas	
	Nº	%	Nº	%
Deseja permanecer	7	28	7	26
Não deseja permanecer	18	72	20	74
Total de jovens	25	100	27	100

Fonte: pesquisa de campo.

TABELA 19 Grau de escolaridade dos jovens (casados e solteiros) filhos de famílias agricultoras e de famílias agricultoras pluriativas

Grau de escolaridade dos filhos jovens	Famílias agricultoras	Famílias pluriativas	Total por grau de escolaridade	%
1ª a 4ª série do Ensino Fundamental	2	2	4	7,7
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	3	2	5	9,6
Ensino Médio incompleto	3	7	10	19,2
Ensino Médio completo	13	10	23	44,2
Ensino Superior incompleto	4	3	7	13,4
Ensino Superior completo	0	3	3	5,7
Total de jovens	25	27	52	100

Fonte: pesquisa de campo

Os números apresentados na Tabela 18 mostram que apenas 28% dos filhos jovens de famílias agricultoras e 26% de filhos jovens de famílias pluriativas mostraram-se dispostos a permanecer na agricultura. Observa-se, na Tabela 19, que somente 04 jovens estudaram apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental e que a maioria (63,3%) completou o Ensino Médio ou foi além desse grau de escolaridade. A baixa porcentagem de jovens dispostos a permanecer na atividade agrícola pode estar relacionada a um grau de escolaridade mais elevado⁶⁶. Esta relação também foi observada por Silvestro et al (2001) mostrando que 60% dos jovens, entre 25 e 29

⁶⁶ Muitos jovens do meio rural têm na empresa Sadia (Concórdia) sua primeira oportunidade de trabalho como assalariado. É condição para ser contratado pela empresa, ter concluído o ensino médio ou estar estudando. Desta forma, muitos jovens do meio rural buscam concluir, pelo menos, o ensino médio para poder ingressar na maior empresa do município. Certamente, além dessa, existem muitas outras motivações para a continuação dos estudos.

anos e 38% dos jovens entre 19 e 24 anos, presentes no meio rural, não estudaram para além da 4ª série do Ensino Fundamental⁶⁷.

O trabalho de campo evidenciou uma dura realidade revelada nas manifestações das famílias entrevistadas, sobretudo dos pais, quanto ao futuro de muitas unidades familiares de produção agrícola. Nas respostas às questões formuladas, ou durante as conversas que antecediam ou sucediam as entrevistas, foi possível perceber, em diversos casos, uma situação contraditória.

Por um lado, teve-se manifestações de preocupação dos pais com o abandono na velhice, com a saída do local onde viveram e criaram seus filhos, enfim, do espaço que construíram para si e para os seus. Percebeu-se também, em alguns casos, um profundo sentimento de frustração por não conseguirem, após anos de trabalho de toda a família, uma condição mínima que permitisse, pelo menos para um dos filhos, continuar na atividade agrícola. A situação que se quer evidenciar é bem representada na Figura 13.



FIGURA 13 – Casal de agricultores familiares sem sucessor.

Fonte: Trabalho de campo.

⁶⁷ Esses dados referem-se a 3.763 jovens, nessas faixas etárias, presentes, em 9.190 propriedades rurais dos 10 municípios pesquisados, na região oeste catarinense. Esses dados encontrados em Silvestro et al (2001) foram levantados pelos censos agropecuários municipais realizados pela Epagri/Icepa 1999.

Por outro lado, percebemos, em alguns casos, o desejo dos pais de que seus filhos encontrem boas condições para viver mesmo que isto signifique abandonar a agricultura e o meio rural. Ficou também evidenciada a consciência, por parte dos pais, de que o apelo a saída é, muitas vezes, mais forte do que a atração para a permanência, dadas as condições que a família tem para oferecer.

Eu acho que segurar um filho em casa, hoje, a gente estaria explorando o filho, faz ele trabalhar e nós não temos mais o que dar a ele. Nós estaríamos explorando nossos próprios filhos se nós os segurarmos em casa. Gostaria muito que pelo menos um ficasse aqui na propriedade e manter essa propriedade com orgulho, só que não é fácil. (A d 21)

Deste modo, quanto ao desejo dos pais em relação à permanência dos filhos, observamos um grande dilema em boa parte das famílias entrevistadas. Alguns manifestaram claramente o desejo de que os filhos não permaneçam na atividade agrícola e, para tanto, procuram de todas as formas incentivá-los em busca de alternativas. Outros manifestam o desejo de que pelo menos um dos seus filhos permaneça na agricultura. No entanto permitem que todos saiam certo de que encontrarão fora da agricultura melhores condições para viver. Outros, ainda, buscam dotar a propriedade de estrutura de tal forma que os filhos se sintam atraídos pela possibilidade de permanecer. Essa estratégia não raro passa pelo incremento nas atividades integradas à agroindústria, assim como, pelo investimento em atividade de processamento e industrialização de produtos agrícolas.

Na Tabela 20 são apresentados os números de manifestações de pais das famílias entrevistadas expressando o desejo de que seus filhos permaneçam ou não na atividade agrícola.

TABELA 20 - Desejo dos pais em relação à permanência dos filhos

Desejo dos pais em relação à permanência dos filhos	Famílias agricultoras		Famílias agricultoras pluriativas	
	Nº	%	Nº	%
Gostaria que pelo menos um filho permanecesse	6	33	11	58
Não gostaria que os filhos permanecessem	12	67	8	42
Total de famílias pesquisadas	18	100	19	100

Fonte: pesquisa de campo.

Analisando a Tabela 20 observamos que existe uma inversão quanto ao desejo dos pais de famílias agricultoras e de famílias pluriativas na permanência dos filhos na agricultura. Enquanto

33% dos pais de famílias agricultoras desejam que pelo menos um de seus filhos permaneça na agricultura, essa preferência é demonstrada por 58% dos pais de famílias pluriativas.

Um aspecto que chama a atenção, e que pode ser uma das razões que levam as famílias agricultoras a preferirem que os filhos não permaneçam na agricultura, é a baixa auto-estima verificada em algumas famílias agricultoras entrevistadas, atribuindo-se uma condição de inferioridade em relação à sociedade em geral, pelo fato de serem agricultores, identificada em declarações como:

Eu gostaria que saíssem para que possam ser alguém na vida. (A m 08)

Certamente, uma série de fatores de ordem estrutural, cultural e social interferem na questão da sucessão hereditária na agricultura familiar. Entendemos, no entanto, que esses fatores são considerados nas manifestações das famílias entrevistadas, nas quais as razões mais claramente explicitadas, para expressarem o desejo de que seus filhos não continuem na atividade agrícola, estão relacionadas, principalmente com a baixa rentabilidade da atividade agrícola e pelas dificuldades para a realização do trabalho na agricultura, via de regra, pesado e em meio insalubre.

Eu desejaria que eles ficassem, mas se é pra ficar sofrendo, pra trabalhar e não ganhar nada é melhor que eles vão procurar ganhar uma renda mais segura e menos sofrida, porque aqui se sofre muito e não sobra nada. (A m 13)

(...) inclusive eu sempre falei para meu filho ficar na agricultura, não é? Mas agora eu digo se ele arrumar outro emprego melhor que vá, não é? Porque na agricultura não tem como sobreviver, a não ser que melhore. (A m 13)

Um aspecto importante, com relação aos dados da Tabela 20, refere-se à relação entre o desejo dos pais de famílias agricultoras e a integração ao grande capital agroindustrial (aves e suínos). Observou-se que dos pais de famílias agricultoras que afirmaram desejar que pelo menos um filho permaneça na agricultura, 67% são de famílias que estão integradas às grandes agroindústrias e 33% são pais de famílias que não estão integradas às grandes agroindústrias. Por outro lado, das 19 famílias pluriativas entrevistadas, apenas 04 estão integradas às grandes agroindústrias processadoras de suínos e aves, e em 03 delas os pais desejam que pelo menos um dos filhos permaneça. O percentual de pais de famílias não integradas ao grande capital agroindustrial desejando que, pelo menos um de seus filhos permaneça na agricultura, que é de 33% entre as famílias agricultoras, sobe para 53% entre as famílias pluriativas. Isso vem reforçar

um importante aspecto que foi tratado na seção 4.2, ou seja, a importância que tem para os agricultores familiares poderem contar com uma renda periódica, seja das atividades integradas, seja de atividades não-agrícolas, para a permanência na atividade agrícola e no meio rural.

Observamos também na Tabela 20 que um maior número de pais de famílias pluriativas (58%) em relação ao número de pais de famílias agricultoras (33%) expressaram o desejo de que pelo menos um dos filhos permaneça na propriedade dando continuidade, dessa forma, a unidade familiar de produção.

O fato de um maior número de pais de famílias agricultoras pluriativas preferirem que seus filhos permaneçam na propriedade, mesmo que combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, pode estar relacionado, sobretudo, a três fatores: a) a obtenção de rendimentos periódicos (mensais para os assalariados e com frequência variada para os pluriativos por conta própria). A periodicidade de rendimentos representa uma segurança maior para a manutenção da unidade familiar de produção; b) a maior interação com a sociedade geral e, por extensão, com os problemas típicos dos centros urbanos, implicando numa maior valorização dos aspectos característicos do meio rural; c) finalmente, sobretudo entre as famílias pluriativas por conta própria, o desejo de crescer na atividade agroindustrial e que seus filhos venham a assumir também esta atividade, além das atividades agrícolas. Nas afirmações de muitos pais de famílias pluriativas é possível identificar esses aspectos.

A agricultura é um negócio inseguro, mas a propriedade dá segurança para morar, não paga aluguel, é um bom lugar para criar os filhos. (PA m 12)

Olha, nós vamos dar a oportunidade de estudar. Estudo sim, isso em primeiro lugar. Se a empresa crescer e eles tiverem sua profissão que eles possam ter seu trabalho e emprego e sua renda na própria empresa (laticínio da família). (PC d 24).

Jamais quero que eles vão para a cidade, assim porque, por mais que cuide, quando vê eles estão em más companhias. (PC d 24)

É seria bom, não é? Só que não sei se eles vão ficar. (PC d 29)

Eu sim, de minha parte gostaria que ficasse aqui. Eu gostaria que ficasse aqui, sempre que tivesse condições de viver bem. (PC m 32)

Sim. O rapaz que está aqui comigo ele já disse que quer ficar e tocar a propriedade e ajudar na empresa. (PC p 33).

A partir da análise procedida nesta seção e considerando, em especial, a tendência dos filhos em não permanecerem na agricultura e o desejo dos próprios pais para que os filhos

busquem fora da agricultura, melhores condições para viver, verificou-se que a conjugação desses dois fatores manifesta-se com maior frequência nas declarações das famílias agricultoras em comparação com as afirmações das famílias pluriativas.

Em decorrência disso, conclui-se que as famílias pluriativas não manifestariam o desejo (em maior número) de que pelo menos um filho permanecesse, se elas próprias não tivessem a intenção de permanecer, ou então, se a condição em que se encontram não lhe permitisse permanecer. Desse modo, esta parece ser mais uma evidência de que a pluriatividade influencia positivamente a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

4.5 – Agricultura, pluriatividade e as relações de sociabilidade

O principal objetivo desta seção é o de apresentar e analisar os principais fatores, identificados na pesquisa de campo, como geradores de mudanças nas relações de sociabilidade no contexto em estudo, sejam relacionados às atividades agrícolas ou a pluriatividade. Estas mudanças decorrem, por um lado, pelo expressivo êxodo rural causado, sobretudo, pelo baixo retorno econômico proporcionado pela maioria das atividades agrícolas desenvolvidas na região; pela mudança na estrutura fundiária, bem como na paisagem original a partir da introdução de espécies florestais exóticas em escala significativa no município; e, pela concentração da produção de suínos, de aves e de leite. Por outro lado, pela presença de oportunidades para a realização de atividades não-agrícolas em combinação com atividades agrícolas por agricultores familiares, nas comunidades estudadas, e também pelo próprio exercício da pluriatividade.

4.5.1 O êxodo rural e as mudanças na estrutura fundiária

A baixa rentabilidade das atividades agrícolas é manifestada na pesquisa de campo como a causa primeira para a pouca atratividade em empreender e/ou permanecer na atividade primária. O baixo retorno econômico implica em insuficiente capacidade de investimento para a manutenção da unidade familiar de produção, sendo o principal fator gerador de insatisfação entre as famílias entrevistadas. Este também foi o principal aspecto apontado como causador do abandono do meio rural, no LAC (2005), levantamento este que aponta a região de Concórdia como apresentando o segundo maior êxodo rural do estado de Santa Catarina. Na Figura 14

podemos observar como o número de propriedades agrícolas, no município de Concórdia, vem diminuindo ao longo dos últimos anos.

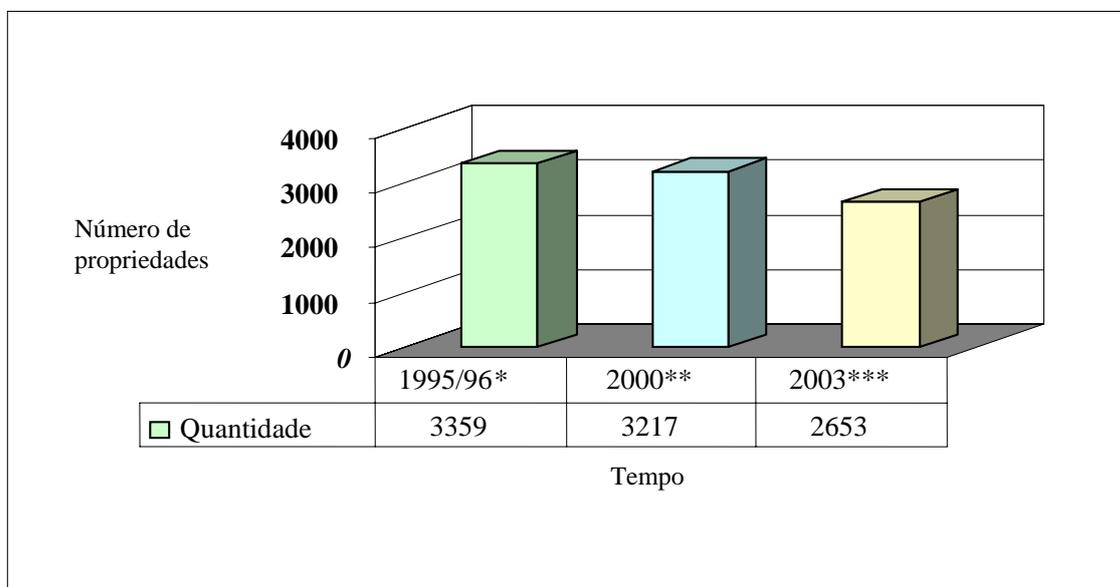


FIGURA 14 – Evolução do número de estabelecimentos agrícolas no município de Concórdia
 Fonte: * IBGE censo agropecuário 1995/96. ** Censo agropecuário do município de Concórdia 2000. ***LAC 2005.⁶⁸

Observa-se na Figura 14, que 564 estabelecimentos agrícolas desapareceram apenas no período 2000 -2003. O fato de um agricultor familiar deixar sua propriedade para morar em um centro urbano não se constitui em algo anormal. Afinal, a grande maioria dos filhos “excluídos” da herança, em função da incapacidade financeira das unidades familiares de produção para comprar novas áreas e, da inconveniência da divisão da propriedade paterna, seguem esse caminho. Normal seria outro agricultor adquirir a propriedade em questão, para si ou para seus filhos, mantendo, dessa forma, a densidade demográfica e a estrutura fundiária sem grandes alterações. O que acontece, no entanto, é que as propriedades vendidas por agricultores familiares, via de regra, não são adquiridas por outros agricultores, mas por pessoas sem ligação com a agricultura e que moram na cidade (normalmente profissionais liberais) ou por empresas sediadas em centros urbanos, cujo principal objetivo é o cultivo de espécies florestais como pinus (*Pinus spp*) e eucaliptos (*Eucaliptus spp*)⁶⁹.

⁶⁸ Os números apresentados pelo LAC são referentes a 2003. Não estão incluídos os 213 estabelecimentos abandonados.

⁶⁹ O reflorestamento com espécies florestais exóticas é, ainda, uma atividade desordenada e que se intensificou fortemente nos últimos três anos. Por essa razão, não existem dados oficiais sobre a área cultivada.

Aqui, quem vende, não é ‘colono’ que compra, são as firmas para fazer reflorestamento. A maioria das propriedades aqui estão sendo vendidas para as firmas fazer reflorestamento. É o que isso aqui vai virar, um grande reflorestamento. Esse não é somente o nosso caso, mas é o caso da maioria das famílias aqui. Quando um colono, vende não é outro colono que compra, uma que ele não tem dinheiro e outra que vai comprar pra que? Os filhos dele estão lá na cidade, ele vai investir lá na cidade. (PC p 36)

Eu vejo que vai sobrar bastante reflorestamento e propriedades muito poucas. Produzindo grãos ou suínos, eu acho que não vai dez anos que não sobra nada, talvez algum gado de leite que tem menor risco, não é? (A p 03)

O agricultor está falido. Eu acho que sim. Do jeito que está, é sério, ano após ano estão sumindo, estão indo todos para a cidade, estão sumindo, está virando tudo sertão, tudo capoeira, estou falando o que é. Eu vejo que Santa Catarina, aqui no Sul, vai virar só barragem e reflorestamento, vai sobrar poucos. (PA d 30)

A preocupação dos agricultores familiares não está apenas na eminência de grandes áreas cobertas por espécies vegetais exóticas que poderão, no futuro, se transformarem em verdadeiros “desertos verdes” com profundas modificações na paisagem original, mas também com o “isolamento social” em função da desativação de muitas unidades familiares de produção e, por vezes de comunidades rurais. A saída de famílias do meio rural para os centros urbanos certamente implica em mudanças estruturais e econômicas. No entanto, é na dimensão social que seus reflexos assumem maior significância para os agricultores familiares, uma vez que interferem nas redes de sociabilidade, redes essas que para as famílias agricultoras, muitas vezes, restringem-se quase que, exclusivamente, à vizinhança e à comunidade local. Tem significado especial para o agricultor familiar o convívio, a amizade, o parentesco, a solidariedade, enfim, a forma como se estruturam as relações sociais onde ele vive. A preocupação com essa situação é percebida nas manifestações de grande parte dos agricultores familiares entrevistados.

A importância que tem a manutenção de relações com a vizinhança para os agricultores familiares, também são confirmadas pelos dados do LAC (2005) ao apontar que, para o município de Concórdia, 91,5% dos agricultores familiares recorrem a seus vizinhos em caso de necessidade.

O grande número de propriedades rurais abandonadas, a exemplo da ilustrada na Figura 15 a seguir, legítima, em certo grau, a preocupação dos agricultores familiares com o “isolamento social”. Recorrendo novamente aos dados preliminares do LAC (2005), para o município de Concórdia, observamos que nada menos que 213 propriedades rurais encontram-se abandonadas, número que representa cerca de 7.4% do total das propriedades do município.



FIGURA 15 - Vista parcial de uma propriedade abandonada no município de Concórdia.
Fonte: pesquisa de campo.

Da mesma forma, a área coberta por florestas nativas e capoeiras que, em 1995, representava 14,98% da área total, segundo o Censo do IBGE (1995/1996), representa atualmente 24,42%, de acordo com o LAC (2005). A diferença de área com cobertura nativa, verificada no período, refere-se a áreas cobertas por capoeiras e capoeirões, constituindo-se num claro indicativo da baixa atratividade da atividade agrícola, sobretudo na produção de grãos, representada nesse processo de abandono de áreas até então cultivadas (Figura 16), e também de propriedades.



FIGURA 16 – Vista panorâmica mostrando áreas de mata secundária na região deste estudo.
Fonte: pesquisa de campo

Pretende-se demonstrar com esses dados que, sobretudo, nas regiões em que são escassas ou inexistentes as oportunidades para realização de atividades não-agrícolas, existe um processo de esvaziamento populacional, restringindo por conseqüência as relações de sociabilidade. A manifestação que segue, de uma família entrevistada, traduz bem essa questão.

Nós pouco saímos, mas eu gosto de ver como estão as coisas, mas onde que tu vê é tudo a mesma coisa. Onde tinha 2 – 3 jovens numa propriedade eles abandonaram, não tem mais roça, é tudo mato, é mato, vai para aqueles lados aí é só mato, eu não vou morar pra lá nem morta. É tudo mato, só uns velinhos aposentados, o resto... Dá dó de ver casas abandonadas, propriedades deixadas lá, viradas em mato e capoeira. Não é triste? Quando tu poderias ter alguém ali, morando ali, seguindo. (PA d 30)

Apesar do acentuado êxodo rural, na região, o trabalho de campo possibilitou verificar que a maioria das famílias não pensa em vender ou deixar suas propriedades. A resistência ou negativa em vender a propriedade é manifestada por 76% das famílias entrevistadas. Essas famílias só admitem vender a propriedade em caso de doença grave na família ou para adquirir outra propriedade que ofereça melhores condições para a atividade agrícola ou agroindustrial.

Observou-se também que o percentual de famílias que manifestaram de forma categórica a rejeição à venda da propriedade é maior entre as famílias agricultoras pluriativas (79%) em comparação com as famílias agricultoras (66%). Essa diferença nos parece ser mais um indicativo de que a pluriatividade representa para as famílias rurais uma segurança maior na permanência na atividade agrícola e no meio rural.

4.5.2 Concentração da produção e isolamento social

A concentração da produção de aves, leite⁷⁰ e, principalmente, de suínos, é outro fator que não passa despercebido nas manifestações dos agricultores familiares entrevistados, como fator de diferenciação social e, portanto, como causador de mudanças nas redes de relações de sociabilidade entre os agricultores familiares. Neste aspecto, tem-se por um lado, os agricultores familiares que, por fatores diversos, não conseguiram atender a política das empresas integradoras de aumento da produção, sendo “excluídos” do processo. Estes, com a “exclusão”, não perderam apenas uma possível renda a partir destas atividades, mas viram se desfazer, também, a unidade dos principais elementos que formavam o sistema policultura-pecuária, ou seja, o binômio milho/suíno, pelo qual a agricultura familiar na região ficou reconhecida como um modelo exitoso.

Por outro lado, tem-se os agricultores que conseguiram atender às exigências para a ampliação da produção, mas que percebem que, além de não terem melhorado significativamente sua condição financeira, pelo fato de terem aumentado seu plantel, já não podem contar com muitos dos seus vizinhos. A preocupação com esse “isolamento social” se revela nas próprias palavras de alguns suinocultores integrados:

Os bons produtores mesmo, quase todos foram embora. Ali morava um, foi embora..., outro ali em cima também foi embora. (...) o que me adianta ter muitos suínos se não tenho com quem conversar? A integração é boa, mas não a concentração. (PC p 36)

(...) Olha meus vizinhos aqui! Eles estão em dois ou três em casa. Eles têm 200 ou 300 matrizes, 100 metros de aviário e ainda têm vacas de leite. Na comunidade eles não vão mais, na igreja eles ficam mais de um ano sem aparecer, não visitam os vizinhos, também não gostam de receber visitas por que perde tempo. Então eles trabalham 14 -15 horas por

⁷⁰ A produção de leite é a atividade integrada à agroindústria que abrange o maior número de agricultores familiares. No entanto, a tendência é de concentração da produção. Algumas empresas já adotam práticas que levam a concentração, tais como: pagar mais para quem tem um volume de produção maior e não recolher o produto daqueles que não atingem uma “cota” mínima por elas estabelecidas.

dia direto sábado, domingo. Então aquela vivência que tinha antigamente de se reunir, fazer uma festa, conversar, essas coisas acabaram. Um pouco é ganância, mas a culpa é da empresa (integradora). Se o agricultor tem 100 eles querem colocar 200 ou o cara cai fora. (A m 10)

Percebe-se, mesmo entre as famílias entrevistadas que mantêm sistema de integração, a preocupação com o surgimento de grandes granjas voltadas para a criação de suínos, aves e para a produção de leite. Esse caráter empresarial, em avanço no setor, significa a redução gradativa do espaço da unidade familiar de produção na atividade, em última instância, significa muitas famílias sem a possibilidade de realizar esta atividade comercialmente. A ameaça para as unidades familiares de produção menos estruturadas, manifestada nas declarações das famílias entrevistadas, pode ser sintetizada nas afirmações que seguem:

Eu acho que nós, pequenos, aqui, sei lá. O bicho vai pegar. Vai sobrar os grandes. Começa a aparecer grandes granjas, estão se transformando em empresas. Os pequenos agricultores vão ter dificuldades. (A p 01)

Eu acho que no futuro o pequeno agricultor vai acabar, não tem futuro, do jeito que a coisa está indo. Se tu não tens uma quantidade de leite a firma nem vem pegar. Se os pequenos não crescerem um pouco. Quem não tem condições de crescer um pouco vai cair fora, vai ter que ir para a cidade, não tem outra saída. As empresas trabalham para concentrar a produção, pagam mais para quem produz mais. (A p 04)

Uma vez se tivesse duas ou três porcas dava, depois, tinha que ser 10, depois foi para 20 e assim por diante. Então o grande que tem um movimento bom ele tem como dar o giro pode agüentar, mas o pequeno não tem como. (A d 21)

Com isso eles querem dizer que a concentração da produção, entre outros efeitos, diferencia socialmente os agricultores familiares e produz “isolamento social”, na medida em que impede que muitos agricultores familiares desenvolvam essas atividades comercialmente e quebra o sistema tradicional de produção, baseado na integração agricultura-pecuária, levando-os, em muitos casos, a abandonar o campo.

O trabalho de campo evidenciou elementos que nos permitem inferir que, embora os agricultores familiares encontrem-se integrados à sociedade em geral e ao mercado e com bom acesso aos meios de transporte e comunicação, está em curso um processo de diminuição e fragilização das relações de sociabilidade, ou seja, há um processo de acentuada individualização no meio no qual as famílias ocupam-se apenas com atividades agrícolas. Não é, pois, sem sentido, a preocupação manifestada por algumas famílias com o isolamento social.

4.5.3 A pluriatividade e as relações de sociabilidade

Considerando que a pluriatividade contribui para a permanência dos agricultores familiares na agricultura e no meio rural, como é nossa hipótese, analisamos nesta subseção, a influência da pluriatividade, no sentido de manter um ambiente socialmente ativo no espaço em que se dá. Para além da manutenção da rede de relações de sociabilidade, percebe-se, ao analisar as afirmações das famílias agricultoras pluriativas e mais especificamente dos membros das famílias que se ocupam com atividades não-agrícolas, que invariavelmente consideram que a realização de atividades não-agrícolas contribui para a ampliação de suas relações de sociabilidade. Na totalidade das respostas foi possível identificar o que fica sintetizado na afirmação que segue:

Com certeza. Hoje é muito bom o retorno. O lado social de conhecer pessoas, ver pessoas diferentes, coisas diferentes, você faz uma amizade, conversa com pessoas de outras culturas, porque hoje são poucas as pessoas que tem a oportunidade, na agricultura, de conhecer até mesmo uma cidade próxima. É muito importante. (PC d 24)

Da mesma forma que no aspecto individual, como visto acima, verificou-se que a presença e oportunidade de realização de atividades não-agrícolas, em um das comunidades selecionadas para a realização do trabalho de campo, proporcionam uma condição diferenciada em relação à situação geral. A partir da instalação de uma agroindústria na comunidade, há cerca de 10 anos, nenhuma família da comunidade deixou o meio rural. Pelo contrário, famílias que já haviam abandonado a propriedade (sem vendê-la) e a agricultura para viver em centros urbanos, retornaram na condição de famílias pluriativas. Nas palavras de um agricultor familiar pluriativo associado à agroindústria instalada na comunidade, essa situação é exaltada como uma situação privilegiada em relação ao contexto geral:

Saiu bastante. Ah, esses anos, mas depois que colocamos a firma aqui não saiu mais ninguém, mas antes veio gente de volta. Voltou gente da cidade pra morar aqui, as famílias eram daqui, mas antes, estavam saindo todos pra trabalhar, mas aí voltaram, voltaram pra trabalhar de operários aqui. Por isso que eu te disse que no interior é mais favorável, não paga água, não paga IPTU, não paga nada. Por isso que voltaram, porque é mais favorável ficar aqui no interior, voltou gente sim, não saiu mais, voltou gente pra ficar aqui. Antes sim, antes saiu bastante. Ah! Não teria mais ninguém aqui se não tivesse colocado a firma. (PC m 32)

Observou-se também que na comunidade em questão, apenas uma família é agricultora, ou seja, obtém sua renda exclusivamente da agricultura. Todas as demais famílias combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, ou seja, são famílias pluriativas. Esse exemplo demonstra a importância da presença de oportunidades para realização de atividades não-agrícolas no meio rural, para a permanência das famílias no campo, para a manutenção das atividades agrícolas e por conseqüência, para a produção de alimentos e outras matérias-primas, para a geração de renda e, sobretudo, para a manutenção de um ambiente socialmente ativo.

4.6 A pluriatividade na perspectiva dos informantes chaves

A análise procedida nas seções anteriores deste capítulo considerou, sobretudo, as percepções das famílias agricultoras e pluriativas entrevistadas. Nesta seção, a questão da pluriatividade é apresentada e analisada considerando-se especialmente as opiniões dos informantes chaves. É de grande importância para este trabalho e para a discussão sobre a questão da pluriatividade considerarmos as concepções de agentes formadores de opinião e responsáveis ou co-responsáveis (pelo menos em nível local e regional) pela definição e implementação de ações que dizem respeito ao meio rural, neste caso, mais especificamente aos agricultores familiares.

De um modo geral, o entendimento dos entrevistados é de que as transformações a que a agricultura familiar foi submetida, nas últimas décadas, seja em função da maior integração ao mercado, seja pelas ações patrocinadas pelas agroindústrias, ou ainda, pelo Estado, determinaram um quadro pouco promissor para uma parcela significativa de agricultores familiares no contexto estudado, especialmente para aqueles que realizam apenas atividades agrícolas ou não se encontram integrados às agroindústrias.

Nas entrevistas caracterizadas como “história oral” os relatos demonstram que ao longo do tempo houve um processo de perda de rentabilidade nas principais atividades agrícolas na região, sobretudo, no que refere a produção de grãos e, também, um processo de concentração da produção de forma especial na suinocultura e avicultura. Dentre outros, estes seriam uns dos principais fatores de desestímulo em permanecer na atividade agrícola e no meio rural. Esses entrevistados entendem que o interesse no exercício de atividades não-agrícolas, por parte de

membros das famílias rurais, resulta, sobretudo, da maior segurança na obtenção de renda na comparação com as atividades agrícolas.

Quanto aos demais entrevistados (técnicos e outros profissionais) constatou-se que as opiniões não diferem muito entre si com relação à situação social e econômica e as perspectivas para as famílias rurais. De um modo geral, apontam para o entendimento que o êxodo rural na região persistirá, porém em ritmo menor do que vem sendo registrado nos últimos anos. Demonstram, também, entendimento de que o processo de concentração da produção continuará, diminuindo, desta forma, o espaço para a realização de atividades agrícolas tradicionais para uma parcela significativa de agricultores familiares, especialmente para os menos estruturados.

De acordo com os depoimentos, o desestímulo em permanecer no meio rural dependendo unicamente da agricultura e a propensão para a realização de atividades não-agrícolas por parte dos agricultores familiares, resulta da dificuldade para a geração de uma renda mínima que satisfaça as necessidades dessas famílias. Neste aspecto, é importante observar que as opiniões dos informantes-chaves (especialmente dos profissionais que trabalham diretamente com os agricultores) e das famílias entrevistadas, não diferem. Isto indica não se tratar de situações isoladas, mas da realidade da agricultura familiar no contexto estudado.

Apontam, também, por um lado, para a necessidade de buscar alternativas para a geração de renda para os agricultores familiares. Essas alternativas, segundo os depoimentos, passam pela agregação de valor à matéria-prima, pela introdução ou incremento de atividades de alta concentração econômica como a fruticultura, floricultura, olericultura e, ainda, a criação de pequenos animais. Por outro lado, apontam para a importância do incentivo ao associativismo e para a necessidade de desenvolvimento de programas de educação e orientação, especialmente para a comercialização.

Embora todos concordem com a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações visando o fortalecimento e o incentivo às atividades agrícolas, reconhecem a importância e a necessidade de se pensar em ações com vistas a promover o desenvolvimento territorial, para além do agrícola, como forma de proporcionar oportunidades de trabalho e renda. Neste sentido, o depoimento de um informante-chave representante da classe política resume a questão.

O incentivo deve ser dado às iniciativas de geração de oportunidades de trabalho não-agrícola no meio rural. Essa é a principal alternativa que temos hoje para aumentar a renda familiar no meio rural. (IC 02)

Constatou-se que há um entendimento de que o exercício de atividades não-agrícolas representam (para as atuais famílias agricultoras pluriativas) e poderão representar para uma parcela significativa dos agricultores familiares do município, a condição para conseguirem se manter na atividade agrícola e no meio rural mesmo sem a necessidade de adentrar em uma corrida por escala de produção.

Assim, na perspectiva dos informantes-chaves, são projetadas mudanças significativas na estrutura de produção agrícola de base familiar e, também, na dimensão social no meio rural do município. Por um lado, pela perda de espaço em atividades agrícolas tradicionais da região como milho e suínos, por exemplo. Por outro, pelo incremento em atividades de alta concentração econômica; pela formação de pequeno e médio capital agroindustrial por meio do associativismo; e principalmente pela mudança na organização do trabalho e da renda no meio rural.

O significado, para a questão central deste trabalho, das percepções desses entrevistados que não são agricultores, mas cujo resultado de sua atuação profissional influencia direta ou indiretamente as famílias que vivem no meio rural, se revela nas demonstrações de consciência de que os resultados econômicos das atividades agrícolas (em muitos casos e no contexto estudado), não mais se apresentam como suficientes para oferecer condições de viver desejáveis ou mesmo aceitáveis. Sua importância se revela também no entendimento da necessidade de aumentar a oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural e para a necessidade de implementar políticas e ações com vistas a proporcionar o desenvolvimento territorial e não apenas setorial.

Em síntese, este capítulo demonstra que de acordo com as perspectivas dos entrevistados a agricultura tem oferecido cada vez menos oportunidades de renda de forma segura, periódica e suficiente para assegurar a uma parcela significativa de agricultores e suas famílias, o padrão de vida e conforto desejados. O estudo evidencia que em função dos altos custos para a manutenção da unidade familiar de produção, rendimentos periódicos e mais seguros são vitais para a reprodução social dos agricultores familiares. No sentido de alcançar uma condição de maior segurança e estabilidade, as famílias rurais lançam mão de diferentes estratégias, dentre as quais a pluriatividade.

Com relação às questões de cunho mais social constatou-se, por um lado, que existe a preocupação entre as famílias entrevistadas com um processo de individualização e de “erosão

das relações de sociabilidade” no espaço em que as famílias ocupam-se apenas com atividades agrícolas. Por outro lado, observou-se que a presença e realização de atividades não-agrícolas contribuem para a manutenção e ampliação das relações de sociabilidade no meio rural.

1. CAPÍTULO 5 – SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo quatro apresentou-se e discutiu-se os resultados da pesquisa que analisa a influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural realizada no município de Concórdia.

Neste capítulo apresenta-se uma síntese deste trabalho, incluindo-se os objetivos, a metodologia e os principais resultados, assim como as considerações finais, as limitações e implicações percebidas e resultantes do estudo realizado.

5.1 - Contextualização e objeto de estudo

As transformações em curso no meio rural brasileiro decorrentes da modernização da base técnica de produção, da presença de atividades não-agrícolas no espaço rural, bem como das novas formas de organização do trabalho e da renda, vem despertando o interesse de pesquisadores e resultado em novas discussões acerca da questão agrária e agrícola. Diversos estudos têm apontado para um “novo rural”, assim como para a importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

Neste contexto, através deste trabalho de pesquisa, procurou-se refletir sobre as transformações no meio rural do município de Concórdia, com o objetivo de analisar a influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

A principal motivação para o desafio dessa investigação relacionada à agricultura familiar no município de Concórdia residia em compreender o processo de transformação, em curso no meio rural, num município que apresenta uma situação paradoxal: por um lado, Concórdia é um dos municípios maiores produtores de aves e suínos do país e sede de um grande complexo agroindustrial, a Sadia, que, aliás, se desenvolveu a partir da extração de excedentes de uma estrutura de produção agrícola de base familiar. Por outro lado, o município apresenta um grande êxodo rural; vivencia um intenso processo de concentração dos meios de produção, especialmente na sua principal atividade, a suinocultura; e, um movimento de reorganização das ocupações e da renda no meio rural, como resultado, em grande parte, do surgimento de pequenas

e médias agroindústrias. Essa nova configuração vem determinando transformações estruturais, sociais, econômicas e culturais no meio rural da região em estudo.

5.2 – Estrutura e procedimentos da pesquisa

Procurou-se estruturar este trabalho de pesquisa em capítulos ordenados, de forma que seu conteúdo e a abordagem procedida em cada um deles contribuísse para facilitar a compreensão da análise sobre a pluriatividade na agricultura familiar no município de Concórdia, que se procedeu no capítulo quatro. Deste modo, nos três primeiros capítulos tratou-se dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, da fundamentação teórica e do processo que resultou na atual configuração social e econômica na realidade estudada. A síntese e os apontamentos efetuados neste capítulo encerram este trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se basicamente a metodologia de pesquisa qualitativa, articulada, porém, com elementos da abordagem de pesquisa quantitativa (técnicas simples como porcentagens, por exemplo) no entendimento de que os dois caminhos metodológicos não são conflitantes, mas complementares.

A opção por privilegiar a utilização de uma metodologia de pesquisa qualitativa (complementada com alguns métodos quantitativos) deu-se por considerar que, sistemas sociais, vivos e humanos (caso desta pesquisa), são caracterizados por situações de imprevisibilidade, subjetividade e complexidade. Neste contexto, as metodologias usadas nas pesquisas qualitativas têm se revelado mais adequadas, como observam PINHEIRO E DE BOEF (2006).

Os dados e informações considerados necessários à análise proposta foram coletados e produzidos utilizando-se a estratégia da diversidade de fontes, fato que se revelou importante para a realização da análise pretendida. Da mesma forma, tomar a família como unidade de análise mostrou-se de fundamental importância para os objetivos propostos, uma vez que possibilitou explorar aspectos relativos a unidade familiar que vão além da função de produção e da organização do trabalho da família.

Verificou-se, desta forma, que, de acordo com o ciclo demográfico da família e dos recursos disponíveis na unidade de produção, diferentes estratégias são adotadas pelas famílias no sentido de prover sua sustentação imediata, bem como de buscar sua reprodução social, ou ainda, preparar-se para uma condição fora da agricultura e do meio rural.

Percebeu-se também que algumas estratégias adotadas no passado pelos agricultores familiares como forma de garantir a reprodução social, como é o caso do *minorato*, já não podem ser observadas senão em raros casos. Com relação a continuidade da unidade de produção observou-se que em alguns casos existe uma certa desarticulação entre os interesses coletivos e individuais no interior do grupo doméstico, o que não significa necessariamente dizer que o coletivo busca invariavelmente a reprodução da unidade familiar de produção e o individual não.

A partir dos referenciais teóricos acerca dos temas que fundamentam este trabalho, o capítulo II trouxe à discussão questões relacionadas à agricultura familiar, a pluriatividade e a agroindustrialização, relacionando-os ao contexto em estudo.

No que se refere à agricultura familiar procurou-se demonstrar, inicialmente, que distintas terminologias foram utilizadas em diferentes períodos históricos para identificar a categoria que atualmente denominamos de “agricultura familiar”, e também que essas terminologias sempre estiveram associadas a interesses políticos e econômicos.

Ainda com relação a este tema, destacou-se também que, embora plenamente inserida ao mercado, a agricultura familiar, no contexto em estudo, não se orienta única e exclusivamente pela lógica do capital na tomada de suas decisões. A aversão ao risco e a não adoção de registros contábeis em 78% das unidades de produção observada por Miranda (1995)⁷¹ são exemplos que indicam que a inserção ao mercado não elimina por completo a racionalidade própria desses agricultores familiares.

Ao fazer referência a pluriatividade procurou-se demonstrar que um número cada vez maior de pesquisadores tem chamado a atenção para as transformações que vem ocorrendo no meio rural, sobretudo pela incorporação de atividades não-agrícolas. Esta nova configuração do meio rural deixando de ser um espaço exclusivamente agrícola, mas de múltiplas atividades vem proporcionando mudanças na forma de organização da força de trabalho e aumentando as oportunidades para as famílias rurais se tornarem pluriativas.

Buscou-se também diferenciar o entendimento em relação a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial e as ocupações rurais em atividades não-agrícolas e indicar situações em que cada uma ocorre. Como resultado demonstrou-se que a terminologia mais adequada para

⁷¹ A pesquisa desenvolvida por Miranda envolveu 36 famílias de produtores de suínos do município de Concórdia, SC.

expressar uma situação em que há combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (portanto, com atuação intersetorial) é a pluriatividade.

Procurou-se demonstrar que a pluriatividade é um fenômeno cada vez mais presente na agricultura familiar e que esta resulta de decisão interna de cada unidade familiar, influenciada pelo contexto sócio-econômico em que atua. Observou-se também que a pluriatividade se revela mais como uma estratégia de reprodução social (influenciada pelo atendimento das necessidades internas como sugere a teoria Chayanoviana) do que como um elemento de diferenciação social em direção a proletarização (como propõe a teoria Marxista).

Quanto a agroindustrialização apontou-se, inicialmente, a existência de diferentes pontos de vista com relação à inclusão ou não das atividades agroindustriais no meio rural no conjunto das atividades não-agrícolas.

Posteriormente procurou-se demonstrar que a constituição e ampliação dos grandes complexos agroindustriais na região oeste catarinense aconteceu em um contexto favorável tanto do ponto de vista do apoio institucional quanto pelo potencial produtivo em quantidade e qualidade presente na região. De outra forma, a constituição da maioria das pequenas e médias agroindústrias (a despeito da tradição dos agricultores familiares de transformar sua produção para consumo próprio) resulta como uma estratégia de enfrentamento da crise pela qual tem passado a agricultura familiar nas últimas décadas.

O estabelecimento de grandes, médias e pequenas agroindústrias no município de Concórdia tem gerado oportunidades para a realização de atividades não-agrícolas, seja nas próprias unidades instaladas, seja na estrutura de apoio logístico demandada por essas agroindústrias.

Ao tratar do processo de colonização e da trajetória da agricultura familiar no município de Concórdia (capítulo III), procurou-se, inicialmente, caracterizar o sistema de produção original e também o processo de colonização da região que resultou em uma estrutura de produção agropecuária de base familiar, diversificada e desenvolvida em pequenas propriedades. Posteriormente tratou-se do desenvolvimento da agricultura familiar na região. Ao proceder desta forma buscou-se considerar, na análise proposta neste estudo, não apenas os dados e informações atuais, mas também o processo histórico pelo qual passou a forma familiar de produção agrícola na região.

Percebeu-se que na fase anterior à presença da agroindústria na região, ou seja, até meados da década de 1940, o acesso ao mercado era restrito em função da precariedade dos meios de transporte, da falta de informação e da quase ausência de mercado comprador na região para determinados produtos. Por outro lado, o sistema de produção era baseado em técnicas rudimentares como a rotação de terras para a recuperação da fertilidade do solo e as queimadas como forma de preparo do solo para o plantio.

Na fase posterior a implantação da agroindústria, até a intensificação das ações de modernização da agricultura e da concentração da produção (meados da década de 1960), configurou-se uma situação de acesso ao mercado e estabeleceu-se um modelo de produção que conferia uma certa homogeneidade produtiva, social e econômica entre os colonos/agricultores familiares. Inicia-se nesta fase um processo de modernização na agropecuária especialmente na cultura do milho e na criação de suínos em função da atuação da Sadia e do início da atuação da ACARESC em 1958.

A partir da segunda metade da década de 1960, com a intensificação das ações de modernização da agricultura e do estreitamento das relações entre a agricultura familiar e a agroindústria exigindo a atuação em novos padrões técnicos, inicia-se um processo de modernização seletiva que se intensifica a partir da década de 80, quando também tem início um processo de concentração da produção, sobretudo nas principais atividades econômicas desenvolvidas no meio rural do município, a suinocultura e a avicultura.

Desta forma, a partir da década de 1990 (com maior ênfase) o pleno acesso ao mercado verificado nas décadas imediatamente anteriores, começa novamente a sofrer restrições especialmente para os principais produtos agrícolas do município (aves e suínos), para uma parcela significativa de agricultores familiares. Neste contexto intensificam-se as ações com vistas à diversificação da base de produção, da natureza das atividades e das fontes de renda entre os agricultores familiares no sentido de fazer frente à situação adversa e buscar sua reprodução social.

No capítulo IV, procedeu-se à análise e interpretação dos dados e informações coletados e produzidos no trabalho de campo. A análise comparativa entre famílias agricultoras e famílias agricultoras pluriativas revelou situações diversas e perspectivas convergentes e divergentes com relação aos aspectos (econômicos e sociais) analisados.

Na perspectiva das famílias entrevistadas, a pluriatividade, ou seja, a situação em que os agricultores formam sua renda combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, é vantajosa, conferindo maior estabilidade sócio-econômica às famílias agricultoras pluriativas em relação às não pluriativas. Os principais argumentos para sustentar esta percepção se referem ao baixo retorno econômico proporcionado pela maioria das atividades agrícolas, a incerteza de rendimentos e a penosidade e insalubridade do trabalho agrícola. Por outro lado, relacionam as atividades não-agrícolas a uma maior segurança e regularidade de rendimentos e a um trabalho menos penoso e realizado em meio menos insalubre.

A percepção que as famílias entrevistadas demonstram em relação às atividades não-agrícolas traduzida em números revela que 78% das famílias agricultoras realizariam atividades não-agrícolas se tivessem oportunidade. De outra parte, 79% das famílias agricultoras pluriativas rejeitam a hipótese de retornarem a formar sua renda, exclusivamente, a partir de atividades agrícolas.

A análise deste tema aponta, sobretudo, para a crescente perda de endogenia e o conseqüente crescimento da dependência externa. Embora o trabalho na unidade familiar de produção proporcione a obtenção de parte do sustento da família o que, a princípio, poderia conferir uma relativa estabilidade mesmo em épocas de crises, o fato é que, em muitos casos, as despesas para a manutenção da unidade familiar de produção têm aumentado de forma desproporcional à capacidade de geração de renda a partir da realização de atividades agrícolas.

O acesso a bens e serviços que até pouco tempo eram quase que exclusivos do meio urbano (telefone, energia elétrica, água de poços artesianos, entre outros) demandam recursos de forma periódica (mensal) independente dos percalços que a unidade familiar de produção venha a ter, como estiagens, por exemplo. Por outro lado, a certeza e regularidade de rendimentos a partir de atividades não-agrícolas permitem que as famílias se programem melhor e realizem investimentos com maior segurança. Decorre daí a importância atribuída, pelas famílias entrevistadas, a regularidade e segurança de rendimentos.

Existem também evidências que, na medida em que são atendidas essas duas condições, ou seja, renda periódica e segurança de rendimentos, a família rural começa a valorizar outros aspectos ou atributos do meio rural.

A modernização da agricultura veio facilitar a realização da maioria das atividades na agricultura. No entanto, no contexto estudado, uma parcela significativa de agricultores

familiares não dispõem de recursos para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos que poderiam facilitar a realização do trabalho. Por outro lado, em muitos casos a aquisição de máquinas torna-se inviável considerando o reduzido tamanho das propriedades e suas características topográficas (acidentada). Estes motivos, entre outros, levam as famílias entrevistadas a citarem a penosidade do trabalho agrícola como uma das razões para a preferência por realizarem atividades não-agrícolas.

Ainda com relação à importância que as famílias atribuem a segurança e regularidade de rendimentos, esta fica também evidente quando a questão em análise são as prioridades que essas famílias elegem para realizarem investimentos (na hipótese de acessarem recursos financeiros com total liberdade para aplicação). Neste aspecto observou-se que 61% das famílias agricultoras investiriam prioritariamente fora da atividade agrícola ou da propriedade. Para a maioria dessas famílias a opção apontada espontaneamente como prioritária para investimento seria a compra de imóveis na cidade. Dentre os argumentos apresentados por essas famílias para esta opção estão a segurança de valorização do imóvel e a possibilidade de locação obtendo desta forma uma renda regular e “mais segura”.

De outra parte, a opção em não investir prioritariamente na agricultura e/ou na agroindustrialização foi manifestada por apenas 21% das famílias agricultoras pluriativas. O percentual muito maior de famílias agricultoras pluriativas demonstrando disposição para investir na agricultura ou na propriedade em atividades agroindustriais, pode estar relacionado ao fato dessas famílias já contarem com rendimentos regulares e mais seguros provindos de atividades não-agrícolas. Sendo assim, estariam assegurados os recursos para sua manutenção o que lhes proporcionaria maior confiança em investir na propriedade.

Outro tema analisado neste trabalho refere-se à sucessão hereditária na agricultura familiar. Esta, como observa Carneiro (2001), sempre esteve cercada de tensões e contradições. Ao longo do tempo, para garantir a reprodução social, a agricultura familiar utilizou-se de diferentes estratégias, tais como o “minorato” e o “maiorato”; a divisão da propriedade entre os herdeiros; e ainda, a compra de novas áreas de terras normalmente em regiões de fronteira agrícola. No contexto estudado, observou-se que essas estratégias não fazem mais sentido, ou melhor, não se fazem mais necessárias. Constatou-se que 72% dos jovens filhos de famílias agricultoras e 74% dos jovens filhos de famílias agricultoras pluriativas não desejam permanecer na atividade agrícola. Significa dizer que em grande parte das famílias, o desafio mais conseguir

terra para “colocar os filhos”, mas sim “convencer” um filho a aceitar permanecer e assumir o controle da propriedade paterna.

De outra parte, ao analisar a intenção dos pais com relação à permanência dos filhos na propriedade observou-se que apenas 33% dos pais de famílias agricultoras desejam que pelo menos um filho permaneça na propriedade, enquanto que entre os pais de famílias agricultoras pluriativas o percentual chega a 58%. A situação posta permite inferir que os pais de famílias agricultoras pluriativas não manifestariam o desejo (em maior número) de que pelo menos um filho permaneça na propriedade se eles próprios e por conseqüência a família, não tivessem a intenção de permanecer, ou então, se a condição em que se encontram (de família agricultora pluriativa) não lhe permitisse permanecer. Este é mais um indicativo de que a pluriatividade influencia positivamente a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

Outro tema analisado no decorrer do trabalho refere-se às relações de sociabilidade na agricultura familiar. Neste aspecto, o trabalho revelou que, embora os agricultores familiares encontrem-se integrados à sociedade em geral e ao mercado e com bom acesso aos meios de transporte e comunicação, está em curso um processo de diminuição e fragilização das relações de sociabilidade. Ou então, que há um processo de individualização, sobretudo entre as famílias que se ocupam apenas com atividades agrícolas.

Como principais fatores a influenciar negativamente para a diminuição das relações de sociabilidade no meio rural foram identificados o êxodo rural e a concentração da produção. O primeiro é apontado como fator negativo para as relações de sociabilidade, pois as propriedades vendidas pelos agricultores familiares, na sua grande maioria, não são adquiridas por outros agricultores, mas por empresas ou pessoas físicas que moram na cidade, com o objetivo principal de cultivar pinus e eucaliptos. Deste modo, além da diminuição das relações de sociabilidade pela saída de famílias do meio rural, há ainda o distanciamento físico entre as famílias remanescentes.

O efeito da concentração da produção sobre as relações de sociabilidade se dá em função da diferenciação social, econômica e tecnológica que dela resulta entre as famílias de agricultores familiares; em função da diferença na natureza das atividades desenvolvidas, o que dificulta as ações de troca, por exemplo; e também em função do número de horas diárias que algumas famílias dedicam a atividades concentradas (suínos e aves), que chegam a 14 – 15 horas diárias

(como foi possível observar durante a realização deste trabalho), inclusive nos finais de semana. Isto limita o tempo para as relações de sociabilidade.

Por outro lado, observou-se que as famílias agricultoras pluriativas e, sobretudo os indivíduos que realizam atividades não-agrícolas consideram que a pluriatividade é um fator de manutenção e ampliação das relações de sociabilidade. Demonstrou-se também que a presença de atividades não-agrícolas em uma comunidade selecionada para a realização do trabalho de campo e a ocupação de membros de famílias de agricultores nessas atividades proporcionam uma condição diferenciada em relação à situação geral. Observou-se que apenas uma família vive exclusivamente de agricultura, mas todas mantêm as atividades agrícolas (ou seja, são famílias agricultoras pluriativas) e, também, que nenhuma família da comunidade abandonou o meio rural nos últimos dez anos.

Na Figura 17 apresenta-se o resultado da aplicação do modelo de análise qualitativa utilizado neste estudo, destacando as principais convergências e divergências nas respostas dos entrevistados sobre os temas abordados nesta pesquisa.

Embora em estudos desta natureza não possam ser tiradas conclusões definitivas, dada a complexidade da questão e da própria dinamicidade da realidade pesquisada, a realização deste trabalho produziu evidências de que a pluriatividade, no contexto estudado, se constitui em uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

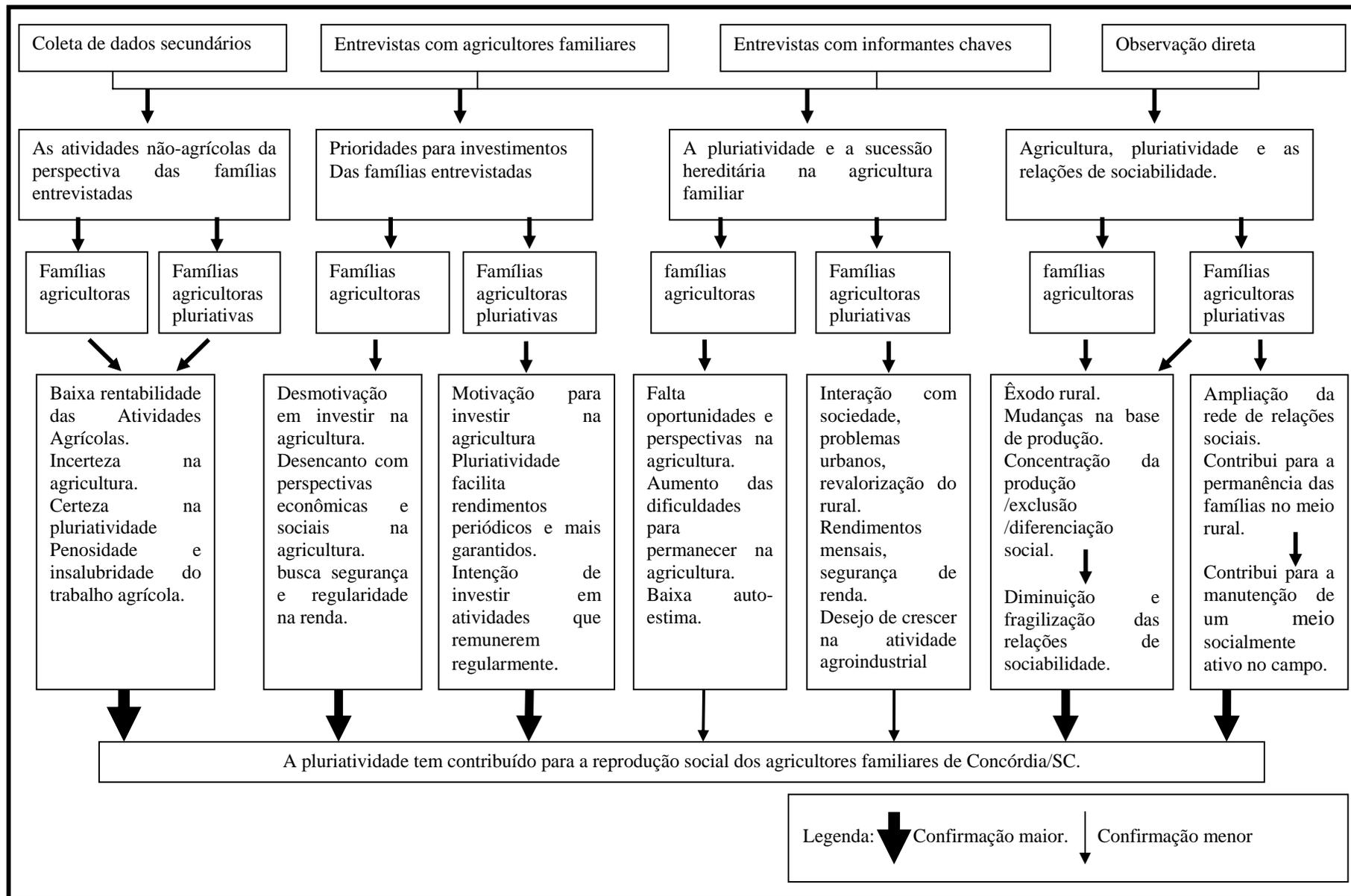


FIGURA 17 – Aplicação do processo de análise de conteúdo temática neste estudo.
 Fonte: Strauss e Corbin adaptado por Pinheiro (1998)

Como representado na figura acima, a análise em torno do primeiro tema confirma fortemente a hipótese inicial deste estudo. Encontrou-se também consistente confirmação da hipótese inicial na análise dos temas dois e quatro. Entende-se que o tema três também confirma, como demonstrado ao longo do trabalho, porém com menor intensidade. Isto se dá pelo fato de não termos encontrado diferença significativa na intenção de permanecer na atividade agrícola entre os jovens de famílias agricultoras e de famílias agricultoras pluriativas.

Sendo assim, os resultados da investigação nos permitem confirmar a hipótese deste trabalho, ou seja, de que a conjugação de atividades agrícolas e não-agrícolas está contribuindo, no caso estudado, para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural.

5.3 - Implicações e limitações resultantes deste estudo

A realização deste trabalho de pesquisa nos permite apontarmos algumas implicações e limitações com relação à realidade estudada e ao processo de investigação.

Ao observarmos que 78% das famílias agricultoras demonstraram interesses na realização de atividades não-agrícolas, o que poderia se dar em troca de uma remuneração relativamente baixa (até mesmo pelo baixo grau de escolaridade, especialmente entre os chefes das famílias agricultoras entrevistadas, uma vez que 78% estudaram somente até a 4ª série do Ensino Fundamental); ao observarmos também que 79% das famílias agricultoras pluriativas não retornariam a condição de famílias agricultoras, implica reconhecer que o resultado das atividades agrícolas, para uma parcela significativa dos agricultores familiares, na região estudada, não atende as expectativas e/ou necessidades dessas famílias.

Desta forma, faz-se necessário refletir acerca das políticas e orientações públicas que dizem respeito às atividades econômicas e às pessoas que vivem no campo. Implica reconhecer a necessidade de fortalecimento dos instrumentos de apoio à agricultura familiar, sobretudo em relação à assistência técnica, ao crédito agrícola no montante e tempo adequado, bem como para o financiamento de programas visando o acesso do agricultor familiar à educação geral e técnica.

No entanto, sem deixar de reconhecer a importância de fortalecer as ações de apoio ao setor agrícola, entende-se como mais adequada a formulação de políticas com uma perspectiva mais ampla, para além do agrícola, na perspectiva de promover o desenvolvimento rural.

A complexidade do meio rural e do próprio tema trabalhado impõe reconhecer que muitos pontos importantes permanecem em aberto e poderão ser objeto de futuros estudos. Neste sentido, considera-se importante aprofundar as investigações acerca de quais outras motivações, além das sociais e econômicas, poderiam contribuir para a permanência dos agricultores no meio rural. A própria ordem estabelecida pelos agricultores familiares com relação a estes fatores poderia ser tema de investigação. Ou seja, para os agricultores, a ordem prioritária é social-econômico ou econômico-social?

Com relação aos temas analisados neste estudo sugere-se o aprofundamento da investigação em relação a influência da presença e realização de atividades não-agrícolas para a revitalização das relações de sociabilidade entre os agricultores familiares e do próprio meio rural. Sugere-se, também, aprofundar as investigações, no contexto em que foi realizado este estudo e em outros, a relação entre a realização de atividades não-agrícolas conjugadas com atividades agrícolas e a sucessão hereditária na agricultura familiar.

Ainda, como sugestões para novas pesquisas, sugere-se um estudo sobre uma possível constituição de um sistema produtivo localizado e do pólo regional de Ciência, Tecnologia e Inovação na área agroindustrial na dinâmica de desenvolvimento territorial na região de Concórdia. Faz-se importante, também, investigar o avanço do reflorestamento com espécies florestais exóticas no município, seus benefícios e conseqüências no que se refere aos aspectos econômico, social e ambiental. Investigar de forma especial a interferência desse processo para a reprodução social dos agricultores familiares.

No que se refere às limitações encontradas durante o trabalho de campo, destacam-se as dificuldades para a obtenção de informações confiáveis referentes às rendas líquidas das famílias entrevistadas, o que, em certo grau, mostrou-se um fator limitador para a efetivação da proposta inicial. Essa dificuldade acredita-se resultar da resistência em oferecer informações de ordem privada e, também, em função da ausência de registros contábeis em grande parte das unidades familiares de produção.

Outra preocupação que acompanhou o pesquisador durante todo o trabalho de produção de informações e dados primários, a qual procurou-se minimizar, foi com o *information bias*⁷². O fato do pesquisador “conhecer” a realidade estudada se, por um lado, contribui para uma melhor interação com as famílias entrevistadas, para uma melhor compreensão do significado de suas

⁷² Pode ser traduzido como tendenciosidade excessiva na produção das informações

expressões e da condição em que vivem, por outro lado, pode ter induzido a tendências, tanto no processo de produção de dados e informações quanto no processo de análise e interpretação. Contudo, o risco desta possível “tendenciosidade” está presente em quase todas as pesquisas qualitativas. Nestes casos o importante é ter consciência e tentar minimizar isto ao máximo.

Merece, também, mencionar que no período em que foi realizada a pesquisa de campo, uma forte estiagem assolava a região. Diante disso, buscou-se conduzir os trabalhos de forma a minimizar a influência da situação vivida em função desse fenômeno, sobre as informações e dados oferecidos. Tem-se, no entanto, consciência de que em algumas situações e em algum grau pode ter havido influência no processo de construção dos dados e informações.

Por fim, acredita-se que a realização de estudos desta natureza e que contemplem a ótica dos agricultores familiares sirvam para a reflexão acerca das transformações em curso no meio rural, bem como de subsídios para a definição de políticas e ações visando o desenvolvimento e o bem estar das pessoas, no espaço em que se dá a reprodução social das famílias rurais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.
- _____. **Inter-relação entre as transformações demográficas e agenda social**. Brasília, NEAD, 2000.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 147-173.
- ALMEIDA, M. W. B. de Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: anpocs, nº 1, junho, 1986.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPel/Editora Universitária, 1995.
- _____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS. Programa de expansão da suinocultura e tratamento de seus dejetos em Santa Catarina. **Relatório semestral**, jan/jun. 1996. Concórdia. (mimeo).
- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. ; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003.
- CABRAL, F. J. M. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. 2005, 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, Campinas, 2005.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Jaguariuna: EMBRAPA, 2000.
- CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai: Relações entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense**. Campina Grande, UFPb. 1987 (Dissertação de Mestrado em Economia Rural)
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. Estudos feministas. Florianópolis, ano 9, nº 22, 2º sem. 2001.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCÓRDIA, Prefeitura Municipal. **Planejamento estratégico e participativo do meio rural** – PEP, 2002.

D'ANGELIS, W.R. **Para uma história dos índios do oeste catarinense**. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 141-220.

DELGADO, G, C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Icone Ed.; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: IAPAR, 2002.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Disponível em www.incra.gov.br/sade/, 1996. (Acesso em 15/07/2004).

FERREIRA, A. G. Z. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FONTANA, A. **História da Minha Vida**. Petrópolis, Vozes, 1980.

GARCIA JR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar** – como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Record, São Paulo, 2000.

GOODMEN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 5, nº 4, out-dez/1985. p. 31-56.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. (Coleção Pesquisas 1) Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2002.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

GUANZIROLI, C.C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XX**. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Garamond. 2001. p. 15-42

GUIVANT, J. S. MIRANDA, C. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar frente a questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 16, n. 3, p.85-128, set/dez, 1999.

INSTITUTO CEPA/SC. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – LAC** (dados preliminares). Florianópolis, 2005.

____ **Banco de dados 1985-2003**. Florianópolis, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. 1985, 1995/96. Rio de Janeiro: FIBGE.

____ **Censo demográfico 2000**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php>. Acesso em 13/07/2005

____ **Produção da pecuária municipal**. v. 32, 2004.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2004/comentario.pdf>. Acesso em 10/08/2005

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos**. UNICAMP, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.wco.unicamp.br/projetos/rurbano>. Acesso em: 20/10/2004

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen** – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo. 8ª edição, Cortez, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÈ, M. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora pedagógica e universitária, 1986.

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Campinas, 1999. (Tese Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

MAY, T. **Pesquisa social** – questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artmed, 3ª edição, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (org); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social - Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 6ª ed. 1996.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense**. Florianópolis, tese de doutorado, 2003.

- MIRANDA, C. **A tecnologia agropecuária e os produtores familiares de suínos do oeste catarinense**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- NEDER, H. D. Os efeitos das atividades não-agrícolas na distribuição de renda do meio rural do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, nº 2. Brasília, abril/junho 2003.
- PINHEIRO, S.L.G.; De BOEF, W. S. Pesquisas participativas: caminhos científicos diferentes para construção social de conhecimentos. **Revista Agropecuária Catarinense**, 19 (1): 23-26, 2006.
- PINHEIRO, S. L. G. **Paradigm shifts in agricultural research, development and extension: A case study in Santa Catarina , Brasil**. Tese de PhD, University of Sydney, Australia, 1998.
- PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia / Programa de Pós Graduação em Sociologia**. V. 6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994.
- RADIN, J. C. Razões da migração Ítalo-Brasileira do Rio Grande do Sul ao oeste catarinense. In: Problemática regional e aportes para o futuro. II Encontro de cientistas sociais. UNOESC, UNIJUÍ e UnaM, v. 2, Chapecó, 1994. **Anais**. p 17-21.
- RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.
- SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escola européia. Roma. Seminários INEA: Desenvolvimento nas áreas rurais. 1996. Tradução de Ângela Kageyama.
- SCHENKEL, C. A. **Estudo de um processo cultural na relação entre os “colonos” e a Sadia: o caso da micro-região do Alto Uruguai Catarinense**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social**. Rio de Janeiro: XXXVII Congresso da SOBER, 2000.
- _____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. UFRGS, 1999.
- _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. UFRGS, 2003.
- SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

____ **Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança.** Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 29, Nova Série, 1984.

____ **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília, editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVEIRA, M. A.; VILELA, S. L. O. **Globalização e sustentabilidade da agricultura.** Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Brasília: NEAD/ Florianópolis: EPAGRI, 2001.

____ **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense.** Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1995 (Dissertação de Mestrado).

TEDESCO, J. C. **Pluriatividade: estratégias alternativas ou o fim da agricultura familiar?** Texto para discussão nº 07/1998. Universidade de Passo Fundo.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense: proposta para discussão.** Florianópolis: Epagri, 1996.

THOMÉ, N. **Sangue, suor e lágrimas no chão do contestado.** Caçador, INCON Edições/Universidade do Contestado, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo, Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. ed Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 21-55.

WILKINSON, J.; MIOR, L.C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos, Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, nº 13, 1999, p. 29-45.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o complexo agroindustrial.** Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1996.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. **Anuário Antropológico/87.** Tempo Brasileiro/UNB, 1990.

YIN, Robert K. **Case study research : design and methods.** 2nd ed. London: SAGE, 1994.

ANEXOS

ANEXO 01

QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

1. Dados sociométricos:

1 Nome	2 Idade	3 Sexo		4 Relação de parentesco	5 Mora com a família		6 Local de nascimento			7 Escolari- dade	8 Descen- dência	9 Religião
		M	F		S	N	M	OME	OE			

4 – 1) esposo - 2) esposa - 3) filho(a) - 4) pai/mãe - 5) sogro/sogra - 6) avô/avó - 7)neto(a) - 8) irmão/irmã – 9) nora/genro - 10) outros.

6 – M) no município - OME) outro município do estado - OE) outro estado.

7 – 1) 1ª a 4ª série - 2) Ensino Fundamental incompleto - 3) Ensino Fundamental completo - 4) Ensino Médio incompleto - 5) Ensino Médio completo - 6) Ensino Superior incompleto - 7) Ensino Superior completo -8) Pós-Graduação

8 – 1) Italiana - 2) Alemã - 3) Polonesa - 4) Cabocla - 5) Outras.

9 – 1) Católica - 2) Protestante – 3) Outra.

2.5 Veículos, máquinas e implementos

Trator	Caminhão	Caminhonete	Automóvel	Moto	Semeadora plantio direto	Plantadeira tração animal	Arado para trator	Resfriador de leite	Ordenhadeira mecânica

2.6 Relações sociais

É associado de sindicato	É associado de cooperativa	Frequenta a comunidade				Participa de associação de produtores	Participa de mutirões
		1	2	3	4		

2.7 Em relação à mão-de-obra para as atividades agrícolas

Somente da família	Contrata		
	permanente	temporariamente	esporadicamente

2.8 Crédito para custeio e/ou investimento

Acessou financiamento nos últimos cinco anos? Sim () Não () Qual modalidade ()
1) Pronaf 2) Banco – Crédito pessoal 3) Intermediário 4) Cooperativa 5) Outros Especificar.....

2.9 Dados sobre as atividades econômicas (plantas)

	Área plantada	Produção anual	Quem faz	Processa	Quem processa	Consumo próprio	Mercado	Receita bruta
Milho								
Soja								
Feijão								
Trigo								
Frutas								
Hortaliças								
Outros								

2.10 Dados sobre as atividades econômicas (animais)

	Nº de animais	Integrado		Produção anual	Quem faz	Processa	Quem processa	Consumo próprio	Mercado	Receita bruta anual
		Sim	Não							
Suínos										
Aves (postura)										
Aves (corte)										
Bovinos (leite)										
Bovinos (corte)										
Peixes										
Outros										

Receita bruta anual da família	
Receita bruta anual das atividades agrícolas	
Receita bruta anual das atividades não-agrícolas	
Receita bruta anual por pessoa ocupada	

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)